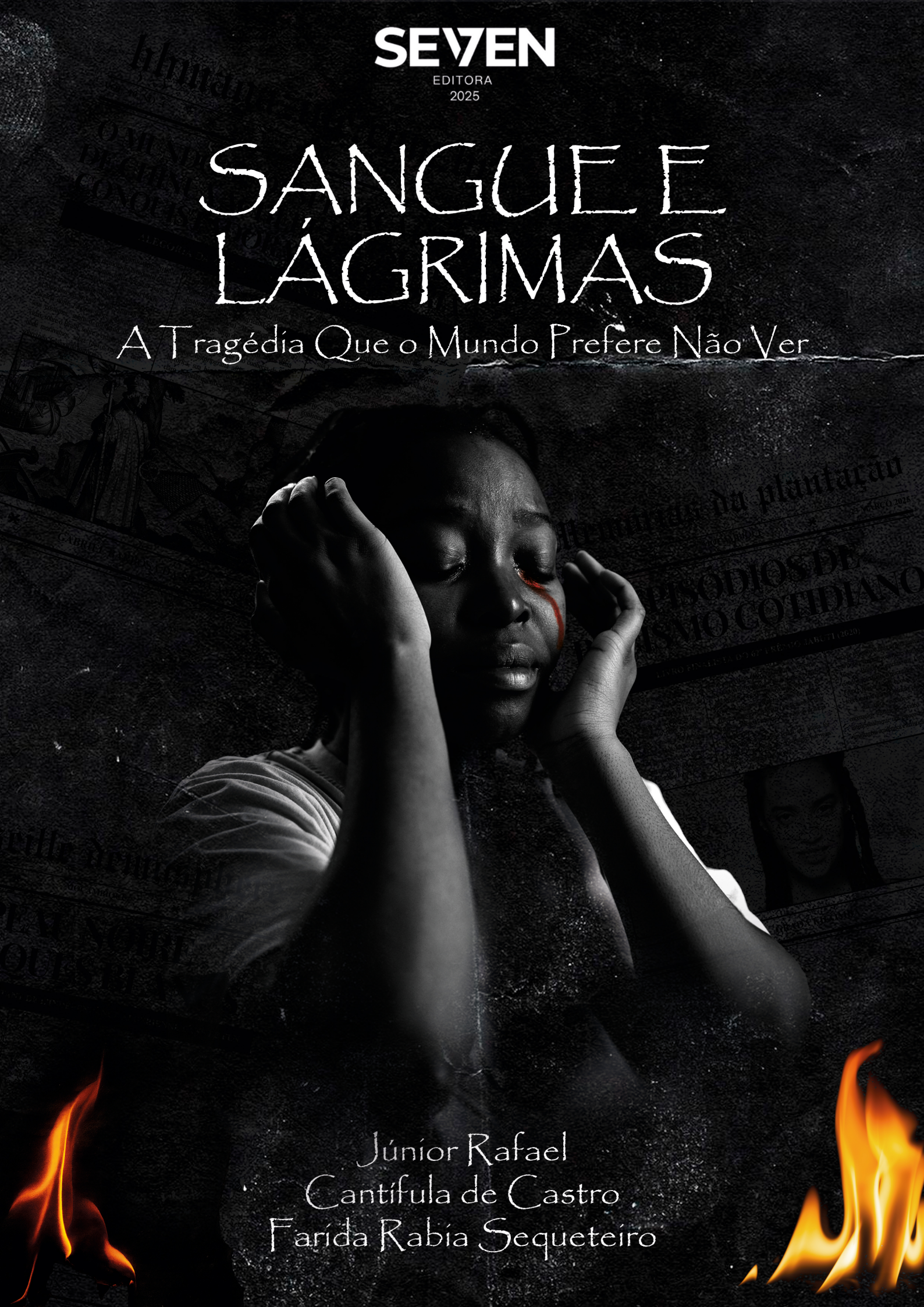
SEVEN
EDITORA
2025

SANGUE E LÁGRIMAS

A Tragédia Que o Mundo Prefere Não Ver



Júnior Rafael
Cantífula de Castro
Farida Rabia Sequeteiro

EDITORA CHEFE
Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO
Nathan Albano Valente

AUTORES DO LIVRO
Júnior Rafael
Cantífula de Castro
Farida Rabia Sequeteiro

PRODUÇÃO EDITORIAL
Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE
Evellyn Thais de Souza

EDIÇÃO DE TEXTO
Stephanie Caroline Meyer de Quadros

BIBLIOTECÁRIA
Bruna Heller

IMAGENS DE CAPA
Evellyn Thais de Souza

2025 by Seven Editora
Copyright © Seven Editora
Copyright do Texto © 2025 Os Autores
Copyright da Edição © 2025 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.
Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.


O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

R136s Rafael, Júnior.
SANGUE E LÁGRIMAS [recurso eletrônico] : a tragédia que o mundo prefere não ver / Júnior Rafael, Cantífula de Castro, Farida Rabia Sequeteiro. – São José dos Pinhais, PR: Editora Seven, 2025.
Dados eletrônicos (1 PDF).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6109-255-5

1. Moçambique. 2. Resistências. 3. Manifestações. 4. África – história. I. Castro, Cantífula. II. Sequeteiro, Farida Rabia. III. Título.

CDU 96

Bruna Heller - Bibliotecária - CRB10/2348

Índices para catálogo sistemático:

1 História da África 96

DOI: 10.56238/livrosindi202572-001

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

AUTORES DO LIVRO



JÚNIOR RAFAEL

Júnior Rafael nasceu em 25 de junho de 1985, em Malite, Mecuburi, Moçambique. Sua trajetória de vida foi marcada por desafios, mas sempre demonstrou grande comprometimento com os estudos e o desenvolvimento pessoal.

Durante os anos de 2003 a 2005, Júnior foi vocacionado para o ministério sacerdotal em Mecuburi, demonstrando desde cedo interesse pela teologia. Entre 2010 e 2012, ocupou o cargo de secretário para organização na Organização da Juventude Moçambicana (OJM). Em 2011, ingressou no Colégio de Cadetes do Exército de Salvação, onde concluiu sua formação em Teologia Ministerial em 2013. Atuou como missionário pelo Exército de Salvação em Moçambique entre 2013 e 2018 e, posteriormente, como missionário no Brasil entre 2018 e 2024. De 2015 a 2018, foi presidente provincial do Conselho Cristao de Moçambique em Manica. Júnior seguiu investindo em sua formação acadêmica e profissional. É mestrando em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui diversas especializações concluídas em 2023, incluindo Neurociência, Constelação Familiar Sistêmica e Administração e Gestão de Liderança de Equipe pela Faculdade FAMART, em Minas Gerais. É graduado em Comunicação Social com habilitação em Marketing Digital pela Estácio de Sá (2023) e em Teologia livre pela Universidade da Bíblia e Escola Bíblica Seminário Teológico (2019). Além disso, possui formação em Psicanálise Clínica pelo Instituto Somata (2020-2021) e formação técnica em Enfermagem pelo ESSA-PROZ, São Paulo (2022-2023), além do curso de Auxiliar de Enfermagem pela mesma instituição (2021-2022). Autor de: As páginas da minha vida (2024); As pegadas de um peregrino (2013); O tabernáculo da mente (2020).

Com uma trajetória de vida marcada pela superação, Júnior Rafael tem demonstrado um compromisso contínuo com a formação intelectual e o impacto positivo em sua comunidade, tanto em Moçambique quanto no Brasil.



CANTÍFULA DE CASTRO

Também conhecido como Kant de Voronha, nasceu aos 7 de julho de 1985 em Natala, na província de Nampula. Sua trajetória educacional começou na Escola Primária de Natala em 1994, e concluiu com sucesso o primeiro ciclo do ensino secundário na Escola Secundária de Mecubúri em 2003.

Em 2004, ingressou no Seminário Propedêutico Mater Apostolorum de Nampula, enquanto buscava a formação sacerdotal. Paralelamente, obteve um Bacharelado em Filosofia no Seminário Filosófico Santo Agostinho da Matola entre 2007 e 2009, e um Bacharelado em Teologia no Seminário Teológico São Pio X de Maputo de 2010 a 2013. Foi ordenado presbítero em 28 de junho de 2015 na Sé Catedral de Nampula como Sacerdote do Clero Diocesano. Em 2016, concluiu sua Licenciatura em Filosofia pela Universidade São Tomás de Moçambique.

Sua busca incessante pelo conhecimento o levou a cursar o Mestrado em Sociologia do Trabalho e das Organizações na Universidade Aberta de Moçambique do ISM-Maputo, entre 2019 e 2020. Mais recentemente, em 2022, iniciou o Doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade Católica de Moçambique, evidenciando seu compromisso com o aprimoramento profissional e académico.

Além de sua formação, Cantífula acumulou vasta experiência em comunicação e liderança, destacando-se como jornalista cronista na Rádio e Televisão Encontro por sete anos. Ele também ocupou cargos de destaque em publicações e organizações, como Diretor das Revistas ACAFIL e ESPLENDOR em 2008-2009, e como Editor da Página Web da Rádio e Televisão Encontro e da Revista Vida Nova entre 2019 e 2021.

Em 2020, fundou a Emakhuwa Consultoria e Serviços, especializada em comunicação organizacional e estratégica, além de oferecer serviços de tradução e interpretação e cursos intensivos de curta duração. Cantífula também é autor de diversas obras literárias “Labirinto de Amor” (2011), “A Tragédia” (2012), “Exéquias do diabo” (2013) e “Vida Nova: História escondida nos anais de Moçambique” (2020), “Marginalização e Injustiça Histórica em Moçambique: O Impacto da Exclusão de Minorias Étnicas no Desenvolvimento” (2024), “Fragmentos de Nampula: Crónicas de um Mundo em Construção” (2024), “Comunicação 360°: Um Novo DNA para os Investigadores” (2025), “Prisão Do Poder: Utopia de uma Democracia Libertada” (2025) e artigos

científicos, e atua como docente em instituições como a Universidade Aberta ISCED (InISCED), a Escola Comunitária São João de Deus de Nampula e o Seminário Filosófico Interdiocesano São Carlos Lwanga de Nampula, compartilhando seu conhecimento em áreas como Filosofia, Inglês, Emakhuwa, Sociologia e Comunicação.

E-mail: padrecantifula@gmail.com

Contactos: +258 84 5404901 (WhatsApp)

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-8624-0815



FARIDA RABIA SEQUETEIRO

Moçambicana, com toda a formação acadêmica em comunicação, sou formada em jornalismo em Moçambique, mestra em Comunicação Empresarial em Barcelona e, atualmente, faço doutorado em Comunicação no Brasil. Tenho algumas pesquisas sobre cultura e comunicação midiática, que são a minha área de interesse atual. Por ter interesse também na área de ativismo e luta antirracista, estou integrada em dois projetos de educação social, antirracista e de assessoria à comunidade migrante em Santa Maria. Acredito que a ciência, a educação e o ativismo social devem andar juntos para uma sociedade mais equitativa e equilibrada, onde o respeito às diferenças e à diversidade seja visto como elemento a somar e não motivo de combate entre grupos sociais.

APRESENTAÇÃO

Este livro nasce de uma urgência histórica. Não a urgência efêmera das manchetes, mas aquela que atravessa décadas, molda destinos coletivos e, ainda assim, permanece invisível para grande parte do mundo. *Sangue e lágrimas: a tragédia que o mundo prefere não ver* é uma obra que se inscreve no campo das ciências sociais e humanas como um gesto intelectual de resistência, denúncia e reconstrução narrativa. Seu compromisso é claro: iluminar um país sistematicamente relegado às sombras do noticiário internacional e às margens das prioridades geopolíticas — Moçambique.

O texto se debruça sobre a violência política, as manifestações populares, os conflitos armados e a instabilidade estrutural que marcam a trajetória recente do país. Porém, faz isso indo além do registro factual. A obra entende que os acontecimentos sociais não se explicam apenas pela cronologia, mas pela forma como são narrados ou silenciados. Essa compreensão é tributária de uma tradição crítica que inclui Stuart Hall, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo, Ngũgĩ wa Thiong'o e tantos outros que, em tempos distintos, mostraram que o poder opera também através das representações — e que resistir implica disputar essas representações.

Ao percorrer as raízes históricas do descontentamento social moçambicano, desde o período colonial até as crises pós-eleitorais contemporâneas, o livro revela os mecanismos que tornam certos sofrimentos politicamente palatáveis e outros estrategicamente ignorados. Com isso, apresenta ao leitor um diagnóstico que articula colonialidade, desigualdade, centralização do poder, violência estrutural e fragilidade democrática. Nada disso é tratado de forma panfletária: cada argumento se ancora em pesquisa, bibliografia e análise interpretativa consistente.

O mérito da obra está justamente aí. Ela não fetichiza a dor dos moçambicanos, tampouco reduz o país a um mosaico de tragédias. O texto destaca, com igual força, a potência das resistências locais, a criatividade das estratégias comunitárias de sobrevivência e os modos plurais pelos quais a população se reinventa diante de crises persistentes. Assim, o livro pratica aquilo que propõe: romper com a narrativa da África como espaço de passividade e subalternidade. Toma Moçambique como caso paradigmático de um continente que, apesar de violentado por estruturas globais e internas, nunca deixou de produzir história.

Por essa razão, o livro é, sobretudo, um chamado ético. Um convite para que pesquisadores, jornalistas, formuladores de políticas e leitores atentos repensem os filtros de atenção que moldam o mundo contemporâneo. A negligência internacional diante de Moçambique não é um acidente: é sintoma de uma hierarquia global de vidas que considera algumas dores urgentes e outras descartáveis. Enfrentar essa hierarquia é tarefa política, intelectual e, em última instância, humana.

Os autores oferecem aqui uma obra que dialoga com debates centrais sobre democracia, cidadania, violência, comunicação política, colonialidade e lutas sociais. É um texto que se dirige ao leitor com a franqueza de quem

não pretende apenas expor fatos, mas provocar reflexão crítica. Difícil sair desta leitura ileso. Ela incomoda porque é honesta; exige porque é rigorosa; mobiliza porque é verdadeira.

Que esta obra contribua para alargar o horizonte da pesquisa africana no espaço lusófono, reposicionar Moçambique no centro das discussões sobre o Sul Global e, sobretudo, devolver visibilidade e dignidade às vozes que a história insiste em empurrar para o rodapé. A ciência cumpre seu papel quando ilumina zonas de sombra. Este livro acende uma luz intensa e necessária.

É um convite para olhar, finalmente, aquilo que o mundo por tanto tempo preferiu não ver.

Júnior Rafael

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....**9**

CAPÍTULO I.....**16**
Contexto de Moçambique, das manifestações e da violência

CAPÍTULO II.....**41**
O silêncio da comunidade internacional e as manifestações de 2024

CAPÍTULO III.....**58**
O vazio da narrativa global: a falta de cobertura da crise em Moçambique

CAPÍTULO IV.....**79**
As imagens falam por si

CONCLUSÃO.....**98**

REFERÊNCIAS.....**100**

INTRODUÇÃO

A experiência de ver o próprio país ser ignorado pelo resto do mundo é profundamente dolorosa. Para muitos moçambicanos, essa indiferença global é sentida como uma forma de exclusão, uma confirmação de que suas vidas e suas lutas não importam tanto quanto as de outros. Essa sensação de invisibilidade é agravada pela falta de cobertura midiática, que muitas vezes prioriza conflitos e crises em outras partes do mundo, enquanto os problemas de Moçambique são relegados a notas de rodapé ou completamente omitidos.

A ignorância sobre a situação em Moçambique não é apenas um problema de falta de informação, mas também um reflexo de um viés geopolítico que privilegia certas regiões em detrimento de outras. Enquanto outros conflitos recebem ampla cobertura e geram comoção internacional, os problemas da África Subsaariana são frequentemente tratados como questões secundárias. Essa disparidade não só reforça estereótipos negativos sobre o continente africano, mas também contribui para a perpetuação de crises que poderiam ser mitigadas com maior atenção e apoio internacional.

No entanto, é importante ressaltar que a luta do povo moçambicano não se resume à violência e ao sofrimento. Há uma resiliência impressionante na forma como as comunidades se organizam para resistir e buscar mudanças. As manifestações, embora muitas vezes reprimidas com violência, são um testemunho do desejo por um futuro melhor. A sociedade civil moçambicana tem se mostrado cada vez mais ativa e vocal, exigindo transparência, justiça e respeito pelos direitos humanos.

Este livro, portanto, não é apenas um relato de experiências e sentimentos, mas também um chamado à ação convicta. É um convite para que o mundo olhe para Moçambique com os mesmos olhos de compaixão e urgência com que olha para outras crises globais. É um apelo para que a comunidade internacional reconheça a humanidade e a dignidade do povo moçambicano, e que atue de forma concreta para apoiar a busca por paz e justiça.

Em última análise, "Sangue e lágrimas: a tragédia que o mundo prefere não ver" é uma tentativa de dar voz aos que foram silenciados, de trazer à luz as histórias que foram esquecidas e de desafiar a indiferença que permite que o sofrimento continue. É um lembrete de que, em um mundo cada vez mais interconectado, a dor de um é a dor de todos, e que a justiça só pode ser verdadeiramente alcançada quando todos são vistos e ouvidos.

Moçambique, um país situado no sudeste da África, carrega consigo uma história marcada por lutas e resistências. Desde a colonização portuguesa até a guerra civil que se seguiu à independência, o povo moçambicano tem enfrentado desafios imensos na busca por paz, justiça e desenvolvimento. No entanto, nos últimos anos, o país tem sido palco de manifestações, conflitos e violência que, apesar de sua gravidade, parecem não ecoar além de suas fronteiras. Este livro busca explorar a indiferença global e o silêncio midiático diante da crise moçambicana, questionando por que o sofrimento de um povo é ignorado enquanto outros conflitos recebem atenção global.

Escrever sobre Moçambique é, antes de tudo, um ato de denúncia. É um chamado para que o mundo não se cale diante da dor de um povo que sangra enquanto a comunidade internacional desvia o olhar. A escolha deste tema não é aleatória: ela nasce da necessidade de expor a invisibilidade imposta aos africanos e a subalternização de suas histórias. Enquanto conflitos em outras partes do mundo são amplamente cobertos pela mídia internacional, os moçambicanos são relegados a um silêncio quase absoluto. Este ensaio é, portanto, uma tentativa de romper com essa invisibilidade e de questionar as estruturas que perpetuam a desigualdade na cobertura jornalística global.

Moçambique conquistou sua independência de Portugal em 1975, após uma longa guerra de libertação (10 anos de guerra). No entanto, a paz não durou muito. Logo após a independência, o país mergulhou em uma guerra civil que durou 16 anos, deixando mais de um milhão de mortos e um legado de destruição. Desde então, Moçambique tem enfrentado desafios políticos, econômicos e sociais, incluindo tensões pós-eleitorais, desigualdade e corrupção.

Nos últimos anos, manifestações populares têm eclodido em resposta ao aumento da violência, à instabilidade política e à crise econômica. A região de Cabo Delgado, no norte do país, tem sido particularmente afetada por ataques de grupos insurgentes, resultando em milhares de deslocados e mortos. Apesar da gravidade da situação, as vozes dos moçambicanos parecem não encontrar eco no cenário internacional.

Enquanto isso, conflitos em outros lugares do mundo considerados privilegiados e de gente humana, recebem atenção global, Moçambique parece ser ignorado. A cobertura midiática internacional é escassa, e quando existe, muitas vezes é superficial e descontextualizada. Essa indiferença não é casual: ela reflete uma hierarquia de valores que coloca as vidas africanas em segundo plano. A dor dos moçambicanos é tratada como menos importante, menos urgente, menos digna de atenção.

Esse silêncio internacional não é apenas uma omissão; é uma forma de violência. Ao ignorar o sofrimento de um povo, a comunidade internacional contribui para a perpetuação da

crise. A falta de cobertura jornalística não apenas invisibiliza os moçambicanos, mas também impede que o mundo tome consciência da gravidade da situação e exija ações concretas.

A mídia internacional, que deveria ser um instrumento de denúncia e de busca pela verdade, muitas vezes falha em cumprir seu papel. Em vez de dar voz aos oprimidos, ela reproduz estereótipos e reforça narrativas que desumanizam os africanos. A cobertura de conflitos em África é frequentemente marcada por um viés racializado, que retrata os africanos como vítimas passivas ou como agentes de caos, sem aprofundar as causas estruturais dos conflitos.

Em Moçambique, essa falta de objetividade jornalística é evidente. As manifestações e a violência são retratadas de forma superficial, sem uma análise crítica das causas e consequências. A mídia internacional parece mais interessada em histórias que se encaixam em narrativas pré-estabelecidas do que em relatar a complexidade da realidade moçambicana.

A mídia internacional, em sua cobertura sobre a África, muitas vezes parece mais interessada em explorar imagens de miséria e vulnerabilidade do que em compreender e retratar a complexidade das realidades africanas. Crianças em situações precárias, casebres improvisados, cenas de fome e desespero — essas são as imagens que dominam as narrativas sobre o continente. Essas representações, no entanto, não são inocentes. Elas servem a um propósito específico: mobilizar recursos e gerar comoção, mas raramente contribuem para transformações estruturais que possam tirar os africanos da situação de pobreza e dependência. Em vez de empoderar, essas narrativas perpetuam estereótipos e reforçam a ideia de uma África incapaz de se erguer por si mesma.

Essa dinâmica não se limita à mídia. Organizações religiosas, por exemplo, têm desempenhado um papel ambíguo no continente. Enquanto algumas igrejas e missionários oferecem ajuda humanitária e apoio às comunidades, outras parecem mais interessadas em manter o povo "cegado" e sem consciência crítica ao mesmo tempo tirar os recursos para lograr seus intentos. A proliferação de igrejas, muitas vezes ligadas a interesses estrangeiros, tem sido acusada de promover uma espiritualidade alienante, que desvia a atenção das questões políticas e sociais urgentes. Essa estratégia, intencional ou não, contribui para a manutenção de um status quo de dependência, onde os africanos são levados a acreditar que sua salvação está nas mãos de outros, e não em sua própria capacidade de organização e luta.

Essas práticas, somadas a outras estratégias de dominação econômica e cultural, têm mantido a África em um ciclo de subalternidade. A pergunta que se impõe é: até quando, África? Qual será o futuro do continente que é berço da humanidade e detentor de uma riqueza cultural e natural incomparável? A resposta a essa pergunta não é simples, mas é urgente. O futuro da África depende, em grande medida, da capacidade de seus povos de romper com as amarras da

dependência e de construir caminhos próprios, baseados em sua história, sua cultura e suas necessidades reais.

Outrossim, esse processo de libertação enfrenta desafios imensos. Um deles é o êxodo massivo de africanos para a Europa e as Américas em busca de melhores condições de vida. Esse fenômeno, embora compreensível, representa uma fuga de cérebros e de mão de obra qualificada que poderia contribuir para o desenvolvimento do continente. Além disso, os africanos que migram muitas vezes enfrentam condições desumanas, sendo tratados como insetos — um termo que reflete a desumanização e o racismo estrutural que ainda permeiam as sociedades ocidentais. A expulsão e a marginalização desses migrantes são um reflexo cruel de como o mundo continua a ver a África e seus habitantes: como um problema a ser contido, e não como uma parte integrante e valiosa da humanidade.

Mas quem libertará a África se muitos africanos, por razões históricas e estruturais, parecem ter escondido o seu bastião? A luta pela libertação do continente não pode ser delegada a outros; ela deve ser assumida pelos próprios africanos. Isso não significa negar a importância da solidariedade internacional, mas sim reconhecer que a verdadeira mudança só virá quando os africanos se reconectarem com suas raízes, sua história e sua capacidade de agência. Cheikh Anta Diop, em sua obra, já alertava para a necessidade de os africanos resgatarem sua identidade e seu lugar na história da humanidade. Esse resgate é fundamental para construir um futuro de autonomia e dignidade.

O futuro da África, portanto, depende de uma tomada de consciência coletiva. Depende da capacidade de seus povos de questionar as narrativas impostas, de resistir às estratégias de dominação e de construir alternativas que valorizem a vida e a dignidade humana. A mídia, as igrejas, as organizações internacionais — todos esses atores têm um papel a desempenhar, mas a mudança real só acontecerá quando os africanos assumirem o controle de suas próprias narrativas e de seus próprios destinos.

A África não é um continente condenado à miséria e à dependência. Ela é um espaço de possibilidades, de resistência e de reinvenção. O futuro da "Mãe África" será o que seus filhos e filhas decidirem construir. E esse futuro começa com a coragem de enfrentar as estruturas de poder que perpetuam a opressão, com a ousadia de sonhar com um mundo mais justo e com a determinação de lutar por ele. A libertação da África não virá de fora; ela nascerá do coração do próprio continente, daqueles que, apesar de tudo, ainda acreditam no poder da resistência e da esperança.

Este ensaio é, acima de tudo, um grito de alerta. Moçambique sangra, mas o mundo parece olhar para outro lado. Enquanto a dor coletiva for secundarizada em nome de interesses

geopolíticos ou de narrativas midiáticas distorcidas, a guerra e o sofrimento persistirão. É preciso romper com o silêncio, denunciar a indiferença e exigir que as vidas africanas sejam valorizadas.

Este livro é fruto da dor e da resistência. Ele nasce do desejo de ver um mundo onde a humanidade não seja colocada acima do grupismo, onde a dor de um povo não seja ignorada por causa de sua origem ou cor da pele. Enquanto houver indiferença, haverá guerra. Mas enquanto houver vozes dispostas a denunciar, haverá esperança. Moçambique sangra, mas sua voz não será silenciada.

Esta jovem obra não pretende reivindicar a cientificidade no sentido tradicional, com métodos rigorosos e análises quantitativas, mas busca, acima de tudo, robustecer a voz dos silenciados. Como Stuart Hall nos lembra, a cultura e a comunicação são campos de luta, onde as narrativas dominantes são constantemente desafiadas e reconfiguradas. Hall, em sua análise crítica da mídia e da representação, argumenta que as histórias contadas sobre os marginalizados muitas vezes são construídas a partir de uma perspectiva hegemônica, que reforça estereótipos e perpetua a invisibilidade. Este livro se insere nessa luta por uma contra-narrativa, uma tentativa de deslocar o olhar dominante e dar espaço às vozes que foram sistematicamente apagadas.

Joseph Kizerbo, historiador e pensador burquinês, também nos oferece uma reflexão crucial ao afirmar que a história da África não pode ser contada apenas a partir das lentes coloniais. Ele defende uma reescrita da história que valorize as perspectivas africanas e reconheça a agência dos povos do continente. Nesse sentido, este livro é uma tentativa de seguir o caminho traçado por Kizerbo, trazendo à tona as experiências e os relatos dos moçambicanos que têm sido ignorados pela narrativa global.

Cheikh Anta Diop, por sua vez, nos lembra da importância de descolonizar o conhecimento. Em sua obra, Diop enfatiza a necessidade de resgatar a história e a cultura africanas, que foram sistematicamente negadas e distorcidas pelo colonialismo. Este livro é, de certa forma, uma resposta ao chamado de Diop, ao buscar desconstruir as narrativas que subalternizam os africanos e ao tentar reconstruir uma visão que valorize suas lutas, suas dores e suas resistências.

Aqui, não há pretensão de neutralidade ou de objetividade absoluta. Este livro é um ato político, comunicacional e social, um gesto de solidariedade com aqueles que foram silenciados. Ele nasce da dor, da indignação e da esperança de que, ao amplificar as vozes dos moçambicanos, possamos contribuir para um mundo mais justo e menos indiferente. Enquanto a mídia internacional continuar a ignorar o sofrimento dos povos considerados "menos importantes", enquanto a racialização e a subalternização persistirem, obras como esta serão necessárias.

Serão necessárias enquanto persistirem as estruturas de opressão que mantêm o povo africano subjugado, invisibilizado e desumanizado. Como Frantz Fanon afirmou em Por uma Revolução Africana, “a luta pela libertação não se limita a um único campo de batalha; ela se desdobra em múltiplas frentes, e cada indivíduo deve fazer a revolução em seu próprio setor de trabalho”. Para Fanon, a revolução não é apenas um ato de confronto físico ou político ou uso de armas, mas também um processo de descolonização mental, cultural e social. Este livro, portanto, é uma trincheira nessa luta ampla e multifacetada. Ele abre uma nova frente de batalha, onde as palavras são as armas e os canos estão apontados para aqueles que, direta ou indiretamente, perpetuam a escravidão moderna seja através da exploração econômica, da dominação cultural ou da indiferença global.

A mídia internacional, ao reduzir a África a estereótipos de miséria e desespero, cumpre um papel perverso na manutenção dessa escravidão. Como Edward Said nos ensinou em Orientalismo, a representação do "outro" é sempre um ato de poder. Ao retratar os africanos como vítimas passivas ou como agentes do caos, a mídia reforça uma narrativa que justifica a intervenção estrangeira e a exploração contínua. Este livro, ao denunciar essa prática, aponta seus canos para o coração dessa máquina de desinformação, que alimenta a indiferença e a injustiça.

Além disso, as igrejas, organizações religiosas e as ONGs que proliferam no continente, muitas vezes com agendas estrangeiras, também são alvos dessa crítica. Como Ngũgĩ wa Thiong'o argumenta em Decolonising the Mind, a dominação cultural é uma das formas mais sutis e eficazes de controle. Ao promover uma espiritualidade alienante e desvinculada das lutas concretas do povo, essas instituições contribuem para a manutenção de um status quo de dependência e submissão. Este livro, portanto, não apenas denuncia, mas também propõe uma nova forma de engajamento, onde a fé e a espiritualidade estejam a serviço da libertação e não da opressão.

O êxodo massivo de africanos para a Europa e as Américas é outro sintoma dessa escravidão moderna. Como Achille Mbembe discute em Crítica da Razão Negra, “a migração forçada e a desumanização dos africanos são consequências diretas de um sistema global que continua a tratar o continente como uma fonte de recursos e mão de obra barata, mas nega a humanidade de seus habitantes”. Este livro, ao trazer à tona as histórias desses migrantes, aponta seus canos para as políticas xenófobas e racistas que os tratam como "insetos" e os expulsam como se fossem descartáveis.

Mas, como Fanon nos lembra, a verdadeira revolução começa com a tomada de consciência. Este livro é, antes de tudo, um chamado à consciência e a conscientização. Ele

convida os africanos a reconhecerem sua própria agência e a assumirem o controle de suas narrativas. Ele desafia a comunidade internacional a olhar para a África não como um problema a ser resolvido, mas como um continente de possibilidades e de resistência.

A revolução, como Fanon nos ensinou, é um processo contínuo, e cada um de nós tem um papel a desempenhar, tem uma cota parte de responsabilidade. Este livro é a nossa contribuição para essa luta. Moçambique sangra e o mundo se afasta. E o você, o que pensa da África e em especial de Moçambique?

O livro "Sangue e lágrimas: a tragédia que o mundo prefere não ver" tem como objetivo central expor e analisar as múltiplas crises humanitárias, conflitos armados e violências pós-eleitoral que assolam Moçambique. A obra busca não apenas documentar esses eventos, mas também questionar e criticar a aparente indiferença da mídia e comunidade internacional diante do sofrimento do povo moçambicano. Ao trazer à luz as histórias de dor, resistência e resiliência, os autores pretendem sensibilizar o público global, promovendo uma reflexão crítica sobre as dinâmicas geopolíticas e os mecanismos que perpetuam a negligência em relação a crises humanitárias em países periféricos.

A obra não se limita a descrever os fatos, mas também os interpreta de forma crítica, questionando as estruturas de poder, os interesses geopolíticos e as desigualdades que contribuem para a indiferença global.

O tema central do livro gira em torno da ideia de que Moçambique, apesar de enfrentar crises profundas e persistentes, é frequentemente esquecido pela comunidade internacional. O título "Sangue e lágrimas: a tragédia que o mundo prefere não ver" sintetiza essa crítica contundente à negligência global diante do sofrimento humano, destacando como a violência, a pobreza e a instabilidade política são agravadas pela falta de intervenção efetiva e solidariedade internacional. A obra busca, portanto, não apenas informar, mas também mobilizar o leitor, chamando a atenção para a urgência de se olhar com mais atenção e compaixão para as crises que afligem Moçambique.

CAPÍTULO I

Contexto de Moçambique, das manifestações e da violência

Moçambique, situado no sudeste da África, é um país com uma história complexa e multifacetada, marcada por períodos de colonização, luta pela independência, guerra civil e desafios pós-eleitorais. Para compreender as manifestações e a violência que ocorrem no país, é fundamental analisar sua trajetória histórica, desde a chegada dos portugueses no século XV até os dias atuais.

A presença portuguesa em Moçambique começou no final do século XV, com a chegada de exploradores como Vasco da Gama em 1498. Inicialmente, os portugueses estabeleceram feitorias ao longo da costa, visando controlar as rotas comerciais, especialmente o comércio de ouro e escravos. A colonização efetiva, no entanto, só se consolidou no século XIX, com a partilha da África durante a Conferência de Berlim (1884-1885). Portugal estabeleceu um regime colonial que explorava os recursos naturais e a mão de obra local, enquanto impunha uma estrutura social e política hierárquica e discriminatória.

A colonização portuguesa em Moçambique, conforme analisado pelo historiador José Capela, foi marcada por um modelo de exploração intensiva, tanto dos recursos naturais quanto da população local. Esse processo colonial estruturou-se em práticas que incluíam o trabalho forçado e a marginalização das elites locais, o que acabou por desestabilizar as estruturas sociais, econômicas e políticas tradicionais moçambicanas. Essa dinâmica de dominação não apenas extraía riquezas para o benefício da metrópole portuguesa, mas também relegava as populações nativas a uma condição de subalternidade (Capela, 2002), excluindo-as dos processos decisórios e dos benefícios gerados pela exploração colonial.

Essa exploração sistemática e a opressão associada a ela não passaram despercebidas e geraram resistências internas inesquecíveis. Um exemplo emblemático foi a Revolta de Báruè, ocorrida em 1917. Este movimento anticolonial foi uma das primeiras respostas organizadas contra o domínio português, destacando-se pela sua capacidade de mobilizar diferentes grupos locais em torno de um objetivo comum: a rejeição ao sistema colonial e suas práticas opressivas. A Revolta de Báruè não apenas simbolizou a insatisfação popular, mas também evidenciou a capacidade de organização e resistência das comunidades moçambicanas frente à dominação estrangeira.

A interpretação desse contexto histórico permite compreender que a colonização portuguesa em Moçambique não foi apenas um processo de exploração econômica, mas também

um sistema que buscou subjugar e reconfigurar as estruturas sociais locais. A marginalização das elites tradicionais, por exemplo, tinha como objetivo enfraquecer a liderança local e facilitar o controle português. No entanto, essa estratégia acabou por fomentar resistências, como a Revolta de Báruè, que pode ser vista como um prenúncio dos movimentos de libertação nacional que ganhariam força nas décadas seguintes.

A luta pela independência de Moçambique ganhou impulso decisivo na década de 1960, consolidando-se como um movimento organizado e massivo sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962. A FRELIMO emergiu como a principal força anticolonial, unindo diferentes grupos e setores da sociedade moçambicana em torno do objetivo comum de libertar o país do domínio português. Sob a direção de figuras emblemáticas como Eduardo Mondlane, Samora Machel e Joaquim Chissano, a FRELIMO adotou uma estratégia de guerra de guerrilha, que se mostrou eficaz para desafiar o poderio militar colonial em um contexto de grande desigualdade de recursos.

Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO, desempenhou um papel capital na estruturação do movimento, promovendo a unidade interna e buscando apoio internacional para a causa moçambicana. Após o assassinato de Mondlane em 1969, Samora Machel assumiu a liderança, consolidando a FRELIMO como uma força militar e política cada vez mais organizada e determinada. Machel, com seu carisma e visão revolucionária, tornou-se um símbolo da resistência moçambicana, defendendo não apenas a independência, mas também a construção de um Estado socialista após a libertação. Joaquim Chissano, por sua vez, contribuiu com suas habilidades diplomáticas e estratégicas, ajudando a fortalecer a FRELIMO tanto no campo de batalha quanto no cenário internacional.

A guerra de guerrilha travada pela FRELIMO foi marcada por táticas inovadoras e pela capacidade de mobilização das populações rurais, que sofriam diretamente com a exploração colonial. O conflito prolongado e o desgaste das forças portuguesas foram fatores decisivos para o enfraquecimento do regime colonial. No entanto, o ponto de virada para a independência de Moçambique ocorreu em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal. Esse movimento militar e popular derrubou o regime autoritário de Marcelo Caetano, sucessor de António Salazar, e abriu caminho para a descolonização das possessões portuguesas na África.

Com o colapso do regime salazarista, as negociações entre a FRELIMO e o governo português levaram à proclamação da independência de Moçambique em 25 de junho de 1975. Esse momento histórico representou não apenas o fim de séculos de dominação colonial, mas também o início de um novo capítulo para o país, que passou a enfrentar os desafios de construir uma nação soberana e unificada após décadas de exploração e divisão.

A independência de Moçambique, portanto, foi o resultado de uma combinação de fatores: a resistência organizada e persistente da FRELIMO, o apoio das populações locais e o contexto internacional favorável, somados ao colapso interno do regime português. Esse processo destacou a importância da luta armada e da mobilização popular, mas também evidenciou as complexidades e os desafios que viriam a seguir, como a construção de um Estado nacional em um contexto marcado por diversidades étnicas, culturais e sociais. A FRELIMO, que liderou a luta pela independência, assumiu o poder no pós-independência, buscando implementar um projeto de transformação social e econômica no país.

No entanto, a independência não trouxe imediatamente a paz. Moçambique herdou uma economia fragilizada e uma sociedade dividida. A FRELIMO, que assumiu o poder, adotou um modelo de governo socialista, alinhado com o bloco soviético durante a Guerra Fria. Esse modelo, embora tenha buscado promover a igualdade e o desenvolvimento, enfrentou desafios significativos, incluindo a falta de infraestrutura e a resistência interna.

A instabilidade política e econômica do pós-independência culminou em uma guerra civil que durou de 1977 a 1992. O conflito opôs a FRELIMO à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um movimento armado apoiado por regimes vizinhos, como o da Rodésia (atual Zimbábue) e da África do Sul, que se opunham ao governo socialista de Moçambique. A guerra civil foi extremamente devastadora, resultando em cerca de um milhão de mortes e o deslocamento de milhões de pessoas.

A independência de Moçambique em 1975, embora celebrada como um marco de libertação do colonialismo português, deu início a um período de instabilidade política e econômica que rapidamente evoluiu para um dos conflitos mais devastadores da história do país: a guerra civil moçambicana, que se estendeu de 1977 a 1992. Esse conflito opôs o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que assumiu o poder após a independência, à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um movimento armado de oposição que recebeu apoio de regimes vizinhos, como a Rodésia (atual Zimbábue) e a África do Sul.

Após a independência, a FRELIMO implementou um projeto socialista que visava transformar Moçambique em um Estado centralizado e planificado. No entanto, as políticas adotadas, como a nacionalização de empresas, a coletivização da agricultura e a repressão a dissidentes políticos, geraram insatisfação em diversos setores da sociedade. Além disso, a FRELIMO enfrentou desafios econômicos imediatos, como a fuga de capitais e a falta de infraestrutura após a partida dos portugueses, o que agravou a crise no país.

A RENAMO, inicialmente criada e apoiada pela inteligência rodesiana como uma força de oposição ao governo da FRELIMO, ganhou impulso ao receber apoio da África do Sul no

contexto da Guerra Fria. Ambos os regimes, Rodésia e África do Sul, viam o governo socialista de Moçambique como uma ameaça, especialmente devido ao seu apoio a movimentos de libertação em seus territórios, como a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) e o Congresso Nacional Africano (ANC). Assim, a RENAMO foi instrumentalizada como uma força *proxy* para desestabilizar o governo moçambicano.

A guerra civil moçambicana foi marcada por extrema violência, com ambos os lados cometendo atrocidades. A RENAMO, em particular, ficou conhecida por táticas de guerrilha que incluíam ataques a civis, destruição de infraestrutura e recrutamento forçado de crianças-soldados. A FRELIMO, por sua vez, respondeu com repressão política e militar, exacerbando o clima de medo e instabilidade.

O conflito resultou em cerca de um milhão de mortes, direta ou indiretamente, e no deslocamento de milhões de pessoas, tanto dentro de Moçambique quanto para países vizinhos. A economia do país foi severamente afetada, com a destruição de estradas, ferrovias, escolas e hospitais, além do colapso da produção agrícola, o que levou a crises de fome generalizadas. A guerra também aprofundou as divisões sociais e regionais, criando feridas que levaram décadas para começar a cicatrizar.

A guerra civil só chegou ao fim em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, mediado pela Comunidade de Santo Egídio e com o apoio da ONU. O acordo estabeleceu um cessar-fogo, a desmobilização das tropas da RENAMO e a realização de eleições multipartidárias. Em 1994, as primeiras eleições democráticas foram realizadas, com a FRELIMO vencendo e Joaquim Chissano assumindo a presidência. A RENAMO, por sua vez, transformou-se em um partido político, marcando o início de uma frágil, mas significativa, transição para a paz.

A guerra civil deixou um legado profundo e duradouro em Moçambique. Além das perdas humanas e materiais, o conflito fragilizou as instituições do Estado e exacerbou as desigualdades sociais e regionais. A reconciliação nacional e a reconstrução do país têm sido processos lentos e complexos, com desafios persistentes, como a corrupção, a pobreza e tensões políticas ocasionais entre a FRELIMO e a RENAMO.

Apesar disso, o fim da guerra civil e a transição para a democracia representaram um marco importante na história de Moçambique, demonstrando a resiliência do seu povo e a capacidade de superar um dos períodos mais sombrios de sua história. A experiência da guerra civil também serve como um alerta sobre os perigos da polarização política e da interferência externa em conflitos internos, lições que continuam relevantes para o país e para o continente africano como um todo.

De acordo com o jornalista e escritor William Finnegan, a guerra civil em Moçambique foi um dos conflitos mais brutais da história da África, marcado por atrocidades cometidas por ambos os lados contra a população civil. Finnegan (1992) descreve um cenário de extrema violência, em que a FRELIMO e a RENAMO recorreram a táticas que incluíam massacres, recrutamento forçado e destruição de comunidades inteiras. Essa violência indiscriminada deixou marcas profundas na sociedade moçambicana, com milhões de pessoas deslocadas, famílias separadas e um tecido social fragilizado.

Desde o fim da guerra civil, Moçambique tem enfrentado uma série de desafios complexos que dificultam sua reconstrução e desenvolvimento. A pobreza continua a ser um problema grave, com grande parte da população vivendo abaixo da linha da pobreza. A corrupção sistêmica minou os esforços de reconstrução e desenvolvimento, desviando recursos que poderiam ser investidos em infraestrutura, educação e saúde. Ainda mais, a desigualdade social persiste, com disparidades regionais e econômicas que exacerbam as tensões internas.

A instabilidade política também tem sido uma constante, com confrontos ocasionais entre a FRELIMO, que permanece no poder desde a independência, e a RENAMO, que continua a contestar sua hegemonia. Embora o país tenha mantido uma relativa estabilidade desde o fim da guerra civil, as tensões políticas e a falta de consenso sobre questões fundamentais, como a descentralização do poder, continuam a representar riscos para a coesão nacional.

Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado uma reemergência de instabilidade político-militar, marcada pelo ressurgimento do conflito armado em 2013, com maior incidência nas regiões centro e norte do território nacional. Este recrudescimento das tensões entre o governo e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) culminou, em 5 de setembro de 2014, com a assinatura de um Acordo de Cessação das Hostilidades entre o então Presidente da República, Armando Guebuza, e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama. Tal acordo visava interromper as ações militares hostis e criar um ambiente favorável para a realização pacífica das eleições gerais de outubro do mesmo ano, permitindo uma momentânea estabilização do cenário político.

Contudo, essa trégua revelou-se frágil e de curta duração. Após a realização das eleições, Moçambique mergulhou em nova crise política, evidenciando a persistência de fatores estruturais de instabilidade e desconfiança entre os principais atores políticos. A RENAMO recusou-se a aceitar os resultados eleitorais, alegando fraude e manipulação dos votos, e passou a exigir o controlo administrativo de seis províncias — Nampula, Niassa, Tete, Zambézia, Sofala e Manica — onde, segundo o partido, obteve maioria expressiva nas urnas. Essa demanda

reacendeu tensões político-militares e ameaçou desestabilizar os frágeis avanços rumo à consolidação democrática e à paz duradoura.

Este cenário revela não apenas a fragilidade dos mecanismos institucionais de resolução de conflitos em Moçambique, mas também a profunda polarização política, alimentada por um sistema eleitoral contestado e por desigualdades regionais que favorecem narrativas de exclusão e marginalização. A insistência da RENAMO em reivindicar o poder nas províncias onde se considera vencedora das eleições sugere uma crise de legitimidade do Estado central, bem como um déficit na implementação de um modelo de governação inclusivo e representativo. Tais dinâmicas refletem o quanto o país ainda luta para consolidar uma cultura política assente no diálogo, na confiança mútua e na institucionalidade democrática como instrumentos legítimos de disputa e exercício do poder.

Nos últimos anos, a descoberta de vastos recursos naturais, como gás natural e carvão, trouxe esperanças de desenvolvimento econômico para Moçambique. Esses recursos têm o potencial de transformar a economia do país, atraindo investimentos estrangeiros e gerando receitas avolumadas. No entanto, a exploração desses recursos também gerou tensões e conflitos, especialmente na província de Cabo Delgado, onde grandes reservas de gás natural foram descobertas.

Desde Outubro de 2017, a província de Cabo Delgado tem sido palco de uma insurgência violenta liderada por um grupo conhecido como Al-Shabaab (não relacionado ao grupo somali de mesmo nome). Esse grupo, que alguns analistas associam a redes jihadistas internacionais, tem realizado ataques brutais contra civis, forças de segurança e infraestruturas, causando deslocamento em massa e crise humanitária. A violência já resultou em milhares de mortes e deixou centenas de milhares de pessoas deslocadas, agravando os desafios sociais e econômicos da província.

As manifestações populares em Moçambique têm surgido como uma resposta direta aos persistentes desafios socioeconômicos e políticos que o país enfrenta. Em 2010, por exemplo, o aumento dos preços dos alimentos e combustíveis desencadeou uma onda de protestos em várias cidades, refletindo o descontentamento generalizado da população com as condições de vida precárias e a falta de respostas eficazes do governo. Esses protestos, que começaram de forma pacífica, rapidamente escalaram para confrontos violentos com as forças de segurança, evidenciando a tensão entre o Estado e os cidadãos. A repressão aos manifestantes, muitas vezes brutal, destacou a fragilidade do diálogo político e a dificuldade do governo em lidar com demandas populares de forma inclusiva e democrática.

A trajetória das manifestações populares em Moçambique, especialmente aquelas conhecidas como "revoltas do pão", revela de forma nítida as tensões latentes entre um modelo de desenvolvimento económico excludente, a fragilidade do espaço democrático e os limites de representatividade da sociedade civil institucionalizada. Com base na análise dos estudos de Luís de Brito (2017) e de Kajsa Johansson e Michael Sambo (2017), é possível reconstruir um historial sociopolítico das manifestações que transcende a mera leitura dos acontecimentos como explosões episódicas de violência ou irracionalidade coletiva, e os interpreta como manifestações de uma cidadania marginalizada e emergente, forjada nas periferias do sistema político-económico.

As manifestações de 2008 e 2010, ocorridas com maior intensidade nas cidades de Maputo e Matola, não foram isoladas nem espontâneas no sentido absoluto; antes, constituíram culminações de processos acumulativos de exclusão, frustração e deslegitimação das instituições estatais e das organizações intermediárias (ONGs e OSCs). Essas manifestações foram protagonizadas essencialmente por jovens urbanos desempregados, trabalhadores informais e residentes de bairros periféricos, os quais se sentiam alheios às promessas de prosperidade veiculadas pelo discurso político dominante.

Segundo Johansson e Sambo (2017), a elevação do custo de vida, particularmente dos preços de bens essenciais como pão, transporte, água e energia, em conjunção com a estagnação ou queda dos rendimentos reais das famílias, operou como gatilho imediato dos protestos. Esta condição configura o que os autores designam de *entitlement gap*, ou seja, a discrepância entre o que os cidadãos percebem como seus direitos fundamentais e aquilo que efetivamente conseguem alcançar. A essa dimensão económica soma-se a sensação de impotência política e de não representação — uma cidadania negada ou reprimida, cujas formas de expressão não encontram canais institucionais eficazes.

Neste contexto, Sambo e Johansson interpretam essas revoltas como formas alternativas e legítimas de cidadania. Essa leitura desconstrói a narrativa dominante que tende a criminalizar os protestos, e realça que os mesmos são expressões legítimas de participação política, ainda que por vias não convencionais. Os manifestantes, excluídos dos canais tradicionais de participação — como conselhos consultivos, audições públicas ou representação por ONGs — recorrem à rua como espaço de enunciação política e ao corpo como instrumento de resistência. Os autores sublinham, ainda, que muitas das ONGs que reivindicam falar em nome dos pobres são percebidas, por estes, como próximas demais do poder, desprovidas de legitimidade representativa e comprometidas com agendas neoliberais que priorizam a estabilidade e o consenso em detrimento da justiça e da equidade.

Por sua vez, a análise de Luís de Brito (2017) reforça essa leitura ao apresentar uma visão mais ampla do ciclo de manifestações populares em Moçambique entre 2008 e 2012. Para o autor, essas manifestações evidenciam o esgotamento de um modelo de governação assente na desmobilização das massas, na concentração de poder político e económico e numa retórica de desenvolvimento que não corresponde às vivências reais da maioria da população. Brito mostra que as manifestações não se limitaram a Maputo e Matola, mas irradiaram para outras cidades e distritos — como Chimoio, Chókwe e Chibuto — revelando uma consciência social crescente e uma capacidade de ação coletiva que desafia o *status quo*.

Ambos os estudos demonstram que as revoltas de 2008 e 2010 se inserem numa genealogia mais longa de protestos sociais em Moçambique. Episódios anteriores, como as manifestações de transportadores semi-coletivos em 1993, já indicavam a existência de tensões sociais não resolvidas no pós-guerra. Da mesma forma, eventos posteriores — como os protestos de 2012, embora mais localizados — indicam que os fatores estruturais de insatisfação persistem: desigualdade, desemprego, marginalização e ausência de voz política.

Do ponto de vista da sociologia política, essas manifestações refletem o que James Scott (1990) denominou como "formas infra-políticas de resistência", ou seja, ações coletivas que, embora não institucionalizadas ou reconhecidas pelo sistema político, carregam um profundo conteúdo de contestação. Tais ações são também uma resposta à fragilidade da democracia representativa moçambicana, que se tem mostrado incapaz de canalizar os anseios das populações marginalizadas. A elevada abstenção eleitoral (por exemplo, os 64% registados nas eleições de 2004, conforme referenciado por Sambo) e o distanciamento entre governantes e governados apontam para uma crise de legitimidade do sistema.

Os protestos de 2008 e 2010 não foram apenas reações à inflação ou à crise global dos cereais; eles foram, acima de tudo, um grito coletivo contra a desigualdade estrutural, a exclusão política e a desumanização cotidiana. Como bem observa Patel e McMichael (2009), a comida é o símbolo material mais elementar do contrato social, e quando esse contrato é rompido, os cidadãos respondem com o que têm: a sua presença nos espaços públicos, os seus corpos em resistência, a sua indignação transformada em ação.

Importa ainda sublinhar que o Estado respondeu a essas manifestações com forte repressão, revelando uma lógica de securitização da pobreza e da dissidência. Ao invés de abrir canais de diálogo, institucionalizar mecanismos de escuta popular e reformar a estrutura socioeconómica, o Estado moçambicano optou por criminalizar a contestação, perseguir supostos líderes e reforçar o controlo policial. Tal postura não apenas mina a confiança dos

cidadãos nas instituições, mas também agrava o sentimento de exclusão e alimenta a possibilidade de novos ciclos de protestos.

Do ponto de vista da gestão de conflitos, as manifestações analisadas evidenciam a ausência de uma cultura de negociação e de mediação política efetiva em Moçambique. A falta de resposta institucional aos apelos populares e o bloqueio dos canais de participação sugerem que o país carece de um sistema democrático maduro, onde as tensões sociais possam ser canalizadas de forma construtiva e pacífica. Neste sentido, é fundamental repensar os mecanismos de articulação entre sociedade civil e Estado, valorizando formas de participação não elitizadas, incluindo movimentos sociais informais e grupos de base comunitária, frequentemente excluídos das plataformas formais de diálogo.

Por fim, ao contrário do discurso dominante que tende a despolitizar os protestos, é preciso reconhecê-los como expressões legítimas de uma cidadania insurgente — uma cidadania que, mesmo sem as credenciais institucionais, reclama o direito à cidade, ao pão e à dignidade. As revoltas do pão são, nesse sentido, marcos de uma luta por reconhecimento e redistribuição, elementos fundamentais de uma democracia substantiva.

Em 2013, dezenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de Maputo e de outras cidades moçambicanas em manifestações que refletiam o profundo descontentamento da população com a onda de raptos e o clima de instabilidade político-militar que ameaçava mergulhar o país novamente em um cenário de conflito. As manifestações, organizadas de forma pacífica, ordeira e apartidária, foram marcadas por slogans que exigiam o fim da violência, do racismo, da corrupção e que denunciavam o silêncio do governo frente a essas questões. Esses protestos surgiram em um contexto de crescente tensão no centro e norte do país, onde a instabilidade entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, principal partido da oposição naltura, ameaçava reacender os fantasmas da guerra civil que havia devastado Moçambique entre 1977 e 1992.

A onda de raptos, que atingiu principalmente empresários e membros da classe média, criou um clima de medo e insegurança generalizada, enquanto a retórica belicista da RENAMO, que ameaçava inviabilizar as eleições autárquicas agendadas para 20 de novembro daquele ano, aumentava a sensação de que o país estava à beira de um colapso. A RENAMO, que havia se transformado em um partido político após o Acordo Geral de Paz de 1992, decidiu boicotar as eleições locais, alegando falta de transparência e justiça no processo eleitoral. Essa decisão, somada às ameaças de desestabilização, contribuiu para instalar um clima de incerteza e temor em todo o país.

O famoso músico de intervenção social Azagaia, falecido a 9 de Março de 2023, que participou das manifestações, sintetizou o sentimento geral ao afirmar que "o medo está instalado

no país e todos os cenários são possíveis". Sua fala refletia não apenas a apreensão em relação à violência e à instabilidade política, mas também a frustração com a incapacidade do governo em garantir segurança, justiça e transparência. As manifestações de 2013 foram, portanto, um grito de alerta da sociedade civil, que exigia respostas concretas para os problemas que ameaçavam a paz e a estabilidade do país.

Interpretando esses eventos, é possível perceber que as manifestações de 2013 foram um reflexo das tensões estruturais que persistem em Moçambique desde o fim da guerra civil. Apesar dos avanços alcançados com a democratização e a realização de eleições multipartidárias, o país continua a enfrentar desafios profundos, como a corrupção, a desigualdade social, a fragilidade das instituições e a falta de diálogo político entre os principais atores. A instabilidade político-militar e a onda de raptos expuseram as fragilidades do Estado moçambicano e a incapacidade de garantir segurança e justiça para todos os cidadãos.

Outrossim, o boicote da RENAMO às eleições autárquicas e suas ameaças de desestabilização destacaram as limitações do processo democrático em Moçambique, onde a competição política muitas vezes é marcada por desconfiança mútua e falta de consenso sobre as regras do jogo.

Mais recentemente, na província de Cabo Delgado, onde a insurgência liderada por grupos armados tem causado violência extrema e deslocamento em massa, somada à percepção de má gestão dos recursos naturais, tem alimentado um clima de insatisfação e desconfiança em relação ao governo. A descoberta de vastas reservas de gás natural na região trouxe a promessa de desenvolvimento econômico, mas também expôs as desigualdades e a falta de transparência na gestão desses recursos. Muitos moçambicanos veem os benefícios desses recursos concentrados nas mãos de uma elite política e econômica, enquanto a maioria da população continua a enfrentar pobreza, desemprego e falta de serviços básicos. Essa percepção de injustiça tem levado a protestos e críticas crescentes ao governo, tanto nas ruas quanto em fóruns públicos e redes sociais.

Essas manifestações refletem um sentimento mais amplo de frustração com a incapacidade do Estado em garantir uma distribuição equitativa dos recursos e em responder de forma eficaz às crises que afetam o país. A crise em Cabo Delgado, em particular, tornou-se um símbolo das falhas governamentais, não apenas na gestão dos recursos naturais, mas também na proteção dos cidadãos e na promoção do desenvolvimento regional. A violência e o deslocamento em massa na região contrastam fortemente com a narrativa oficial de progresso e estabilidade, alimentando um ciclo de descontentamento e mobilização popular.

Interpretando esses eventos, é possível perceber que as manifestações populares em Moçambique são tanto uma reação imediata a crises específicas, como o aumento dos preços ou a violência em Cabo Delgado, quanto uma expressão de demandas estruturais mais profundas por justiça social, transparência e participação política. Elas evidenciam a existência de uma sociedade civil ativa e consciente de seus direitos, mas também destacam as limitações de um sistema político que muitas vezes responde à insatisfação popular com repressão ou medidas superficiais, em vez de promover reformas substantivas. Para que Moçambique possa avançar em direção a um futuro mais estável e próspero, será essencial que o governo e as instituições estatais aprendam a ouvir e dialogar com as demandas populares, transformando-as em políticas públicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

A leitura das manifestações populares em Moçambique, à luz dos estudos de Luís de Brito (2017) e de Johansson e Sambo (2017), oferece um quadro interpretativo robusto que permite compreender o contexto e os fundamentos de novos ciclos de protesto, incluindo a crise pós-eleitoral de 2024, marcada por manifestações de amplitude nacional sob a liderança de Venâncio Mondlane (VM7), candidato da oposição que contesta os resultados das eleições presidenciais de 9 de outubro de 2024. A articulação entre o passado e o presente manifesta-se como continuidade de uma cultura de contestação que se tem intensificado face à incapacidade estrutural do Estado moçambicano em garantir canais legítimos de participação, inclusão e justiça social.

As manifestações de 2008 e 2010, como descrevem Johansson e Sambo (2017), surgiram num contexto de frustração generalizada provocada pelo agravamento das condições de vida e pela desigualdade social, combinada com o sentimento de invisibilidade política das populações empobrecidas dos centros urbanos. O que os autores chamam de *exercício de cidadania insurgente* — uma cidadania que se manifesta na ausência de representação — reaparece, com força renovada, nas manifestações pós-eleitorais de 2024, mas agora com contornos ainda mais nitidamente políticos e organizados.

A contestação liderada por Venâncio Mondlane, que reivindica vitória eleitoral e denuncia fraude no processo eleitoral de outubro de 2024, mobilizou milhares de cidadãos em todo o país, dando origem a manifestações massivas em diversas capitais provinciais, com destaque para Maputo, Beira, Nampula, Quelimane e Tete. Nos últimos tempos inclui também os epicentros das capitais provincias de Inhambane e Gaza. A narrativa da exclusão política ganha nova centralidade: desta vez, não se trata apenas do clamor contra o custo de vida, mas da exigência direta por *representação política autêntica*, *transparência eleitoral* e *respeito pela vontade popular*.

Este ciclo de protestos guarda continuidade com o passado recente. Segundo Brito (2017), as manifestações entre 2008 e 2012 foram expressões espontâneas de frustração acumulada por uma população que, embora politicamente desmobilizada nos canais formais, mostrou-se capaz de se auto-organizar em momentos críticos. A novidade no contexto de 2024 reside no facto de as manifestações pós-eleitorais não emergirem do anonimato coletivo, mas sim sob uma liderança política visível e articulada, capaz de canalizar o descontentamento popular num projeto político alternativo.

Contudo, mesmo com essa liderança, o padrão de resposta do Estado manteve-se inalterado: repressão violenta, criminalização da manifestação, censura informacional e ausência de diálogo efetivo. Isso confirma o argumento de Johansson e Sambo (2017) de que o Estado moçambicano continua a não reconhecer o protesto como uma forma legítima de cidadania, preferindo tratá-lo como ameaça à ordem pública. A repressão policial, os cortes de internet e o cerco a ativistas e jornalistas durante os protestos de 2024 são evidências dessa continuidade autoritária.

Esta evolução aponta para o endurecimento da resistência popular como resultado da erosão da confiança institucional. O sistema político moçambicano, centrado no domínio prolongado de um único partido, tem demonstrado baixa capacidade de absorver dissensos, o que, ao longo do tempo, contribui para a radicalização da cidadania e para o surgimento de lideranças que, como Mondlane, ganham legitimidade diretamente das massas e não das estruturas partidárias tradicionais.

As manifestações de 2024 também ampliam o perfil sociológico dos manifestantes. Se nas revoltas do pão predominavam os jovens urbanos marginalizados, nas mobilizações pós-eleitorais verifica-se uma participação mais heterogênea: professores, profissionais liberais, membros da diáspora e até pequenos empresários engrossam as fileiras do protesto, revelando um mal-estar transversal à sociedade. Esta ampliação do espectro sociopolítico sugere uma cidadania em mutação — cada vez mais consciente, mais crítica, e menos tolerante à fraude, à corrupção e à opacidade governativa.

Ademais, o uso intensivo das redes sociais como plataforma de mobilização e denúncia evidencia o deslocamento do campo de batalha simbólica para o ambiente digital, ampliando o alcance das reivindicações e dificultando o controlo estatal da narrativa pública. Essa dinâmica conecta-se com o que Castells (2012) define como *autocomunicação de massas*, uma forma de poder comunicativo descentralizado e horizontal, que redefine a relação entre cidadão, mídia e Estado.

No entanto, tal como advertido por Johansson e Sambo, a persistência da repressão, aliada à fragilidade das organizações de sociedade civil em representar efetivamente os anseios populares, poderá agravar a clivagem entre o Estado e a sociedade. A ausência de reformas estruturais no sistema eleitoral e na arquitetura da governação local tende a empurrar os cidadãos para formas cada vez mais contundentes de protesto, com potencial de desestabilização política e social.

A crise pós-eleitoral de 2024, portanto, não é um evento isolado, mas sim o resultado acumulado de um modelo político que, ao longo das últimas décadas, tem promovido crescimento económico sem redistribuição, estabilidade formal sem inclusão substantiva e democracia procedimental sem participação efetiva. As manifestações lideradas por Venâncio Mondlane representam o ponto culminante de um processo de insurgência democrática, no qual os cidadãos, fartos da exclusão e da manipulação, recusam-se a permanecer em silêncio.

Como perito em sociologia política e gestão de conflitos, sublinho que o atual momento histórico impõe a Moçambique uma encruzilhada: ou se abre um novo ciclo de reformas políticas, com base na escuta, transparência e inclusão — ou o país corre o risco de mergulhar em uma espiral prolongada de instabilidade, com consequências imprevisíveis para a coesão social e para a própria legitimidade do Estado. Os protestos populares, ontem e hoje, são o termómetro dessa tensão histórica que clama por resolução.

Borges Coelho (2018) acrescenta uma camada interpretativa essencial à análise das manifestações populares em Moçambique, ao indicar que estas não se reduzem a reações imediatas a condições económicas adversas, mas devem ser entendidas como expressões complexas de uma cidadania frustrada que reivindica transparência, justiça social e inclusão democrática. Essa leitura amplia a compreensão das revoltas do pão de 2008 e 2010, bem como da mais recente crise pós-eleitoral de 2024, liderada por Venâncio Mondlane, como momentos de ruptura que questionam o próprio modelo de governança vigente no país.

Segundo Coelho, a insatisfação popular deve ser analisada no cruzamento entre fatores económicos estruturais, como o desemprego e o aumento do custo de vida, e dimensões políticas e simbólicas, como a exclusão dos processos de tomada de decisão e a percepção generalizada de injustiça. Tal como observaram também Johansson e Sambo (2017), as manifestações são uma forma de os cidadãos "fazerem-se ouvir" em contextos onde as instituições formais não respondem adequadamente às suas necessidades.

A violência que emerge nas manifestações — tanto por parte dos manifestantes quanto, e sobretudo, como resposta repressiva do Estado — é o sintoma visível de uma falência do diálogo institucionalizado. A repressão policial violenta, que tem sido prática recorrente em

Moçambique desde os protestos de 1993 até os eventos de 2024, demonstra uma cultura política autoritária, ainda presente mesmo em contextos de regime formalmente democrático. Esta repressão não só agrava o conflito como também mina a legitimidade das instituições, alimentando ciclos de desconfiança e radicalização.

A demanda por maior transparência, tal como sublinhada por Coelho (2018), manifesta-se de forma contundente nas reivindicações eleitorais de 2024. A contestação liderada por Mondlane evidencia não apenas o desacordo com os resultados das urnas, mas, sobretudo, a exigência de um processo político justo, auditável e acessível ao escrutínio popular. Este clamor por transparência é uma expressão de um desejo profundo por soberania popular real, numa sociedade onde, historicamente, as decisões políticas têm sido tomadas de forma opaca e concentrada nas elites partidárias e económicas.

Por outro lado, a justiça social aparece como eixo transversal das reivindicações populares. Seja nas exigências de acesso a serviços básicos (como pão, transporte e energia, nas revoltas de 2008 e 2010), seja nas demandas por equidade na distribuição de oportunidades e recursos, os protestos revelam a falência de um modelo económico extrativista, centrado em megaprojetos e investimentos estrangeiros que, embora contribuam para o crescimento do PIB, não se traduzem em melhoria concreta das condições de vida para a maioria dos cidadãos (Castel-Branco, 2010).

As manifestações moçambicanas, portanto, são práticas políticas de base, por vezes desorganizadas ou deslegitimadas, mas profundamente enraizadas nas experiências sociais de exclusão, pobreza e silenciamento. Neste sentido, o protesto torna-se uma linguagem, uma gramática de resistência que, mesmo diante da violência do Estado, insiste em afirmar o direito de existir, participar e transformar.

Essa leitura também impõe uma reflexão sobre o papel das elites políticas e das instituições da sociedade civil: se estas não forem capazes de escutar, interpretar e intermediar os anseios populares, contribuirão apenas para o agravamento do fosso entre governantes e governados. A construção de uma democracia verdadeiramente participativa exige, portanto, reformas estruturais profundas, incluindo a democratização dos processos eleitorais, a descentralização da governação, a reforma dos aparelhos repressivos do Estado e o fortalecimento de formas autónomas de organização popular.

Como se pode ver, Moçambique nunca viveu uma paz efetiva e como prova disso, a cada eleição registam-se manifestações, guerrilhas e instabilidade do país que tem custado muito a vida de centenas de moçambicanos.

Raízes históricas e estruturais do descontentamento social

O descontentamento social em Moçambique é um fenómeno complexo e de várias facetas, cujas raízes históricas e estruturais remontam ao período colonial, passam pela luta pela independência e se consolidam no período pós-independência, agravando-se no contexto pós-guerra civil (1992). Para compreender essa dinâmica, é essencial analisar como o colonialismo, as estruturas de poder pós-independência e as desigualdades de classe moldaram as condições socioeconómicas e políticas do país, perpetuando tensões e frustrações que continuam a alimentar o mal-estar social.

O colonialismo português em Moçambique estabeleceu um sistema de exploração económica e dominação política que marginalizou a população local, concentrando riqueza e poder nas mãos de uma elite colonial e de aliados locais. o legado colonial deixou marcas profundas na estrutura social e económica do país. A economia colonial era voltada para a extração de recursos e a exploração da mão de obra local, com pouca ou nenhuma preocupação com o desenvolvimento humano ou a inclusão social (Chunguane, 2017). Esse modelo criou uma sociedade profundamente desigual, onde a maioria da população era excluída dos benefícios do crescimento económico.

Além disso, o colonialismo impôs uma hierarquia racial e social que persistiu mesmo após a independência. A marginalização das comunidades rurais e a concentração de investimentos em áreas urbanas, especialmente na capital Maputo, refletem uma lógica colonial de centralização do poder e dos recursos. Essa dinâmica contribuiu para a criação de uma estrutura de classes rígida, onde uma pequena elite detém o controle sobre os recursos económicos e políticos, enquanto a maioria da população permanece à margem do desenvolvimento.

A independência de Moçambique em 1975 trouxe consigo a esperança de um novo começo, com a promessa de justiça social, igualdade e desenvolvimento. No entanto, o projeto pós-independência, liderado pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), rapidamente se transformou em um regime de partido único, centralizado e autoritário (Johansson & Sambo, 2017). Apesar dos discursos socialistas e de inclusão, o novo governo reproduziu muitas das estruturas de poder e desigualdade herdadas do colonialismo.

A centralização do poder e a falta de pluralismo político limitaram a participação consciente dos cidadãos e a representatividade, criando um fosso entre as elites políticas e a população. A guerra civil que se seguiu (1977-1992) exacerbou essas tensões, com o conflito entre a FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) aprofundando as

divisões sociais e económicas. A guerra destruiu infraestruturas, deslocou populações e agravou a pobreza, criando um ambiente de instabilidade e desconfiança que persiste até hoje.

O fim da guerra civil em 1992 trouxe a esperança de paz e reconstrução, mas também revelou as limitações do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo. O crescimento económico pós-guerra não se traduziu em melhoria das condições de vida para a maioria da população (Noa, 2015). Pelo contrário, a liberalização económica e as políticas de ajuste estrutural aprofundaram as desigualdades, concentrando riqueza nas mãos de uma pequena elite e marginalizando ainda mais as comunidades rurais e urbanas.

A noção de "frustração relativa", desenvolvida por Gurr (1970) e explorada por Chaimite (2014), é fundamental para entender o descontentamento social em Moçambique. A população, especialmente os jovens urbanos, sente-se excluída dos benefícios do crescimento económico e frustrada com a falta de oportunidades e de reconhecimento político. As revoltas do pão de 2008 e 2010 (Johansson & Sambo, 2017), foram expressões legítimas dessa frustração, motivadas não apenas pelo aumento dos preços dos bens essenciais, mas também pela percepção de injustiça e exclusão.

A desigualdade económica é um dos principais fatores que alimentam o descontentamento social em Moçambique. A concentração de renda e a falta de acesso a recursos básicos, como educação, saúde e moradia, são problemas persistentes que afetam especialmente as comunidades periféricas urbanas e rurais. Os bairros periféricos de Maputo e Matola, como Mafalala e Magoanine, tornaram-se epicentros da insatisfação popular, onde os jovens desempregados e trabalhadores informais reagem de forma espontânea e massiva (Noa, 2015).

A exclusão política também desempenha um papel cruciforme no descontentamento. As instituições políticas são percebidas como distantes e pouco representativas, com partidos que não atendem aos interesses da maioria da população. A falta de canais efetivos de participação política e a centralização do poder geram um sentimento de abandono e desconfiança em relação às instituições. O Estado moçambicano tem falhado em garantir os direitos fundamentais inscritos na Constituição, como a liberdade de expressão, reunião e manifestação (Chunguane, 2017).

A violência estrutural, entendida como a negação sistemática de direitos básicos e a exclusão social, é outro fator que contribui para o descontentamento. Em Moçambique, a violência estrutural se manifesta na forma de abusos policiais, corrupção, negligência estatal e falta de acesso a serviços básicos. Essa violência cria um terreno fértil para manifestações espontâneas, que são menos um desafio à ordem democrática e mais um grito por reconhecimento e justiça (Chaimite, 2014; Noa, 2015).

Por outro lado, as crises identitárias também desempenham um papel importante no descontentamento social. Em uma sociedade multiculturalmente diversa como Moçambique, a falta de reconhecimento das identidades culturais e étnicas pode gerar tensões e conflitos. A marginalização de certos grupos sociais, especialmente nas áreas rurais, leva a protestos e revoltas quando essas demandas não são atendidas.

Para superar as raízes históricas e estruturais do descontentamento social em Moçambique, é necessário adotar uma abordagem que promova a inclusão, a justiça e a igualdade de oportunidades. Isso requer uma transformação profunda das estruturas de poder e das políticas públicas, com foco na redistribuição de recursos, na descentralização do poder e no fortalecimento da participação ativa dos cidadãos.

Uma das alternativas é a promoção de políticas de desenvolvimento inclusivo, que priorizem o acesso a serviços básicos, como educação, saúde e moradia, especialmente nas áreas rurais e periféricas urbanas. Igualmente, é essencial fortalecer as instituições democráticas, garantindo a representatividade e a participação efetiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Outro caminho é o reconhecimento e a valorização das identidades culturais e étnicas, promovendo o diálogo e a inclusão social. Isso pode ser alcançado por meio de políticas que respeitem e integrem as diferentes comunidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas atendidas.

Por fim, é fundamental combater a corrupção e a violência estrutural, promovendo a transparência e a *accountability* nas instituições públicas. Isso requer uma reforma profunda do sistema político e económico, com foco na justiça social e na igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

A militarização e o uso da força como resposta ao protesto

A militarização e o uso da força como resposta ao protesto em Moçambique são práticas que refletem uma cultura política autoritária e uma abordagem repressiva do Estado frente ao descontentamento social. Essa estratégia não apenas viola os direitos fundamentais garantidos pela Constituição moçambicana, mas também aprofunda a crise de legitimidade do Estado, exacerbando a alienação e a frustração das populações marginalizadas. A análise desse fenómeno revela uma série de problemas estruturais, desde a herança colonial e pós-independência até a atualidade, que perpetuam um ciclo de violência e exclusão.

A militarização do espaço público, especialmente por meio da atuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) e da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), é uma resposta

sistemática do Estado às manifestações populares. Como temos assistido reiteradamente, essa militarização é caracterizada pelo uso desproporcional da força, incluindo armamento letal contra manifestantes desarmados, e pela impunidade sistemática dos agentes que cometem violações de direitos humanos. Essa abordagem repressiva é justificada sob o pretexto de manter a "ordem pública" e a "segurança nacional", mas, na prática, serve para silenciar vozes dissidentes e restringir liberdades fundamentais.

A UIR, em particular, opera com uma lógica bélica em contextos civis, tratando manifestações pacíficas como se fossem ameaças à segurança nacional. Essa militarização dos protestos populares reflete uma concepção de segurança centrada na repressão, em vez de na prevenção ou mediação. O Estado utiliza uma "narrativa de medo" para associar os manifestantes ao caos e à desordem, legitimando assim o uso da força (Coelho, 2018). No entanto, essa narrativa ignora as causas profundas do descontentamento, como a desigualdade económica, a exclusão política e a violência estrutural.

A militarização e o uso da força como resposta ao protesto têm raízes na herança autoritária do período colonial e do regime de partido único pós-independência. A cultura institucional das forças de segurança em Moçambique ainda é marcada por práticas autoritárias e repressivas (Zaverucha, 2008), que foram reforçadas durante a guerra civil (1977-1992). Essa herança reflete-se na falta de *accountability* e na impunidade sistemática dos agentes do Estado que cometem violações de direitos humanos.

Apesar de reformas formais, como a introdução de direitos humanos no currículo policial e o Plano Estratégico da PRM, há um déficit de formação, responsabilização e controle da atuação das forças de segurança (Chunguane, 2017). Essa lacuna favorece a impunidade e reforça a percepção de que os agentes do Estado estão acima da lei, o que mina a confiança pública nas instituições. A falta de transparência e *accountability* nas forças de segurança cria um ambiente onde a violência policial é tolerada e, em muitos casos, incentivada.

A repressão violenta aos protestos em Moçambique viola não apenas a Constituição do nosso país, mas também tratados internacionais dos quais Moçambique é signatário, como a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. O poder coercitivo do Estado deve ser sempre balizado por limites éticos e legais (Bobbio, 1992). No entanto, em Moçambique, o uso desproporcional da força e a criminalização dos manifestantes colocam em risco os fundamentos do Estado democrático de direito.

A repressão aos protestos revela um desequilíbrio perigoso entre segurança coletiva e liberdades individuais. Ao invés de promover o diálogo, a escuta e a inclusão, o Estado moçambicano opta por uma lógica de contenção violenta, que agrava o sentimento de alienação

e intensifica a crise de legitimidade institucional. A resposta repressiva do Estado às manifestações de 2008 e 2010, conhecidas como "revoltas do pão" (Noa, 2015), não apenas falhou em resolver as causas do descontentamento, mas também gerou mais frustração e desconfiança em relação às instituições públicas. Por essa razão, a situação agudizou-se com as manifestações iniciadas em 21 de Outubro de 2014 exigindo a verdade e justiça eleitoral que ceifaram milhares de vidas humanas incluindo pilhagem e vandalização de bens público-privados.

A resposta repressiva do Estado às manifestações de 2008 e 2010, conhecidas como "revoltas do pão" (Noa, 2015), revelou-se não apenas ineficaz em resolver as causas subjacentes do descontentamento social, mas também teve o efeito de intensificar a frustração e a desconfiança da população em relação às instituições públicas. Ao invés de se concentrar em políticas públicas que atendessem às demandas legítimas da população, como a redução da pobreza e o controle da inflação, o governo optou por uma abordagem autoritária, que priorizou a repressão da mobilização popular. Essa postura reflete uma estratégia que, longe de ser uma solução, apenas agravou o clima de insatisfação e alienação social. Essa repressão não só falhou em resolver as questões económicas centrais que motivaram as manifestações, como também aprofundou o fosso entre a população e o governo, levando ao aumento da hostilidade popular e à erosão da confiança nas instituições do Estado.

Com o passar dos anos, a insatisfação acumulada e a sensação de injustiça, exacerbadas pela falta de reformas e pela persistente desigualdade social, culminaram nas manifestações de 2014, 2019, 2023 e 2024, que se intensificaram com a exigência de "verdade e justiça eleitoral". O processo eleitoral, marcado por suspeitas de fraude e manipulação, foi visto pela população como um reflexo da corrupção e da falta de transparência governamental. Em resposta a essa situação, as manifestações de outubro de 2024 exigiram não apenas esclarecimentos sobre o processo eleitoral, mas também justiça para as vítimas da violência política, incluindo aqueles que perderam a vida durante os confrontos. Essas manifestações, que ocorreram em um clima de crescente polarização política, resultaram em uma tragédia, com milhares de vidas humanas perdidas, além da pilhagem e vandalização de bens públicos e privados. A violência, portanto, não foi um fim em si mesma, mas uma manifestação de uma profunda frustração social que se estendia a uma população que se sentia constantemente marginalizada e ignorada.

O efeito dessa dinâmica é claro: a repressão estatal, em vez de sanar os problemas que geravam o descontentamento, acabou alimentando um ciclo de violência e desconfiança, ampliando as tensões sociais e políticas. O governo, ao reagir com violência, não só prejudicou a sua própria imagem, mas também reforçou a percepção de que as instituições do Estado não

estavam comprometidas com os interesses da população. Essa dinâmica, marcada pela repressão de protestos legítimos e pela incapacidade de resolver questões económicas e políticas estruturais, criou um terreno fértil para o crescimento de movimentos de oposição e para a perpetuação de um estado de insatisfação generalizada.

Portanto, a falta de diálogo, a intransigência do governo e a violência como resposta a protestos legítimos geram um ciclo vicioso de frustração, desconfiança e conflito, que culmina em tragédias humanas e no agravamento das tensões sociais.

Para superar a militarização e o uso da força como resposta ao protesto, é imprescindível adotar uma abordagem que priorize o diálogo, a inclusão e a justiça social, em detrimento de práticas repressivas que apenas avolumam o descontentamento e a desconfiança nas instituições. Assim, é necessário implementar medidas concretas que promovam a *accountability*, a transparência e o respeito aos direitos humanos.

Uma das prioridades deve ser a reforma das forças de segurança, que atualmente operam com uma lógica repressiva e militarizada, muitas vezes em desacordo com os princípios de um Estado democrático de direito. Essa reforma deve incluir a formação dos agentes em direitos humanos, mediação de conflitos e uso proporcional da força, substituindo a cultura da repressão por uma cultura de proteção e serviço à comunidade. Outrossim, é essencial criar mecanismos independentes de investigação e responsabilização dos agentes que cometem violações de direitos humanos, garantindo que haja transparência e que os abusos não fiquem impunes. A *accountability* é fundamental para restaurar a confiança da população nas instituições de segurança e para garantir que estas atuem em conformidade com a lei e os valores democráticos.

Outro aspecto primordial é a adoção de uma abordagem de mediação e diálogo por parte do Estado, que reconheça as causas legítimas do descontentamento e busque soluções inclusivas e participativas. Em vez de tratar os manifestantes como "inimigos, vândalos", ou "ameaças à ordem pública", o Estado deve criar canais efetivos de comunicação com a sociedade civil, promovendo espaços de escuta e negociação que permitam a resolução pacífica de conflitos. O diálogo não deve ser visto como uma concessão, mas como um mecanismo essencial para a construção de consensos e a promoção da coesão social. A mediação, quando bem conduzida, pode transformar potenciais conflitos em oportunidades para o fortalecimento da democracia e a inclusão de vozes marginalizadas.

Paralelamente, é necessário implementar políticas públicas inclusivas que abordem as causas profundas do descontentamento, como a desigualdade económica, a exclusão social e a falta de acesso a serviços básicos. A redistribuição de recursos e a promoção do desenvolvimento equitativo, especialmente nas áreas rurais e periféricas urbanas, são passos essenciais para

reduzir as disparidades e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a educação, saúde, moradia e oportunidades económicas. A descentralização do poder, com a transferência de competências e recursos para os governos locais, também pode contribuir para uma gestão mais eficiente e próxima das necessidades das comunidades.

O fortalecimento da democracia é outro pilar fundamental para a superação da militarização e da repressão. Isso implica garantir a representatividade e a participação efetiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, promovendo o pluralismo político e protegendo as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, reunião e manifestação. A consolidação de instituições democráticas sólidas e transparentes, capazes de responder às demandas da população, é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Ademais, é crucial garantir a integridade dos processos eleitorais, evitando práticas como o roubo de votos e a manipulação dos resultados, que minam a confiança nas instituições e alimentam o descontentamento.

Narrativas de medo e insegurança: a construção da "ameaça interna"

As narrativas de medo e insegurança têm sido instrumentalizadas pelo Estado e por outros atores políticos para justificar políticas de controle e repressão, criando uma percepção de "ameaça interna" que serve para legitimar ações autoritárias e restringir liberdades fundamentais. Essas narrativas, que remontam ao período colonial e se intensificaram no contexto pós-independência, são construídas a partir de discursos políticos, jornalísticos e sociais que retratam certos grupos ou movimentos como perigos à estabilidade nacional. Por isso, a construção de narrativas de medo e insegurança não é um fenómeno recente. Ela tem raízes profundas no período colonial, quando o regime português utilizava o medo como ferramenta de controle social, retratando os movimentos de libertação como "terroristas" ou "ameaças à civilização". Após a independência em 1975, a FRELIMO, no contexto de guerra civil (1977-1992), adotou uma lógica semelhante, classificando a RENAMO como um grupo de "bandidos armados" financiados por interesses externos. Essa retórica de "inimigo interno" serviu para justificar a centralização do poder, a repressão política e a militarização do Estado.

No período pós-guerra civil, especialmente após a adoção do multipartidarismo em 1992, as narrativas de medo foram adaptadas para o contexto democrático. Grupos de oposição, movimentos sociais e manifestantes passaram a ser retratados como "desestabilizadores" ou "agentes do caos", numa tentativa de deslegitimar suas demandas e justificar a repressão estatal. Essas narrativas operam como dispositivos de controle social, permitindo que o Estado suspenda direitos fundamentais sob o pretexto de "proteger a paz" (Coelho, 2018).

As revoltas do pão de 2008 e 2010, assim como as manifestações pós-eleitorais de 2024, lideradas por Venâncio Mondlane, são exemplos emblemáticos de como o Estado moçambicano utiliza narrativas de medo para criminalizar protestos e justificar a repressão. Nessas ocasiões, os manifestantes foram retratados como "vândalos", "arruaceiros" ou "inimigos da estabilidade", numa tentativa de desviar a atenção das causas legítimas do descontentamento, como a desigualdade económica, a exclusão política e a falta de transparência eleitoral.

A repressão violenta a esses protestos, incluindo o uso desproporcional da força pela Polícia da República de Moçambique (PRM) e pela Unidade de Intervenção Rápida (UIR), foi acompanhada por um cerco digital e policial às figuras da oposição, reforçando a ideia de que o Estado utiliza o aparato de segurança como ferramenta política. A impunidade dos agentes que cometem abusos contribui para a naturalização da violência estatal, minando a confiança nas instituições e radicalizando os atores sociais.

As narrativas de medo e insegurança têm um impacto profundo na coesão social e na democracia moçambicana. Ao retratar certos grupos ou movimentos como ameaças à estabilidade, o Estado contribui para a polarização da sociedade, criando divisões entre "nós" (os bons cidadãos) e "eles" (os desordeiros ou inimigos). Essa lógica, herdada do período colonial e reforçada no contexto pós-independência, enfraquece a coesão nacional e dificulta o diálogo entre diferentes segmentos da sociedade. Pior ainda mina o famigerado ideal de unidade nacional.

Com efeito, a criminalização dos protestos e a repressão violenta geram um clima de medo e desconfiança, que inibe a participação política e a liberdade de expressão. Quando o Estado passa a considerar o cidadão como ameaça, rompe-se o contrato democrático e inaugura-se um regime de exceção permanente (Habermas, 1997). No nosso país, essa dinâmica é visível na forma como o Estado responde às manifestações, priorizando a contenção violenta em detrimento do diálogo e da inclusão.

As narrativas de medo e insegurança têm implicações graves para a democracia e a segurança humana em todo o país. Ao justificar a suspensão de direitos fundamentais e a ampliação do aparato repressivo, o Estado mina os pilares do Estado democrático de direito, colocando em risco a liberdade de expressão, a liberdade de reunião e o direito à participação política.

E a militarização das respostas estatais e a criminalização dos protestos agravam a insegurança humana, especialmente nas comunidades marginalizadas. A violência policial, a impunidade e a falta de acesso a serviços básicos criam um ciclo de exclusão e frustração que alimenta o descontentamento social. De facto, a repressão não resolve as causas do

descontentamento (Noa, 2015), mas sim gera mais frustração e desconfiança em relação às instituições públicas.

A militarização das respostas aos protestos sociais não é um fenómeno isolado de Moçambique, mas sim um padrão transnacional que se manifesta em diversos contextos geográficos e políticos. Países como o Egito, após a Primavera Árabe em 2011, o Chile durante os protestos de 2019, a Nigéria com o movimento #EndSARS em 2020, e até o Brasil, com a ocupação militarizada de favelas, revelam uma tendência global de securitização da pobreza e da dissidência. Nestes casos, a presença das forças armadas em contextos civis não só fragilizou as instituições democráticas, como também ampliou as desigualdades sociais e, em muitos casos, intensificou a violência estatal. A militarização, longe de resolver as causas do descontentamento, tende a agravar as tensões, criando um ciclo vicioso de repressão e resistência que adia a resolução dos problemas estruturais.

Contudo, nem todos os países optam por respostas militarizadas face ao descontentamento social. Experiências como a da Tunísia pós-2011 e da Islândia após a crise financeira de 2008 demonstram que abordagens baseadas no diálogo, na reforma institucional e na inclusão política são mais eficazes para restaurar a confiança pública e consolidar a democracia. Nestes contextos, o investimento em educação cívica, justiça social e mecanismos de participação democrática direta mostrou-se fundamental para superar crises sem recorrer à repressão. Estas experiências contrastam fortemente com os cenários de militarização, evidenciando que a construção de sociedades mais justas e coesas passa necessariamente pela promoção de políticas inclusivas e pelo fortalecimento das instituições democráticas.

Em Moçambique, a criminalização dos protestos, associando os manifestantes a "vândalos" ou "ameaças à estabilidade", é uma estratégia que busca deslegitimar as demandas populares e justificar a repressão, mas que, na prática, apenas aprofunda a crise de confiança nas instituições.

Além da reforma das forças de segurança, é crucial implementar políticas públicas inclusivas que abordem as causas profundas do descontentamento, como a desigualdade económica, a exclusão social e a falta de acesso a serviços básicos. A redistribuição de recursos e a promoção do desenvolvimento equitativo, especialmente nas áreas rurais e periféricas urbanas, são passos essenciais para reduzir as disparidades e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a educação, saúde, moradia e oportunidades económicas. A descentralização do poder, com a transferência de competências e recursos para os governos locais, também pode contribuir para uma gestão mais eficiente e próxima das necessidades das comunidades.

O fortalecimento das instituições democráticas é outro pilar fundamental para a superação da militarização e da repressão. Isso implica garantir a representatividade e a participação efetiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, promovendo o pluralismo político e protegendo as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, reunião e manifestação. A consolidação de instituições democráticas sólidas e transparentes, capazes de responder às demandas da população, é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. É também importante garantir a integridade dos processos eleitorais, evitando práticas como o roubo de votos e a manipulação dos resultados, que minam a confiança nas instituições e alimentam o descontentamento.

A promoção da educação cívica e da cultura de paz também desempenha um papel relevante na desconstrução das narrativas de medo e na promoção de uma sociedade mais coesa. A criação de programas educativos e campanhas de sensibilização, desenvolvidos em parceria com a sociedade civil e os meios de comunicação, podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na vida política e social do país. A valorização das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação independentes como canais de denúncia, escuta e mediação é igualmente importante para fortalecer a democracia e promover a inclusão.

Para superar as narrativas de medo e insegurança que têm sido instrumentalizadas para justificar políticas de controle e repressão, é imperativo adotar uma abordagem que priorize o diálogo, a inclusão e a justiça social. Essa transformação exige uma mudança profunda na cultura política e institucional do país, que deve ser orientada por princípios democráticos, transparência e respeito aos direitos humanos. A construção de uma sociedade mais justa e coesa passa necessariamente pela criação de mecanismos que permitam o engajamento efetivo da sociedade civil, a reforma das instituições de segurança e a promoção de valores cívicos que fortaleçam a democracia e a coesão nacional.

Um dos pilares centrais dessa transformação é a promoção do diálogo social. O Estado moçambicano deve criar canais efetivos de comunicação com a sociedade civil, reconhecendo as causas legítimas do descontentamento e buscando soluções inclusivas e participativas. Isso implica a realização de fóruns de diálogo que envolvam diferentes segmentos da sociedade, incluindo movimentos sociais, organizações não-governamentais, líderes comunitários e representantes da juventude. A promoção de espaços de escuta e mediação é fundamental para garantir que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e que suas demandas sejam incorporadas nas políticas públicas. O diálogo não deve ser visto como uma concessão, mas como um mecanismo essencial para a construção de consensos e a resolução pacífica de conflitos.

Outro aspecto é a reforma das forças de segurança, que atualmente operam com uma lógica repressiva e militarizada, muitas vezes em desacordo com os princípios de um Estado democrático de direito. É essencial promover uma reforma profunda dessas instituições, com foco no respeito aos direitos humanos, na transparência e no controle democrático.

O fortalecimento da democracia é igualmente fundamental para garantir a segurança humana e a coesão social. Isso requer o aprimoramento das instituições democráticas, com foco na representatividade e na participação efetiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. A promoção do pluralismo político e a proteção das liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, reunião e manifestação, são passos essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva e justa. É necessário garantir a transparência e a integridade dos processos eleitorais.

A desconstrução das narrativas de medo também depende de uma educação para a cidadania que promova valores como a tolerância, o respeito à diversidade e a resolução pacífica de conflitos.

CAPÍTULO II

O silêncio da comunidade internacional e as manifestações de 2024

Entre outubro de 2024 e março de 2025, Moçambique enfrentou uma série de manifestações massivas e confrontos violentos, resultado de uma combinação de fatores sociais, políticos e económicos. As manifestações, que começaram como uma reação a acusações de fraude eleitoral, rapidamente se expandiram para incluir uma crítica ao governo da FRELIMO, ao modelo de gestão do país e à violência policial contra os manifestantes. Esses protestos tornaram-se um reflexo de décadas de insatisfação popular, ampliada pela mobilização digital e o contexto internacional.

Contexto político e eleitoral: a traição da democracia

As eleições gerais de 2024 foram marcadas por uma série de controvérsias que alimentaram a desconfiança popular e desencadearam uma onda de protestos. A FRELIMO, partido no poder desde a independência de Moçambique, foi acusada de manipular o processo eleitoral, controlando os órgãos responsáveis pela gestão dos votos e pelos resultados. O caso mais emblemático foi a revisão dos resultados do pleito, onde o candidato da FRELIMO, Daniel Chapo, foi inicialmente declarado vencedor com uma margem de 70,67%, mas após a intervenção do Conselho Constitucional, esse número foi ajustado para 65,17%, enquanto o principal opositor, Venâncio Mondlane, viu sua porcentagem aumentar para 24%.

A manipulação eleitoral e o roubo de votos não são fenómenos novos em Moçambique. Desde os anos 90, a FRELIMO tem sido acusada de distorcer os resultados eleitorais em seu favor, uma prática que foi denunciada de forma persistente por figuras da oposição, como Afonso Dhlakama, líder histórico da RENAMO. Dhlakama, até a sua morte em 2020, exigia reformas substanciais no processo eleitoral, incluindo a despartidarização dos órgãos de gestão eleitoral e maior transparência. A morte de Dhlakama não apaziguou as tensões, e as suas exigências continuam a ecoar entre os manifestantes, que veem no seu legado uma luta pela democratização genuína do país.

Joseph Hanlon (2024), no seu texto intitulado "25 anos de fraude eleitoral protegida pelo secretismo", descreve como o sistema eleitoral moçambicano foi concebido desde o início para garantir o controle da FRELIMO sobre o processo democrático. Após o Acordo de Paz de Roma em 1992, que pôs fim à guerra civil, foram estabelecidas as bases para eleições multipartidárias. No entanto, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração

Eleitoral (STAE) foram estruturados de forma a serem dominados pela FRELIMO. Este controle partidário sobre os órgãos eleitorais permitiu que a FRELIMO manipulasse os resultados eleitorais desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994.

Hanlon destaca que o sistema eleitoral foi desenhado com um alto grau de secretismo, onde os resultados são apurados e alterados em segredo, sem transparência ou prestação de contas. Este secretismo tornou-se um dos principais mecanismos que permitem a perpetuação da fraude eleitoral. Por exemplo, nas eleições presidenciais de 1999, Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, obteve o maior número de votos, mas os resultados foram alterados a nível provincial para garantir a vitória de Joaquim Chissano, candidato da FRELIMO. Este caso ilustra como a FRELIMO utilizou o sistema eleitoral para manter o poder, mesmo contra a vontade popular.

Ao longo dos anos, a fraude eleitoral em Moçambique evoluiu de práticas mais discretas para uma manipulação aberta e ostensiva. Nas primeiras eleições, a FRELIMO tentava manter a aparência de legitimidade, mas, a partir das eleições autárquicas de 2018, o partido passou a exibir abertamente a sua capacidade de manipular os resultados. Hanlon descreve como, nessas eleições, a FRELIMO roubou votos em pelo menos quatro municípios onde a RENAMO tinha claramente vencido, sem qualquer tentativa de esconder as irregularidades.

Um exemplo marcante foi o caso de Marromeu, onde a polícia confiscou as urnas de voto e realizou uma contagem secreta, ignorando os resultados reais. Apesar das evidências de fraude, o Conselho Constitucional (CC) declarou a FRELIMO como vencedora. Este tipo de manipulação aberta gerou um sentimento de frustração e descrença entre os cidadãos, que passaram a ver as eleições como uma farsa.

Afonso Dhlakama, líder histórico da RENAMO, foi uma das vozes mais críticas contra a manipulação eleitoral em Moçambique. Até a sua morte em 2020, Dhlakama exigia reformas substanciais no processo eleitoral, incluindo a despartidarização dos órgãos de gestão eleitoral e maior transparência. Ele argumentava que a CNE e o STAE deveriam ser compostos por técnicos independentes, e não por membros nomeados pelos partidos políticos, especialmente pela FRELIMO.

Hanlon reforça esta crítica ao destacar como a CNE e o STAE são dominados pela FRELIMO, o que permite a manipulação dos resultados eleitorais. Por exemplo, nas eleições de 2014, a CNE realizou uma contagem ilegal dos votos, ignorando os resultados provinciais e distritais, e publicou totais nacionais que favoreciam a FRELIMO. Este tipo de prática mostra a necessidade urgente de reformas no sistema eleitoral, tal como exigido por Dhlakama.

A Frelimo tem perpetuado seu poder desde 1992 através de uma combinação de controle económico, clientelismo e um sistema político que favorece um Executivo forte em detrimento

de um Legislativo fraco. A narrativa histórica que posiciona a Frelimo como a libertadora de Moçambique também contribui para sua legitimidade, dificultando a ascensão de partidos opositores como a Renamo. Além disso, a manipulação do processo eleitoral e a manutenção de uma base social sólida em várias províncias do país garantem a continuidade de sua influência política (Maschieto, 2023).

As principais irregularidades observadas nas eleições gerais de 2019 em Moçambique incluíram problemas com o processo de recenseamento, limitações à liberdade de reunião e movimento, enchimento de urnas e problemas na contagem de votos. O processo eleitoral foi marcado por tensões, fraudes e violência, levando a contestações sobre os resultados. A Frelimo, apesar das irregularidades, conseguiu manter a maioria em todas as províncias, resultando na escolha de governadores apenas desse partido.

A morte de Afonso Dhlakama em 2020 não apaziguou as tensões políticas. Pelo contrário, as suas exigências por reformas eleitorais continuam a ecoar entre os manifestantes e os membros da oposição. Hanlon descreve como, após a morte de Dhlakama, a RENAMO manteve a sua luta pela democratização do país, mas enfrentou uma FRELIMO cada vez mais disposta a usar todos os meios necessários para manter o poder.

Nas eleições autárquicas de 2023, por exemplo, a FRELIMO controlou abertamente o recenseamento eleitoral, impedindo o registo de eleitores da oposição e transportando apoiantes de outras regiões para votar em municípios estratégicos. Este tipo de manipulação gerou protestos e manifestações pós-eleitorais, onde os cidadãos expressaram a sua frustração com um sistema eleitoral que nega o seu direito de escolher livremente os seus representantes.

O uso da violência e da repressão para silenciar a oposição política e assegurar o controle sobre o poder político continua a ser uma característica marcante da dinâmica política nacional, especialmente no pós-eleições. Esse fenómeno reflete-se nas várias situações de violência ocorridas após as eleições de 2024, que trouxeram à tona o caráter brutal e opressor de alguns setores do poder. A morte de figuras como Elvino Dias e Paulo Guambe, ambos apoiantes de Venâncio Mondlane e do Partido Podemos, é um exemplo trágico da continuidade dessa repressão. Essas mortes, assim como o assassinato de Anastácio Matavel em 2019, são um reflexo de um padrão de intimidação e violência orquestrado para intimidar aqueles que se opõem ao sistema vigente.

O assassinato de Anastácio Matavel, coordenador da observação eleitoral em Gaza, uma semana antes das eleições gerais de 2019, ilustra bem o tipo de repressão a que os opositores do regime da FRELIMO estão sujeitos. Matavel foi morto por um esquadrão da polícia em um ato deliberado de intimidação contra os observadores e cidadãos que tentam expor as irregularidades

e a fraude eleitoral. A morte de Matavel, como outros casos, não foi apenas um crime isolado, mas um aviso claro de que qualquer tentativa de questionar a legitimidade do processo eleitoral seria severamente punida. Essa lógica de repressão não só visa silenciar a oposição, mas também inibir qualquer ação de fiscalização independente que possa revelar as distorções no processo eleitoral.

As mortes de Elvino Dias, Paulo Guambe, Arlindo Chissale e outros apoiantes de Mondlane, em 2024, seguem esse mesmo padrão de violência. Esses indivíduos estavam a exercer o seu direito de apoiar o partido e o líder que escolheram, mas foram alvo de uma violência que visa não apenas matar fisicamente, mas também minar a liberdade de expressão e a pluralidade política no país. O uso da violência física, somado à repressão policial, cria um ambiente em que a oposição é coagida a recuar, temendo por sua segurança e integridade. O assassinato dessas figuras é, portanto, uma tentativa de criar um clima de medo e desconfiança, onde a oposição se vê forçada a se calar ou a aceitar a subordinação ao poder dominante.

Este cenário não é apenas um problema de direitos humanos, mas também uma questão fundamental para a própria democracia moçambicana. A violência e a repressão, ao silenciarem os adversários políticos, contribuem para a manutenção de um sistema autoritário, onde a alternância no poder se torna um ideal distante. A falta de um espaço seguro para a oposição expressar suas ideias e fazer valer seus direitos eleitorais mina as bases da democracia e impede que a sociedade possa fazer uma reflexão crítica sobre os rumos do país.

Portanto, a violência pós-eleitoral do nosso país, exemplificada pelas mortes de figuras como Elvino Dias, Paulo Guambe, Arlindo Chissale, Anastácio Matavel e outros membros da oposição, revela um padrão de repressão que visa perpetuar o domínio da FRELIMO, ao eliminar fisicamente e simbolicamente aqueles que se opõem a ela. Essa situação demonstra a necessidade urgente de se fortalecer as instituições democráticas, garantir a proteção dos direitos humanos e proporcionar um ambiente de liberdade política em que todos os cidadãos, independentemente de sua afiliação política, possam exercer seus direitos sem medo de perseguição.

Este clima de violência e impunidade contribui para a descrença dos cidadãos no processo democrático e alimenta as manifestações pós-eleitorais. Os moçambicanos sabem que, enquanto o sistema eleitoral continuar a ser dominado pela FRELIMO e protegido pelo secretismo, as suas vozes não serão ouvidas.

A crise de legitimação e desigualdade

A génese das manifestações pós-eleitorais, particularmente no contexto das eleições autárquicas e gerais em Moçambique, não pode ser compreendida apenas pela via política

imediata, isto é, pela contestação dos resultados eleitorais ou pela denúncia de fraudes, como vimos acima. Há que considerar com profundidade os factores socioeconómicos que, ao longo dos anos, têm criado um clima de frustração social, especialmente entre a juventude urbana e periurbana, agravando o sentimento de exclusão e de falta de perspectivas. Esta realidade tem fomentado uma crise de legitimação do poder instituído e alimentado o caldo social para a emergência de manifestações populares.

De facto, o descontentamento social raramente se manifesta de forma espontânea; ele é, na verdade, o resultado acumulado de processos estruturais de exclusão económica, marginalização social e perda de confiança nas instituições do Estado (Castells, 2015). Para o caso concreto de Moçambique, o fosso entre o discurso político e a realidade vivida pelo cidadão comum tem-se alargado, sobretudo desde a implementação das políticas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais a partir da década de 1990. Tais políticas, segundo Francisco (2012), levaram à desestruturação do tecido produtivo nacional, à crescente informalização do trabalho e à dependência da ajuda externa, fragilizando a capacidade do Estado de responder às necessidades básicas da população.

Neste sentido, a crise de legitimação do Estado moçambicano está intimamente ligada à sua incapacidade de garantir direitos fundamentais como o emprego, a saúde, a educação e a segurança alimentar. A juventude, maioritariamente afectada pelo desemprego estrutural, torna-se o principal agente das manifestações, não apenas por razões políticas, mas como forma de expressar o desespero perante um sistema que não lhes oferece alternativas viáveis. Os jovens nos contextos africanos urbanos vivem entre a aspiração e a frustração: aspiram a uma vida digna, mas encontram barreiras sistémicas que os impedem de alcançar tal objectivo.

A desigualdade socioeconómica, longe de ser um fenómeno recente, tem sido agravada pelas formas de governação marcadas pela corrupção, clientelismo e nepotismo. O controlo da riqueza nacional, especialmente dos recursos naturais, tem beneficiado uma elite política e empresarial associada ao partido no poder, enquanto as populações locais permanecem na pobreza (Hanlon, 2010). O escândalo das dívidas ocultas, por exemplo, é frequentemente citado como símbolo da má governação e da impunidade, o que tem acentuado o descrédito das instituições democráticas, como o parlamento, os tribunais e a própria Comissão Nacional de Eleições (CNE).

As manifestações pós-eleitorais de 2024, marcadas por confrontos entre manifestantes e forças de segurança, inscrevem-se neste quadro mais amplo de crise de legitimidade. O assassinato de cidadãos como Elvino Dias e Paulo Guambe, durante protestos em defesa da transparência eleitoral e da verdade das urnas, revela uma intolerância crescente do sistema

político face à dissidência e ao exercício dos direitos cívicos. Tal repressão, além de violar direitos humanos fundamentais, reforça a percepção popular de que o poder serve para manter privilégios e não para garantir justiça social.

A violência do Estado pós-colonial africano é um dos mecanismos utilizados para reproduzir o seu domínio (Mbembe, 2001), sobretudo quando este é confrontado com exigências de redistribuição da riqueza e de maior participação dos cidadãos. Em Moçambique, esta lógica manifesta-se através da repressão aos protestos, da criminalização dos opositores políticos e da manipulação dos processos eleitorais. Neste contexto, as manifestações não são apenas reacções a eventos pontuais, mas expressões legítimas de uma população exausta de promessas incumpridas, de um sistema político excludente e de uma economia que concentra riquezas em vez de distribuí-las equitativamente.

Por conseguinte, as manifestações populares que eclodem após os pleitos eleitorais são o culminar de múltiplas tensões acumuladas. Elas traduzem não apenas um apelo por justiça eleitoral, mas uma exigência mais profunda por justiça social. Para que a paz social e a estabilidade política sejam sustentáveis, é imprescindível que se enfrentem os factores estruturais da desigualdade e da exclusão. O desenvolvimento económico deve ser acompanhado por uma distribuição equitativa dos seus frutos, e a legitimidade do Estado deve ser reconstruída com base na transparência, na prestação de contas e na participação efectiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

A resposta do governo às manifestações não deve ser o recurso desproporcional às armas. As forças de defesa e segurança, que agiram com extrema violência, mataram pelo menos mais de 400 manifestantes até dezembro de 2024 e prenderam centenas de pessoas, muitas vezes de maneira arbitrária. Essa repressão não apenas agravou a crise política, mas também intensificou o sentimento de injustiça entre os cidadãos. A violência policial gerou um ciclo vicioso de confronto, fazendo com que os protestos se espalhassem por todo o país e até fossem mortos cruelmente agentes da lei e ordem.

A mobilização online e a difusão da revolta

As manifestações pós-eleitorais que eclodiram, particularmente após as eleições autárquicas de 2023 e no decorrer de 2024, revelaram a centralidade das tecnologias digitais na reconfiguração do espaço público e na transformação da acção colectiva. O uso das redes sociais, sobretudo o Facebook, desempenhou um papel determinante na mobilização, articulação e difusão das manifestações, assumindo-se como uma arena de disputa simbólica e política. Esta dinâmica insere-se num contexto mais amplo de “cibermilitância” e de “activismo digital”.

As redes digitais tornam-se instrumentos fundamentais para a auto-organização das massas e para a circulação de narrativas alternativas às oficiais (Castells, 2012). Os movimentos sociais contemporâneos operam em rede e comunicam em rede, formando o que Castells designa por *redes de indignação e esperança*.

As redes de indignação e esperança são um conceito desenvolvido por Castells (2012) para descrever a forma como os movimentos sociais contemporâneos se organizam, comunicam e ganham força através das tecnologias digitais, sobretudo da internet e das redes sociais. De acordo com Castells, estas redes surgem a partir de sentimentos colectivos de frustração, injustiça e exclusão — ou seja, a *indignação* — que, ao encontrarem eco nas plataformas digitais, transformam-se em acções colectivas orientadas por uma expectativa de mudança social — a *esperança*.

Ao contrário dos movimentos tradicionais, geralmente estruturados de forma hierárquica e institucional, as redes de indignação e esperança funcionam de modo horizontal, descentralizado e colaborativo. São compostas por indivíduos e grupos que, mesmo sem pertencerem a organizações formais, ligam-se entre si por meio das tecnologias de comunicação, partilhando valores, denúncias e propostas de transformação. A força destas redes reside justamente na sua capacidade de unir, de forma espontânea e viral, milhares de pessoas em torno de causas comuns, superando barreiras geográficas, censuras estatais e limitações dos media tradicionais.

Castells salienta que estas redes não nascem necessariamente de partidos políticos ou sindicatos, mas sim da sociedade civil, frequentemente lideradas por jovens urbanos e conectados, que se insurgem contra sistemas considerados corruptos, opressores ou ineficazes. Os exemplos mais emblemáticos dessa dinâmica são os movimentos que marcaram o início da década de 2010, como os protestos da Praça Tahrir, no Egipto, o movimento dos Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e várias manifestações em países do Sul global, inclusive em África.

No contexto moçambicano, especialmente nas manifestações pós-eleitorais, observa-se a emergência de redes desse tipo. Jovens cidadãos, ativistas, jornalistas independentes e membros da oposição política, sob liderança de Venâncio Mondlane, utilizaram as redes sociais para expressar a sua indignação face ao que consideram manipulação eleitoral, repressão estatal e violação dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, essas plataformas tornaram-se espaço de construção de esperança, na medida em que permitem vislumbrar a possibilidade de um país mais democrático, transparente e participativo.

Em sociedades marcadas por regimes autoritários ou semi-autoritários, a comunicação digital oferece uma infraestrutura alternativa para a expressão do dissenso (Wai, 2012), escapando, em parte, ao controlo estatal exercido sobre os meios de comunicação tradicionais. Em Moçambique, onde os media convencionais são muitas vezes capturados ou autocensurados, o espaço digital tem ganho importância como espaço de resistência e denúncia.

Além da mobilização, as redes sociais desempenharam um papel crucial na documentação dos abusos e violência policial durante as manifestações. Vídeos amadores, transmissões em directo e fotografias partilhadas por manifestantes e cidadãos permitiram denunciar, em tempo real, actos de brutalidade, como os que resultaram nas mortes de Elvino Dias e Paulo Guambe. Esta prática de "testemunho digital", contribui para a produção de provas visuais que desafiam as versões oficiais dos acontecimentos e ampliam o alcance das denúncias a nível internacional (Andén-Papadopoulos, 2014). Trata-se de uma nova forma de "jornalismo cidadão", onde qualquer indivíduo com um smartphone se transforma em potencial repórter da realidade vivida.

O impacto transnacional desta visibilidade digital também merece destaque. Para Tufekci (2017), a Internet proporciona o que ela chama de *poder de sinalização*, permitindo que causas locais se tornem globais ao captarem a atenção de actores externos, incluindo organizações de direitos humanos, a diáspora e meios de comunicação internacionais. No caso moçambicano, vídeos, *hashtags* e declarações difundidas nas redes sociais chamaram a atenção de movimentos como a Amnistia Internacional, da imprensa estrangeira e de redes de solidariedade na diáspora, aumentando a pressão sobre o governo e as instituições eleitorais.

A mobilização online em Moçambique, porém, não está isenta de desafios. O controlo estatal da Internet, a vigilância digital e a tentativa de silenciar vozes dissidentes por meio de perseguições, detenções ou ameaças, também têm sido estratégias adoptadas pelo Estado. A estes riscos soma-se o uso de *bots* e *fake news* para confundir a opinião pública (Morozov, 2011). Assim, a arena digital é simultaneamente espaço de emancipação e de manipulação, exigindo literacia digital e vigilância crítica por parte dos cidadãos.

Importa reconhecer que a mobilização digital em Moçambique não é um fenómeno isolado, mas parte de um movimento global em que a tecnologia é posta ao serviço da democracia participativa. A Primavera Árabe revelou o potencial das redes sociais na organização de protestos massivos, e tais experiências têm influenciado activistas em diversas partes do mundo, incluindo África Austral (Howard & Hussain, 2013). Em Moçambique, assiste-se a um fenómeno semelhante: a juventude urbana, mais conectada e politicamente consciente, utiliza as redes para interagir, formar opinião e agir.

Portanto, a mobilização online nas manifestações pós-eleitorais em Moçambique constitui uma forma contemporânea de acção política, caracterizada pela horizontalidade, rapidez e capacidade de contornar os filtros impostos pelas estruturas tradicionais de poder. As redes sociais não apenas permitiram o agendamento de protestos e a partilha de informação em tempo real, mas também tornaram-se ferramentas de luta simbólica e mediática, expondo a repressão e convocando solidariedades transnacionais. Trata-se de uma revolta "em rede", cuja força reside no seu carácter descentralizado, participativo e amplamente visual.

As manifestações de 2024 tiveram como demandas principais a realização de eleições livres e justas, com maior transparência no processo eleitoral, o combate à corrupção e à má gestão dos recursos públicos, e a melhoria das condições de vida da população, especialmente com foco na criação de empregos e na redução da pobreza. As exigências se alinham com o legado de Afonso Dhlakama, que sempre lutou pela reforma do sistema eleitoral e pela despartidarização das instituições de gestão política.

Influência de organizações externas e a reação da Comunidade Internacional

Com base no relatório final apresentado pela Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE UE), liderada pela eurodeputada Laura Ballarín Cereza, a MOE UE, após dois meses de observação no território moçambicano, identificou *irregularidades estruturais e operacionais* em diversas fases do processo eleitoral. Apesar da votação em si ter decorrido de forma pacífica, a contagem e o apuramento dos resultados revelaram anomalias, erros e opacidade, o que comprometeu a integridade e a credibilidade dos resultados finais. A ausência de publicação dos resultados desagregados por mesa de voto fere o princípio da *transparência eleitoral*, um dos pilares das eleições livres e justas, conforme estabelecido nos Princípios de Bamako (2000) e na Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação (2007), instrumentos ratificados por Moçambique.

A MOE UE destacou a inoperância dos órgãos de gestão eleitoral, nomeadamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que falharam na fiscalização eficaz do processo, sobretudo na verificação das irregularidades e no cumprimento do quadro legal vigente. Este cenário evidencia um déficit de *imparcialidade, profissionalismo e responsabilização institucional*, fatores que aprofundam a desconfiança pública e o distanciamento dos cidadãos em relação à vida política.

O relatório da MOE UE denuncia que mais de 300 pessoas morreram no período pós-eleitoral, como consequência direta da violência política, incluindo o assassinato de dois assessores da oposição (Elvino Dias e Paulo Guambe), cujos autores ainda não foram

identificados nem responsabilizados judicialmente. Este número alarmante não só representa uma grave violação dos direitos humanos fundamentais, como também configura uma negação do direito à liberdade de associação, manifestação e expressão, consagrados na Constituição da República de Moçambique (2004), nos artigos 51.º e 52.º, e em tratados internacionais como o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966).

A violência relatada, sobretudo dirigida contra membros da oposição, apoiantes e jornalistas, indica um padrão de repressão política sistemática que contraria os princípios democráticos, em particular a pluralidade e o respeito pela divergência política. Tal contexto tem sido denunciado por organizações da sociedade civil moçambicana, como o Centro de Integridade Pública (CIP), o Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD) e o MISA Moçambique, que alertam para a erosão progressiva das liberdades cívicas e do espaço democrático no país.

A combinação entre as denúncias internacionais — como as da MOE UE — e o descontentamento crescente das populações, sobretudo nos centros urbanos e nas regiões historicamente desfavorecidas, tem fortalecido a demanda por reformas democráticas estruturais. Estas incluem a revisão da composição e independência da administração eleitoral, o reforço da justiça eleitoral, a transparência no financiamento de campanhas, e a eliminação de práticas fraudulentas e intimidatórias.

A própria MOE UE propôs 18 recomendações, das quais 8 são prioritárias, entre elas a revisão do sistema de gestão de resultados, a responsabilização da CNE, a proteção das liberdades fundamentais e a reforma da legislação eleitoral. Estas propostas dialogam com o relatório do Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA), que também recomendou reformas profundas após as eleições de 2019, sobretudo no que tange à composição partidária da CNE e à independência do Conselho Constitucional.

A resposta tardia e, em muitos casos, a falta de intervenção efetiva por parte da comunidade internacional contribuiu para o agravamento da crise e a perpetuação de um ciclo de violência, intensificando os desafios socioeconómicos, políticos e culturais enfrentados pela população moçambicana.

A resposta da comunidade internacional foi amplamente considerada insuficiente. A recomendação de uma comissão nacional de inquérito pela representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Nora Capdevila, embora válida, representou uma resposta tardia e reativa. A falta de uma ação preventiva mais firme, como a pressão política ou a imposição de sanções, levou a uma percepção generalizada de que as organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas e a União Africana, estavam mais preocupadas com

a estabilidade política do que com a defesa dos direitos humanos. Essa postura de contenção ou silêncio contribuiu para o agravamento da violência e a perda de vidas, além de criar um vácuo de responsabilidade internacional, que o governo moçambicano não preencheu adequadamente.

A ausência de uma resposta firme e coordenada por parte da comunidade internacional face às manifestações pós-eleitorais de Outubro de 2024 em Moçambique levanta sérias questões sobre o compromisso global com a promoção e defesa dos direitos humanos e da democracia no continente africano.

A passividade observada por parte de governos africanos e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é particularmente preocupante. A SADC, enquanto entidade regional responsável pela promoção da paz, segurança e desenvolvimento, deveria ter adotado uma postura mais assertiva diante das evidentes irregularidades eleitorais em Moçambique. A ausência de críticas contundentes e de ações concretas por parte da SADC pode ser interpretada como uma falta de vontade política em confrontar aliados estratégicos ou interesses geopolíticos, em detrimento dos direitos fundamentais do povo moçambicano.

Organizações internacionais dedicadas à defesa dos direitos humanos, incluindo as Nações Unidas, expressaram preocupação com a violência pós-eleitoral em Moçambique. Relatores da ONU instaram as autoridades moçambicanas a cessarem imediatamente a violência contra civis, jornalistas e defensores dos direitos humanos, destacando que as "violações do direito à vida, incluindo a de uma criança, os assassinatos de manifestantes desarmados e o uso excessivo da força pela polícia destacada para dispersar protestos pacíficos em Moçambique são muito perturbadores" . No entanto, as respostas concretas dessas organizações foram limitadas, o que levanta dúvidas sobre a eficácia de seus mecanismos de pressão e intervenção em contextos de crise política interna.

O silêncio internacional diante do que pode ser caracterizado como um "genocídio autoritário" da Frelimo, que busca perpetuar-se no poder e nega a alternância política, é alarmante. A falta de ação contundente pode ser atribuída a múltiplos fatores, incluindo interesses estratégicos, medo de desestabilização regional e uma possível subordinação dos direitos humanos a considerações geopolíticas. Este silêncio pode ser interpretado como uma aceitação tácita de práticas antidemocráticas, enfraquecendo os princípios que sustentam a ordem internacional baseada em regras.

A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE UE) identificou múltiplas falhas no processo eleitoral moçambicano. A ausência de uma reação mais enérgica por parte da comunidade internacional pode sugerir uma priorização de relações diplomáticas e interesses económicos sobre a promoção de valores democráticos universais. Além disso, pode refletir uma

percepção de que a estabilidade política de Moçambique é mais importante do que a integridade do processo democrático em si.

O uso de forças estatais, como a Polícia da República de Moçambique (PRM) e a Unidade de Intervenção Rápida (UIR), para reprimir manifestações pacíficas e intimidar opositores, é uma clara violação dos direitos humanos. A falta de uma condenação internacional mais firme pode ser vista como uma conivência tácita com tais práticas, enfraquecendo os mecanismos de responsabilização e encorajando a continuidade de abusos.

A violência pós-eleitoral em Moçambique, cujos desdobramentos resultaram em mais de 400 mortes, gerou impactos negativos não apenas no plano interno, mas também nas esferas económica, social e diplomática. As consequências dessa instabilidade extrapolaram os limites nacionais, atingindo diretamente o comércio transfronteiriço e afastando potenciais investidores estrangeiros, gerando um clima de incerteza que penaliza, sobretudo, as camadas mais vulneráveis da população. A ausência de uma resposta eficaz por parte da comunidade internacional contribuiu para o agravamento dessa crise, revelando uma omissão que fragiliza tanto a economia como o tecido social moçambicano. Ao negligenciar a gravidade da situação, a comunidade internacional deixou transparecer uma permissividade tácita diante da violação de direitos humanos e do colapso institucional.

Essa postura silenciosa por parte dos organismos internacionais e dos parceiros multilaterais contribuiu decisivamente para a erosão da confiança pública nas instituições democráticas. A sensação de abandono e a impunidade dos perpetradores minaram a fé da população no sistema político e na justiça, fomentando um sentimento generalizado de desilusão. Tal desencanto resultou em níveis crescentes de apatia política e alienação cívica, abrindo espaço para narrativas extremistas e autoritárias. A ausência de uma reação internacional robusta não apenas comprometeu a legitimidade dos mecanismos de governação democrática, mas também estabeleceu um precedente perigoso ao sinalizar que regimes podem recorrer à repressão violenta sem sofrerem consequências no cenário global. Aplaudem os atropelos movidos por intereces geopolíticos obscuros.

As repercussões desse silêncio vão além das fronteiras moçambicanas. A passividade da comunidade internacional comprometeu a credibilidade e a autoridade moral das instituições multilaterais que, ao não se posicionarem de forma firme, perderam uma oportunidade estratégica de reafirmar o seu compromisso com a justiça, os direitos humanos e a paz. Para a população moçambicana, especialmente para as vítimas da repressão e seus familiares, a omissão internacional foi interpretada como uma demonstração de que os direitos humanos podem ser relativizados quando em conflito com interesses políticos e económicos. Isso resultou em uma

crescente desconfiança nas instâncias internacionais que deveriam zelar pela dignidade humana e pelo Estado de Direito.

Internamente, a falta de intervenção efetiva contribuiu para a intensificação da instabilidade política e social. Sem mecanismos externos de contenção ou pressão, as dinâmicas conflituosas continuaram a se desenvolver de forma descontrolada. Organizações locais de defesa dos direitos humanos, já fragilizadas por falta de recursos e apoio institucional, foram forçadas a assumir sozinhas o enfrentamento da violência e da repressão. Essa sobrecarga levou, em muitos casos, à radicalização dos movimentos sociais, os quais passaram a adotar estratégias mais contundentes na tentativa de chamar atenção para as suas causas. Além disso, o ambiente de tensão facilitou a instrumentalização política das manifestações, com diferentes facções tentando capturar e distorcer as narrativas em disputa, o que agravou ainda mais a polarização social.

As consequências foram igualmente dramáticas para os jornalistas e profissionais da comunicação. Durante os protestos, a liberdade de imprensa foi severamente restringida, com relatos de perseguição tanto por parte das autoridades quanto de manifestantes. A ausência de apoio internacional à liberdade de expressão e à proteção dos jornalistas constitui uma falha crítica das instituições internacionais, que deveriam assegurar um ambiente seguro para o exercício do jornalismo. A censura velada, a limitação de acesso à informação oficial e a repressão à cobertura independente enfraqueceram o direito da população à informação e comprometeram o papel essencial da imprensa como vigilante do poder e promotora do debate público.

Ademais, a falta de pressão internacional pela responsabilização dos autores de violações graves, como as alegadas valas comuns e os abusos por parte das forças de segurança, reforçou o sentimento de impunidade. A inércia das instituições internacionais diante dessas denúncias apenas consolidou a ideia de que reformas estruturais, necessárias para garantir processos eleitorais mais transparentes e sistemas de justiça mais eficientes, podem ser adiadas indefinidamente sem consequências. Isso perpetua os fatores subjacentes que alimentam a violência política e social em Moçambique e compromete os esforços de longo prazo pela consolidação democrática e pela proteção dos direitos humanos.

Neste contexto, a insistência da MOE UE no diálogo político inclusivo entre governo, oposição e sociedade civil torna-se essencial para a restauração da confiança nas instituições democráticas. O ambiente de pós-eleição é, portanto, propício para um pacto nacional de reforma eleitoral, que vá além da lógica partidária e reforce os mecanismos de *accountability*, transparência e participação ativa dos cidadãos.

A persistência da repressão e da ausência de responsabilização só tende a acirrar tensões e minar a paz social. Portanto, o compromisso com reformas profundas e participativas é o único caminho viável para garantir eleições livres, credíveis e pacíficas no futuro.

A falta de uma resposta eficaz por parte do governo, juntamente com a crescente mobilização popular e a pressão internacional, indica que a luta por um sistema eleitoral transparente e uma gestão mais justa dos recursos naturais continuará a ser uma questão central na política de Moçambique nos próximos anos.

O papel da comunidade internacional e o futuro de Moçambique

Organizações internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, têm documentado violações sistemáticas em Moçambique, incluindo abusos contra civis no conflito em Cabo Delgado, restrições à liberdade de expressão e repressão a manifestações políticas. No entanto, sua atuação tem sido limitada pela falta de mecanismos eficazes de enforcement. Relatórios e denúncias, embora importantes, frequentemente não se traduzem em ações concretas que alterem a realidade local. A soberania nacional é frequentemente invocada como barreira à intervenção externa, deixando as organizações dependentes da pressão diplomática, que nem sempre é eficaz.

Segundo Hanlon (2020), a comunidade internacional muitas vezes prioriza a estabilidade política em detrimento dos direitos humanos, especialmente em contextos onde governos autoritários são vistos como parceiros estratégicos. Essa dinâmica cria um ciclo de impunidade, onde violações são documentadas, mas raramente punidas.

A recente declaração da ONU apoiando um governo moçambicano cuja legitimidade é amplamente questionada por evidências de fraude eleitoral e violações dos direitos humanos expõe uma ferida profunda no sistema internacional. Longe de ser um ator neutro ou um defensor dos povos oprimidos, a ONU revela-se, mais uma vez, como uma instituição que prioriza interesses geopolíticos e econômicos sobre a justiça e a dignidade humana. Essa postura não é apenas uma traição aos princípios fundadores da organização, mas também um reflexo da histórica exploração do continente africano por potências estrangeiras. Para Moçambique e para a África como um todo, é urgente reconhecer que a dependência de instituições internacionais como a ONU não é a solução, mas parte do problema.

A ONU, em teoria, foi criada para promover a paz, a segurança e os direitos humanos. No entanto, sua atuação em Moçambique recentemente demonstra o contrário. Ao apoiar um governo cuja eleição foi marcada por denúncias de fraude, violência e repressão, a organização legitima um regime que não representa a vontade do povo moçambicano. A União Europeia, em

seu relatório detalhado, embora esta também seja arte do problema, evidenciou os desmandos ocorridos durante as eleições, incluindo intimidação de eleitores, manipulação de resultados e uso excessivo da força contra manifestantes. No entanto, a ONU optou por ignorar essas evidências, privilegiando a estabilidade política superficial em detrimento da justiça e da democracia.

Essa postura não é nova. A ONU tem uma longa história de apoiar governos autoritários em nome da "estabilidade", especialmente em países ricos em recursos naturais. Em Moçambique, onde vastas reservas de gás e minerais atraem investimentos estrangeiros, a organização parece mais interessada em garantir que os interesses econômicos das potências globais sejam protegidos do que em defender os direitos do povo moçambicano. Como afirmou Fanon (1961), "a África é explorada não apenas por seus recursos, mas também pela sua subjugação política". A ONU, nesse sentido, torna-se cúmplice dessa exploração.

A caracterização das manifestações populares em Moçambique como atos de "desordem" e a justificativa da repressão violenta como "manutenção da ordem" revelam a hipocrisia da comunidade internacional. Enquanto a ONU e outras instituições condenam violações de direitos humanos em outros contextos, elas fecham os olhos quando essas violações ocorrem em países onde seus interesses estão em jogo. A priorização do poder sobre as vidas humanas é uma marca registrada dessa hipocrisia. Mortes, prisões arbitrárias e censura são tratadas como meros detalhes em um jogo geopolítico maior.

Essa duplicidade moral não é apenas imoral, mas também contraproducente. Ao apoiar governos ilegítimos, a ONU contribui para a instabilidade a longo prazo. A repressão gera ressentimento, e o ressentimento gera conflito. Em vez de promover a paz, a organização está alimentando as chamas da discórdia. Como observa Mamdani (1996), "a paz imposta de cima para baixo nunca é duradoura; ela deve ser construída a partir das bases, com a participação ativa do povo".

Diante desse contexto, é evidente que os africanos, e especialmente os moçambicanos, não podem contar exclusivamente com a ONU ou outras instituições internacionais para assegurar seus direitos e liberdades. A autodeterminação e a emancipação devem emergir internamente, por meio da organização, resistência e construção de alternativas locais. Nesse sentido, há diversas possibilidades a serem exploradas.

A sociedade civil moçambicana, apesar das adversidades, tem demonstrado uma notável resiliência e capacidade de inovação na luta por direitos e justiça. Coletivos de jovens, organizações feministas e grupos de defesa dos direitos humanos precisam ser apoiados e

fortalecidos, sendo que a criação de redes regionais e continentais pode ampliar suas vozes e aumentar sua capacidade de pressão.

Além disso, o uso estratégico das tecnologias digitais surge como uma ferramenta essencial para mobilização e conscientização. Plataformas como as redes sociais têm o potencial de atuar como veículos de denúncia e organização de campanhas de advocacy, com jornalistas cidadãos, blogueiros e ativistas digitais desempenhando um papel fundamental nesse processo.

Em relação à pressão internacional, em vez de depender exclusivamente da ONU, os moçambicanos podem buscar apoio em organizações regionais como a União Africana (UA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que, apesar de suas limitações, possuem maior proximidade com as realidades locais e, por isso, oferecem maior legitimidade para apoiar a causa.

A educação também se configura como uma poderosa ferramenta de emancipação. Programas de educação política e cívica podem capacitar os cidadãos a compreender seus direitos e a exigir responsabilização dos governantes. Por fim, a economia solidária e a autossuficiência representam caminhos cruciais para reduzir a dependência econômica de potências estrangeiras, que muitas vezes são uma das principais fontes da subordinação política. Iniciativas como cooperativas e projetos voltados para a autossuficiência local podem promover a autonomia e fortalecer a resistência à dominação externa.

Moçambique tem sido palco de uma complexa rede de interesses económicos e geopolíticos. Países como China, Rússia e nações europeias têm investido significativamente no setor de recursos naturais, especialmente gás e minerais. Esses investimentos, embora possam trazer desenvolvimento econômico, frequentemente beneficiam elites locais e corporações internacionais, enquanto a população local permanece marginalizada.

O caso do projeto de gás natural em Cabo Delgado é emblemático. Enquanto empresas multinacionais e governos estrangeiros lucram com a exploração de recursos, comunidades locais enfrentam deslocamento, violência e pobreza. Como observa Vines (2021), a competição por recursos naturais exacerbou tensões regionais e contribuiu para a escalada do conflito armado. A comunidade internacional, em vez de pressionar por uma distribuição mais equitativa dos benefícios, muitas vezes prioriza a segurança dos investimentos sobre os direitos das populações locais.

Para garantir maior visibilidade à crise em Moçambique, é essencial utilizar estratégias inovadoras de advocacy. Campanhas globais de conscientização, documentários e parcerias com influenciadores digitais podem ajudar a chamar a atenção para a situação no país. Além disso, a

cooperação com meios de comunicação internacionais é crucial para amplificar as vozes locais e garantir que as violações de direitos humanos não sejam ignoradas.

A pressão sobre governos e corporações estrangeiras também deve ser intensificada. Campanhas de boicote e desinvestimento, semelhantes às utilizadas em outros contextos de violações de direitos humanos, podem ser eficazes para forçar mudanças. A transparência e a responsabilidade devem ser os pilares de qualquer engajamento internacional em Moçambique.

CAPÍTULO III

O vazio da narrativa global: a falta de cobertura da crise em Moçambique

Moçambique, país situado na costa sudeste do continente africano, possui uma abundância reconhecida de recursos naturais, incluindo gás natural, carvão mineral, rubis, terras aráveis e recursos hídricos. A sua trajetória histórica é marcada por profundas transformações sociopolíticas, desde o período colonial português até a luta de libertação nacional, seguida por um prolongado conflito civil e subsequentes processos de reconstrução e consolidação da paz. Apesar de sua relevância geopolítica e das implicações humanitárias dos conflitos internos que atualmente o afetam — como o extremismo armado na província de Cabo Delgado — a realidade moçambicana tem sido sistematicamente marginalizada no espaço mediático global.

A invisibilização de Moçambique pela mídia internacional não é um fenómeno fortuito ou meramente editorial; ela decorre de um entrelaçamento complexo entre interesses políticos, económicos e estruturas de poder global que moldam seletivamente aquilo que merece ou não ser noticiado. Tal como analisa Herman e Chomsky (2002) na sua teoria da propaganda, os meios de comunicação operam frequentemente como instrumentos de reprodução das agendas das elites políticas e corporativas, favorecendo narrativas que alinham com os interesses das potências dominantes. Nesse sentido, a ausência de Moçambique nas manchetes internacionais revela mais do que uma lacuna jornalística — trata-se de uma escolha intencional sustentada por lógicas de mercado, geopolítica e, sobretudo, por um racismo estrutural global.

O racismo estrutural, conforme discutido por Almeida (2019), não se manifesta apenas em atos explícitos de discriminação, mas organiza de forma sistémica as relações sociais, políticas e económicas, influenciando inclusive os modos de produção e circulação da informação. A cobertura midiática internacional tende a operar dentro dessa lógica, classificando implicitamente as vidas africanas como menos valiosas ou menos dignas de atenção. Moçambique, nesse contexto, é reduzido a uma figura periférica no imaginário mediático ocidental, exceto quando seus conflitos se tornam inevitáveis ou úteis para alimentar narrativas de exotização e catástrofe.

Ademais, a persistente subalternização das vozes africanas na esfera pública internacional está enraizada em um projeto de colonialidade do saber, no qual o continente africano é visto não como sujeito da história, mas como objeto de intervenção, análise ou caridade (Mbembe, 2011). A cobertura desigual dos conflitos globais — onde eventos ocorridos em regiões como o Oriente Médio ou a Europa Oriental recebem atenção intensa, enquanto crises igualmente graves

no continente africano são ignoradas — revela a persistência de hierarquias epistêmicas e geopolíticas que continuam a orientar o fluxo de informações.

Este capítulo, portanto, propõe-se a examinar criticamente os mecanismos que sustentam o silêncio midiático em torno de Moçambique, buscando compreender as suas raízes estruturais e denunciar o papel da mídia internacional na manutenção de uma ordem global excludente. Ao destacar a interseção entre interesses estratégicos e o racismo sistémico, pretende-se não apenas evidenciar as omissões da imprensa global, mas também afirmar a necessidade urgente de uma comunicação mais equitativa, plural e comprometida com a dignidade de todos os povos.

Por que Moçambique não está nas manchetes globais?

A ausência de Moçambique nas manchetes dos principais meios de comunicação internacionais não constitui um fenómeno isolado ou circunstancial, mas insere-se num padrão estrutural e persistente de invisibilização midiática que caracteriza a cobertura jornalística sobre o continente africano. Tal omissão não se deve apenas à escassez de recursos jornalísticos ou à distância geográfica, mas antes decorre de um conjunto de lógicas epistemológicas, geopolíticas e económicas que moldam a hierarquia da relevância noticiosa no sistema midiático global. A crítica pós-colonial fornece importantes chaves interpretativas para compreender esta realidade. Como defende Gayatri Chakravorty Spivak na sua seminal obra *Can the Subaltern Speak?*, "o subalterno não pode falar" (Spivak, 1988), não por ausência de voz, mas porque suas vozes são sistematicamente ignoradas, deslegitimadas ou apropriadas por discursos hegemónicos que dominam os circuitos globais de produção de sentido.

No contexto da comunicação internacional, essa impossibilidade de fala manifesta-se na seletividade editorial dos conglomerados mediáticos ocidentais, que operam segundo critérios de interesse que frequentemente ignoram ou minimizam os acontecimentos de natureza política, humanitária ou social que ocorrem em África, salvo quando estes se prestam à espetacularização do sofrimento ou à reafirmação de estereótipos coloniais sobre o continente. Esta lógica de silenciamento estrutural implica uma marginalização discursiva que coloca os povos africanos, incluindo os moçambicanos, fora do espaço de visibilidade pública global. Assim, a escassa cobertura da violência pós-eleitoral em Moçambique, bem como das denúncias de graves violações de direitos humanos, deve ser lida não apenas como uma falha contingente do jornalismo internacional, mas como reflexo de uma ecologia midiática assimétrica, onde a produção e circulação da informação estão subordinadas a interesses geoestratégicos e a uma epistemologia do Norte Global.

Nesse quadro, a crise moçambicana, apesar da sua gravidade e das evidências documentadas por missões de observação eleitoral, organizações de direitos humanos e ativistas locais, não logrou alcançar centralidade nas agendas mediáticas transnacionais. Este desinteresse manifesta-se tanto na ausência de cobertura contínua quanto na superficialidade das análises eventualmente divulgadas, que, quando ocorrem, tendem a descontextualizar os fenómenos, negligenciando as suas raízes históricas, culturais e estruturais. Há um risco persistente de se construir uma "história única" da África (Adichie, 2009), uma narrativa simplificada, incompleta e enviesada que compromete a compreensão crítica das dinâmicas locais.

O resultado dessa omissão não é apenas simbólico, mas profundamente material: ao não figurar no radar da opinião pública internacional, Moçambique perde a possibilidade de mobilizar solidariedade transnacional, de pressionar instituições multilaterais e de responsabilizar agentes estatais por violações de direitos. Ademais, perpetua-se a ideia de que certas vidas são mais dignas de luto e atenção do que outras (Butler, 2004), aquelas cuja perda não gera comoção ou resposta institucional, por serem previamente desvalorizadas no imaginário global.

Portanto, a negligência midiática internacional relativamente a Moçambique não é apenas um problema de cobertura jornalística, mas um sintoma de estruturas epistemológicas e políticas mais profundas, que continuam a reproduzir lógicas coloniais de silenciamento e exclusão. É necessário, pois, repensar criticamente os modos de produção da informação global, incluindo a responsabilização dos grandes meios de comunicação pela omissão de realidades que desafiam as narrativas dominantes e colocam em causa a pretensa neutralidade do jornalismo internacional.

A crise humanitária que assola Moçambique no contexto pós-eleitoral revela, de forma contundente, os mecanismos de negligência e silenciamento que permeiam a cobertura midiática internacional. De acordo com dados divulgados pela DW África (2025), entre os dias 21 de outubro de 2024 e início de 2025, pelo menos 303 pessoas foram mortas, 619 ficaram feridas por disparos de armas de fogo e mais de 4.228 cidadãos foram detidos no âmbito das manifestações e protestos contra os resultados eleitorais. Estes números, alarmantes sob qualquer perspectiva dos direitos humanos, não obtiveram a devida projeção nos grandes meios de comunicação internacionais, contrastando de forma gritante com a atenção dedicada a outros conflitos em regiões como o Oriente Médio ou a Europa Oriental.

A assimetria na cobertura mediática não pode ser explicada unicamente por critérios técnicos, como a dificuldade de acesso a zonas de conflito ou a suposta complexidade dos contextos locais. Trata-se, antes, de uma hierarquia de visibilidade global, moldada por interesses

geopolíticos e por estruturas discursivas profundamente enraizadas no imaginário colonial e eurocêntrico. A vida africana, neste sistema de valoração mediática, é colocada em um patamar ontológico inferior — uma constatação que remete ao conceito de "necropolítica", formulado por Achille Mbembe (2003), segundo o qual o poder soberano contemporâneo se exerce pela gestão seletiva da morte, decidindo quem merece viver e quem pode ser abandonado à sua sorte.

Neste quadro, o silêncio que recai sobre Moçambique não é neutro nem inocente, mas revela uma cumplicidade estrutural entre a mídia internacional e os dispositivos de dominação global. Quando comparado à cobertura exaustiva da guerra na Síria ou da invasão russa à Ucrânia — ambas com ampla visibilidade em veículos como BBC, CNN ou Al Jazeera, com análises em tempo real, especialistas em estúdio, mapas interativos e mobilização de opinião pública global —, o caso moçambicano emerge como uma realidade marginalizada, relegada aos rodapés do noticiário, quando não completamente ignorada.

Infelizmente, "a África é o continente mais mal compreendido e mal representado do mundo" (French, 2014), observação que remete ao legado de uma narrativa histórica colonial que ainda persiste na representação do continente africano como espaço de crise, desordem e passividade. Tal representação não é fruto do acaso, mas uma construção discursiva funcional aos interesses do capitalismo global, que instrumentaliza a imagem da África como um "outro" geopolítico, ao mesmo tempo exótico e descartável, útil para a extração de recursos, mas irrelevante para o debate público internacional.

Moçambique, país dotado de vastas reservas de gás natural, rubis, carvão mineral e outros recursos estratégicos, encontra-se no centro das atenções de empresas multinacionais e potências estrangeiras interessadas na exploração dessas riquezas. Contudo, a cobertura internacional raramente tematiza a tensão entre essa abundância de recursos e a persistência de elevados níveis de pobreza, desigualdade e instabilidade política. A ausência de uma cobertura crítica sobre as violações de direitos humanos no país revela a seletividade com que a mídia internacional trata as crises africanas: quando não há risco direto aos interesses do Norte Global, prevalece a indiferença. Assim, a invisibilização da crise moçambicana pela mídia internacional contribui para a perpetuação de uma forma contemporânea de colonialismo informacional, onde as vidas africanas são silenciadas em nome da manutenção de uma ordem geoeconómica desigual.

Neste contexto, torna-se necessário problematizar o papel da mídia global como agente coadjuvante na lógica necropolítica contemporânea. Ao ignorar deliberadamente as mortes, feridos e detenções massivas em Moçambique, os meios de comunicação internacionais não apenas deixam de cumprir sua função de informar, mas tornam-se instrumentos da produção do esquecimento e da naturalização da violência. Trata-se de um processo que, como enfatiza

Mbembe (2003), revela o vínculo entre economia extrativista, poder estatal autoritário e racionalidade mediática seletiva, em que as vítimas africanas são tornadas invisíveis porque suas vidas são consideradas politicamente dispensáveis.

Portanto, a discrepância na cobertura de crises internacionais — em que algumas tragédias são ampliadas e outras sistematicamente ignoradas — exige uma revisão crítica da arquitetura epistemológica e ética que sustenta o jornalismo global. A crise em Moçambique não é apenas um caso nacional de violência política, mas um exemplo emblemático das dinâmicas de exclusão, silenciamento e desumanização que persistem na era da comunicação globalizada.

A subalternização das raças e o racismo estrutural

A subalternização das raças e o racismo estrutural constituem pilares centrais na invisibilização sistemática de Moçambique e, por extensão, do continente africano no cenário midiático internacional. Esta invisibilidade não se manifesta apenas pela ausência ou escassez de cobertura jornalística, mas por meio de uma construção discursiva que relega os corpos negros e africanos a uma posição de marginalidade epistêmica e simbólica. O racismo não deve ser entendido como uma simples atitude de preconceito individual (Fanon, 1952), mas como um sistema estruturado de dominação que desumaniza o outro com o objetivo de legitimar sua exploração e subjugação. Essa desumanização é particularmente evidente na forma como os meios de comunicação ocidentais cobrem (ou negligenciam) as crises humanitárias africanas: as mortes, os deslocamentos forçados, as repressões estatais e os sofrimentos da população são tratados com desdém, superficialidade ou absoluto silêncio, contrastando com a atenção meticulosa dedicada a situações semelhantes ocorridas em contextos eurocêntricos.

Nesse cenário, a invisibilização das vidas africanas não representa uma mera omissão, mas se configura como uma forma de violência simbólica — conforme formulado por Pierre Bourdieu — que se traduz na negação do valor, da humanidade e da agência política dos povos africanos. Trata-se de uma violência que atua no plano das representações, das imagens e dos discursos, reforçando estereótipos coloniais e perpetuando a lógica da inferiorização racial. Assim, ao desconsiderar ou minimizar as crises que acometem Moçambique, como as recentes manifestações pós-eleitorais marcadas por mais de 300 mortos, centenas de feridos e milhares de detidos (DW África, 2025), a mídia internacional contribui para a manutenção de uma ordem racializada da informação e do poder global.

Em seus estudos sobre o racismo algorítmico e as dinâmicas de poder nos sistemas midiáticos contemporâneos, Silva (2020) aprofunda essa crítica ao destacar como as tecnologias digitais e as plataformas comunicacionais não operam de maneira neutra. Ao contrário, elas

reproduzem — e por vezes ampliam — as desigualdades raciais históricas ao codificar critérios de visibilidade e relevância que privilegiam determinados grupos sociais e geopolíticos. Para Silva, "a tecnologia e a mídia não são neutras; elas refletem e reforçam as hierarquias sociais existentes" (Silva, 2020, p. 35). No caso específico da cobertura midiática sobre Moçambique, essa hierarquia torna-se evidente: as vozes locais são sistematicamente silenciadas, os contextos culturais e políticos são ignorados, e as narrativas construídas a partir de fora do continente substituem o protagonismo africano por uma lógica de representação exógena, instrumentalizada pelos interesses geoestratégicos das potências globais.

Essa crítica é igualmente reforçada por Amanda Rossi (2015), cuja obra *Moçambique: o Brasil está aqui* oferece uma leitura sensível e crítica sobre as complexidades sociais, históricas e económicas do país. A autora denuncia a maneira como Moçambique é tratado pela comunidade internacional não como uma nação soberana com dinâmicas próprias, mas como um espaço periférico de exploração de recursos naturais — gás natural, pedras preciosas, madeira, carvão mineral — cujo valor se resume à sua utilidade económica para interesses externos. Rossi afirma: "Moçambique é muito mais do que gás natural e pedras preciosas; é um país de gente que resiste, que luta, que sonha" (Rossi, 2015, p. 212). No entanto, essa dimensão humana e subjetiva é sistematicamente eclipsada pela cobertura jornalística internacional, que tende a reduzir o continente africano a um cenário de miséria, violência ou exotismo, em consonância com uma tradição colonial de representação.

Portanto, a ausência de visibilidade midiática conferida à crise moçambicana não pode ser interpretada como uma mera falha jornalística ou efeito colateral da lógica da notícia. Trata-se de um fenómeno estruturado e estruturante, vinculado a uma racionalidade colonial que continua a operar no campo simbólico e comunicacional. A invisibilização das populações africanas, nesse contexto, corresponde a uma necropolítica comunicacional — nos termos de Achille Mbembe (2003) — que decide, com base em interesses económicos e raciais, quem merece ser visto, ouvido e lembrado, e quem pode ser esquecido, silenciado ou descartado.

A representação de Moçambique na mídia internacional tem sido historicamente marcada por uma lógica de silenciamento e de apagamento simbólico, que não pode ser dissociada de dinâmicas mais amplas de dominação epistêmica, colonialidade do saber e racismo estrutural. Jorge Jardim, em *Moçambique: Terra Queimada*, denuncia com vigor o modo como o país foi e continua a ser retratado por olhares estrangeiros, frequentemente orientados por interesses geopolíticos e por uma visão eurocêntrica que desumaniza o Outro. Para Jardim, a cobertura midiática internacional tende a reduzir Moçambique a um simples pano de fundo de tragédias, ignorando deliberadamente as múltiplas dimensões humanas, culturais e políticas que compõem

a realidade moçambicana. Em vez de relatar as complexidades das experiências locais, a mídia opta por narrativas sensacionalistas centradas em guerras civis, pobreza endêmica e caos, o que transforma o país em um "espaço exótico de desgraças", desprovido de agência histórica ou de protagonismo social.

Esse processo de invisibilização não é acidental, mas reflete estruturas profundas de poder e epistemologia coloniais. A lógica que sustenta essa cobertura midiática se ancora na perpetuação de estereótipos que veem a África como um continente homogêneo, marcado exclusivamente por conflitos e catástrofes. A África permanece, no imaginário ocidental, como o lugar da "vida precária", onde a humanidade é constantemente colocada à prova (Mbembe, 2016). Essa visão de mundo reduz o continente a uma zona de não-ser (Fanon, 1952), onde as vidas africanas são percebidas como descartáveis e, portanto, indignas de luto, atenção ou solidariedade global.

O caso de Moçambique é particularmente revelador dessa lógica de marginalização midiática. Durante e após a guerra dos dezasseis anos, a mídia internacional preferiu enquadrar o país como um "problema a ser resolvido" pelas agências internacionais, relegando as narrativas locais a um segundo plano. Jorge Jardim sublinha como essa cobertura evitava conscientemente dar visibilidade às vozes moçambicanas, suas lutas cotidianas, suas formas de resistência e sua capacidade de imaginação política. Tal escolha editorial não constitui apenas uma omissão, mas uma forma concreta de violência simbólica que deslegitima as experiências vividas e nega o reconhecimento moral e político de todo um povo.

Mais recentemente, diante de crises humanitárias que atingem diretamente Moçambique — como os conflitos armados em Cabo Delgado e a repressão violenta de manifestações sociais — a mídia internacional mantém uma postura de indiferença. Os números alarmantes, como centenas de mortos e milhares de detidos, dificilmente alcançam destaque nos meios de comunicação globais. Essa atitude revela uma seletividade moral que se baseia na valoração diferencial das vidas humanas. Essa desvalorização da vida africana é expressão de uma necropolítica global, em que o sofrimento no Sul Global não mobiliza empatia nem gera comoção, ao contrário do que ocorreria em contextos europeus ou norte-americanos.

A crítica de Jorge Jardim deve, portanto, ser lida como um apelo à reconfiguração do papel da mídia internacional na construção das representações sobre Moçambique. O autor propõe uma ética do olhar que vá além das manchetes simplistas e que reconheça a densidade histórica, cultural e simbólica do país. Reivindicar uma cobertura midiática justa significa afirmar a necessidade de narrativas que deem centralidade às vozes locais, valorizem a resiliência das comunidades e reconheçam o direito dos povos africanos à sua própria historicidade. Isso

implica, como sugere Tarcízio Silva (2020), compreender que a mídia e a tecnologia não são instrumentos neutros, mas dispositivos de poder que podem tanto reproduzir quanto resistir às hierarquias sociais e raciais vigentes.

Nesse sentido, a mídia internacional tem a responsabilidade ética de desconstruir as lentes distorcidas que ainda pautam sua cobertura sobre África e, em especial, sobre Moçambique. Tal responsabilidade não se limita ao campo da comunicação, mas diz respeito à justiça cognitiva e ao reconhecimento do Outro como sujeito pleno de direitos e saberes. Defender Moçambique, como fez Jardim, é recusar as narrativas da condenação e do fatalismo, é afirmar a dignidade de um povo que resiste, sonha e constrói alternativas, mesmo sob as condições mais adversas. A luta pela visibilidade, nesse contexto, é também uma luta por justiça epistêmica, por reparação histórica e por afirmação da vida africana em sua plenitude.

A cobertura midiática internacional das crises africanas revela uma profunda seletividade editorial que, ao ignorar ou marginalizar os acontecimentos no continente, contribui para uma lógica persistente de desumanização das populações negras. O silêncio da grande mídia diante de realidades como a de Moçambique não constitui apenas uma falha jornalística pontual, mas antes uma estratégia estrutural de invisibilização que reafirma a ideia de que há vidas que merecem atenção e outras que podem ser descartadas. Nesse sentido, o que se observa é um processo sistemático de apagamento simbólico, que corrobora a tese de que o silêncio pode constituir uma forma sutil e eficaz de violência epistêmica (Kilomba, 2019), ao negar a esses povos a possibilidade de contar suas próprias histórias e de participar do debate público global.

A lógica desse silenciamento é atravessada por uma matriz de colonialidade que persiste na forma como as relações internacionais e os fluxos informacionais se organizam. A ausência de cobertura midiática sobre Moçambique, especialmente em contextos de conflito, como os ataques armados em Cabo Delgado, expõe o funcionamento de um sistema de produção de notícias que naturaliza a marginalização do continente africano. Tal invisibilidade é reforçada por um imaginário racializado que associa o continente a um espaço de permanente crise, atraso e necessidade de intervenção externa (Almeida, 2019). Assim, o não-relato sobre Moçambique inscreve-se numa lógica racista que pressupõe a inferioridade ontológica dos povos africanos.

Contudo, é fundamental sublinhar que a existência e a resistência dos povos africanos não dependem da validação ocidental. A história da África, marcada por lutas de libertação, processos de reconstrução social e resistência cultural, testemunha uma força histórica que sobrevive à desatenção midiática. A resiliência africana não é reativa, mas propositiva: os africanos têm sido agentes ativos de sua história, mesmo quando negados ou silenciados no

cenário global. Tal perspectiva nos conduz à compreensão de que a verdadeira emancipação passa pela reconquista das narrativas e pela autodeterminação simbólica, política e cultural.

É nesse contexto que se inscreve o presente livro: como uma resposta indignada à negligência sistêmica da mídia internacional diante das realidades africanas. Mais do que uma obra acadêmica, trata-se de um manifesto político e ético que denuncia o racismo estrutural inscrito nos sistemas de informação globalizados, ao mesmo tempo em que celebra a resistência, a criatividade e a humanidade do povo moçambicano. A invisibilidade imposta não elimina a existência; pelo contrário, estimula a necessidade de recontar as histórias a partir do próprio chão africano, com vozes comprometidas com a justiça epistêmica e a equidade comunicacional.

A omissão da mídia não é inocente nem neutra. Ao priorizar eventos no Norte Global — como os conflitos na Ucrânia, as tensões no Oriente Médio ou os pleitos eleitorais nos Estados Unidos — e negligenciar crises como a insurgência em Cabo Delgado ou as consequências das mudanças climáticas no sul de Moçambique, a mídia reforça uma hierarquização das vidas humanas, como se algumas fossem mais dignas de empatia e visibilidade do que outras. Essa lógica perversa de cobertura seletiva é resultado direto do racismo estrutural (Almeida, 2019) que organiza de maneira insidiosa e persistente as instituições sociais, políticas e midiáticas. A consequência é uma forma de apartheid informacional, onde determinadas regiões do mundo são constantemente marginalizadas ou caricaturadas.

A luta contra o racismo não é apenas uma batalha por direitos civis ou reconhecimento social (Hooks, 1994), mas uma luta pela preservação da humanidade de todos. O racismo midiático, nesse sentido, não afeta apenas as populações racializadas, mas compromete o próprio projeto democrático e plural da comunicação social. Combater esse racismo exige uma revisão profunda dos critérios de noticiabilidade, das estruturas de poder nas redações e das lógicas editoriais que perpetuam a desigualdade na representação.

O racismo midiático, como expressão de um sistema mais amplo de dominação simbólica, manifesta-se em diferentes frentes. Uma delas é a invisibilização, isto é, a ausência sistemática de reportagens que tratem com profundidade os contextos africanos. Quando Moçambique é noticiado, é quase sempre sob a lente da tragédia — guerras, epidemias, fome —, o que contribui para consolidar uma imagem unidimensional e negativa do país. Essa prática, segundo Hall (1997), alimenta estereótipos que simplificam e distorcem as identidades coletivas, impedindo uma compreensão rica e plural das realidades locais.

Outra dimensão é a estereotipagem e a exotização. A África continua a ser retratada, muitas vezes, como um espaço de alteridade radical, onde a diferença cultural é transformada em espetáculo para consumo ocidental. As imagens de crianças desnutridas, tribos "exóticas" ou

líderes considerados "autoritários" reforçam uma narrativa colonial que constrói o continente como o "Outro" irracional, bárbaro e carente (Said, 1978). Essas representações não apenas desumanizam, mas também servem de justificativa simbólica para intervenções externas e para a exclusão dos africanos das decisões que lhes dizem respeito.

Além disso, a falta de diversidade nas redações internacionais é um fator determinante na perpetuação do racismo midiático. Quando os sujeitos que decidem o que é notícia não compartilham da experiência ou da visão de mundo das comunidades que cobrem, há uma tendência à reprodução de preconceitos inconscientes e à omissão de vozes locais. A representatividade nas estruturas de produção jornalística não é uma questão apenas identitária, mas de justiça epistêmica e de qualidade democrática da informação (Spivak, 1988).

Por outro lado, a linguagem jornalística e os enquadramentos noticiosos desempenham um papel crucial na manutenção de estruturas racistas. Termos como "conflitos tribais" ou "guerras étnicas" são utilizados com frequência para descrever eventos violentos em África, enquanto conflitos similares no Ocidente são interpretados como tensões políticas ou ideológicas. Essa diferença de enquadramento revela uma valoração desigual das vidas e uma leitura estigmatizada das dinâmicas africanas.

A desumanização também se expressa na forma como africanos são frequentemente representados como vítimas passivas, sem agência ou voz. Essa vitimização constante reforça a ideia de que os africanos necessitam de salvação externa, alimentando o complexo da "missão civilizatória" que tanto caracterizou o colonialismo. O que se nega, nesse processo, é a capacidade de resistência, de reconstrução e de reinvenção que sempre caracterizou os povos africanos. Moçambique, como qualquer outra nação, não é apenas palco de sofrimento, mas também de criação, de luta, de cultura e de esperança.

Por fim, é essencial mencionar o apagamento histórico. Muitas reportagens sobre o continente ignoram os legados do colonialismo, do tráfico transatlântico de escravizados, das ditaduras apoiadas por potências estrangeiras e das políticas neoliberais impostas por instituições financeiras globais. Ao omitir esses contextos, a mídia naturaliza os problemas africanos como se fossem fruto de falhas internas, desconsiderando os fatores estruturais e históricos que moldaram tais realidades.

Este livro, portanto, não nasce apenas da pesquisa académica, mas da escuta atenta das vozes populares e do compromisso ético com a transformação das estruturas de poder comunicacional. Ele denuncia a cumplicidade da mídia com sistemas de exploração e dominação, mas também aponta caminhos para uma cobertura mais justa, plural e comprometida

com a dignidade humana. Que este seja, pois, um chamado à ação e uma semente de esperança: a África há de se narrar a si mesma, e o mundo há de escutá-la com respeito.

A subalternização da África e a conveniência do jornalismo internacional

A cobertura midiática internacional sobre a África é, há décadas, um reflexo das assimetrias de poder que caracterizam as relações globais. Quando observamos a forma como os países africanos são retratados, percebemos uma clara subalternização, tanto na escolha dos temas abordados quanto na profundidade e no comprometimento com que são tratados. Enquanto questões consideradas "fúteis" ou exóticas ganham espaço, conflitos graves e crises humanitárias são frequentemente ignorados ou minimizados. A indiferença da mídia internacional diante do terrorismo em Moçambique, que eclodiu em 2017 e persiste até hoje, é um exemplo emblemático dessa dinâmica. Em contraste, a guerra entre Ucrânia e Rússia, iniciada em 2022, recebeu uma cobertura massiva e contínua, mobilizando repórteres de todo o mundo, incluindo o jornalista investigativo brasileiro Roberto Cabrini, que fez diversas viagens à Ucrânia para produzir reportagens. Cabrini, aliás, também esteve no Afeganistão em mais de três ocasiões, mas nunca dedicou a mesma atenção aos conflitos africanos. Essa discrepância revela não apenas uma hierarquia de valores no jornalismo internacional, mas também uma desumanização da África e de seus habitantes.

A indiferença da mídia internacional em relação ao terrorismo em Moçambique é particularmente chocante. Desde 2017, a província de Cabo Delgado, no norte do país, tem sido palco de ataques violentos perpetrados por grupos insurgentes associados ao Estado Islâmico. Milhares de pessoas foram mortas, centenas de milhares foram deslocadas, e comunidades inteiras foram devastadas. No entanto, a cobertura internacional foi escassa e superficial. Enquanto isso, a guerra na Ucrânia, embora igualmente trágica e relevante, recebeu uma atenção desproporcional, com repórteres de todo o mundo se mobilizando para cobrir o conflito em tempo real. Essa diferença não pode ser explicada apenas pela proximidade geográfica ou cultural da Ucrânia com o Ocidente; ela reflete uma hierarquia implícita de importância, na qual as vidas africanas são sistematicamente desvalorizadas.

O caso de Roberto Cabrini é ilustrativo. Como jornalista renomado, ele dedicou tempo e recursos para cobrir conflitos na Ucrânia e no Afeganistão, mas nunca demonstrou o mesmo interesse pela África. Essa escolha não é uma exceção, mas a regra no jornalismo internacional. A África é frequentemente retratada como um continente homogêneo, marcado pela pobreza, pela violência e pela instabilidade, mas sem rostos, sem histórias individuais, sem humanidade. Quando a mídia internacional se refere à África, raramente o faz com a mesma profundidade e

empatia que dedica a outras regiões. Os africanos são reduzidos a estatísticas, a vítimas anônimas de conflitos intermináveis, ou a personagens exóticos em narrativas simplistas. Essa desumanização não é acidental; é um reflexo de uma visão de mundo eurocêntrica, que considera a África e seus habitantes como menos importantes, menos interessantes e menos dignos de atenção.

Essa dinâmica não é nova. Desde o colonialismo, a África tem sido vista como um espaço a ser explorado, tanto economicamente quanto simbolicamente. A mídia internacional, dominada por conglomerados ocidentais, reproduz essa lógica, priorizando narrativas que servem aos interesses geopolíticos e económicos das potências globais. Conflitos na África raramente são cobertos de forma independente e crítica; em vez disso, são enquadrados em narrativas que reforçam estereótipos e justificam intervenções externas. A falta de interesse no terrorismo em Moçambique, por exemplo, pode ser explicada pelo fato de que o país não ocupa um lugar central na geopolítica global. Em contraste, a Ucrânia, por sua proximidade com a Europa e seu papel na disputa entre Rússia e OTAN, é considerada de grande relevância estratégica.

Um exemplo recente que ilustra essa seletividade midiática é o caso de Fuminho, um dos maiores traficantes de drogas do Brasil, que foi capturado em Moçambique em 2020. A mídia brasileira dedicou ampla cobertura ao caso, investigando e expondo detalhes sobre os dirigentes moçambicanos envolvidos no tráfico internacional de drogas junto ao detido incluindo funcionários do consulado moçambicano em Minas Gerais. No entanto, quando se trata de temas como o terrorismo em Cabo Delgado ou as mortes durante as manifestações pós-eleitorais em Moçambique, o silêncio é quase absoluto e irreconhecível. Essa discrepância não pode ser atribuída apenas a critérios editoriais ou à linha editorial dos veículos de comunicação; ela revela um profundo preconceito e uma marginalização sistemática das pessoas africanas. Enquanto o tráfico de drogas envolve figuras que despertam interesse internacional e conexões transnacionais, as vidas perdidas em conflitos internos ou em protestos políticos são tratadas como meras estatísticas, sem rosto, sem história, sem importância e sem nexo. O que faz dos moçambicanos na ótica dos “ilustres”, meros objetos de adorno sem valor.

Essa seletividade na cobertura jornalística não é apenas uma questão de negligência; é uma forma de violência simbólica e demonstração de poder. Ao ignorar ou minimizar as crises humanitárias e os conflitos políticos na África, a mídia internacional contribui para a perpetuação de uma visão distorcida e desumanizadora do continente. Essa visão, por sua vez, reforça as estruturas de poder que mantêm a África em uma posição subalterna no sistema global. A cobertura do caso Fuminho, por exemplo, foi motivada pelo interesse em expor redes criminosas que transcendem fronteiras, mas a falta de interesse em questões como o terrorismo ou a

repressão política em Moçambique reflete uma hierarquia de valores na qual as vidas africanas são consideradas rejeitáveis.

Para que a África seja verdadeiramente dos africanos, é necessário romper com essa lógica de subalternização. Isso requer uma luta constante e determinada, tanto no campo midiático quanto no político. No âmbito do jornalismo, é essencial promover vozes africanas e investir em uma cobertura independente e crítica, que priorize as perspectivas locais e desafie os estereótipos dominantes. Organizações como a Africa Check e a Mail & Guardian têm feito esforços nesse sentido, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Além disso, é fundamental que os próprios africanos assumam o controle de suas narrativas, criando meios de comunicação independentes e fortalecendo instituições locais.

No plano político, a luta pela descolonização da mídia deve ser acompanhada por uma reivindicação mais ampla de autonomia e soberania. A África não pode continuar a ser tratada como um apêndice do sistema global, cujos recursos são explorados e cujas vozes são silenciadas. A luta pela autodeterminação passa pela construção de instituições sólidas, pela promoção da educação e da cultura, e pela resistência às formas de neocolonialismo que persistem no século XXI.

Assim, a subalternização da África pela mídia internacional não é apenas um problema jornalístico; é um reflexo das desigualdades estruturais que continuam a moldar o mundo contemporâneo. Para mudar essa realidade, é necessário um esforço coletivo e determinado, que envolva não apenas os africanos, mas todos aqueles que acreditam na justiça e na igualdade a isso chamaríamos de africanitude.

A África não é um continente de vítimas passivas; é um espaço de resistência, criatividade e transformação. Cabe a nós reconhecer e valorizar essa riqueza, lutando por um mundo em que todas as vozes sejam ouvidas e todas as vidas sejam valorizadas. A mídia, como instrumento de poder e de construção de narrativas, tem um papel crucial nessa luta. E é imperativo que ela seja desafiada a abandonar seus preconceitos e a tratar a África e seus habitantes com a dignidade e o respeito que merecem.

O conceito de africanitude transcende fronteiras geográficas e identitárias, representando uma união espiritual, cultural e ideológica de todos aqueles que se identificam com os valores africanos e aspiram a um futuro melhor para o continente. Não se limita aos nascidos na África; abrange também aqueles que, mesmo distantes geograficamente, compartilham um pensar e agir africano, e se comprometem com a luta pela emancipação e valorização da África e de sua diáspora. A africanitude é, portanto, um chamado à união, à solidariedade e à construção de um novo ciclo histórico, no qual a África seja protagonista de sua própria narrativa e destino.

A africanitude não é um conceito novo, mas ganha força e relevância em um momento em que o continente enfrenta desafios complexos, como a persistência de conflitos, a exploração de recursos naturais por potências estrangeiras, a marginalização no cenário global e a necessidade de fortalecer instituições democráticas e soberanas. Ao mesmo tempo, é um conceito que celebra a riqueza cultural, a resiliência e a criatividade dos povos africanos, propondo uma visão de futuro baseada na autodeterminação, na justiça social e na união pan-africana.

A africanitude pressupõe a superação das divisões impostas pelo colonialismo, que fragmentaram o continente em Estados-nação artificiais e frequentemente antagônicos. Ela resgata o ideal pan-africanista de figuras como Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba e Thomas Sankara, que sonhavam com uma África unida, capaz de enfrentar coletivamente os desafios do neocolonialismo e da globalização. Essa união não se limita aos africanos do continente; inclui também a diáspora, composta por milhões de pessoas que, embora vivam em outras partes do mundo, mantêm laços culturais, emocionais e históricos com a África.

A diáspora africana, especialmente nas Américas e na Europa, desempenha um papel crucial na construção da africanitude. Através de sua luta contra o racismo, a discriminação e a marginalização, os afrodescendentes têm contribuído para a valorização da cultura africana e para a conscientização sobre a importância do continente na história mundial. Movimentos como o Black Lives Matter, nos Estados Unidos, ou as lutas por reparação histórica no Brasil, são exemplos de como a africanitude se manifesta globalmente, conectando lutas locais a uma causa maior: a emancipação e o reconhecimento da África e de seus descendentes.

A africanitude não se restringe a uma identidade étnica ou geográfica; ela é, acima de tudo, uma forma de pensar e de estar no mundo. O pensar africano é caracterizado por valores como a comunhão com a natureza, a importância da comunidade, a valorização da oralidade e da memória, e a resistência diante da opressão. Esses valores, embora tenham sido historicamente desvalorizados pelo Ocidente, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Um dos pilares do pensar africano é a ideia de “Ubuntu”, um conceito originário das línguas bantu que expressa a interconexão entre todos os seres humanos. A frase "Eu sou porque nós somos" sintetiza essa filosofia, que enfatiza a solidariedade, a cooperação e o respeito mútuo. A africanitude resgata e atualiza esses valores, propondo-os como alternativas ao individualismo e à exploração desenfreada que caracterizam o sistema global atual.

A africanitude não é apenas um conceito teórico; é um chamado à ação. Para que ela se concretize, é necessário enfrentar desafios como a dependência econômica, a corrupção, a fragmentação política e a influência neocolonial. No entanto, também há oportunidades únicas,

como o crescimento demográfico, a riqueza cultural e natural, e o potencial de integração regional.

Um dos principais desafios é a construção de uma narrativa africana autêntica, que contraste com as visões estereotipadas e distorcidas propagadas pela mídia internacional. A africanitude exige que os africanos assumam o controle de suas próprias histórias, valorizando suas línguas, tradições e saberes. Isso inclui o fortalecimento de meios de comunicação locais, a promoção da educação baseada em valores africanos e a valorização de intelectuais e artistas que contribuem para a construção de uma identidade coletiva.

Além disso, a africanitude implica uma rejeição às práticas neocoloniais que perpetuam a exploração do continente. Isso inclui a luta por relações comerciais mais justas, a defesa da soberania sobre os recursos naturais e a promoção de políticas que beneficiem as populações locais, em vez de elites estrangeiras ou locais.

Para que a africanitude se torne realidade, é necessário um esforço coletivo e constante, que envolva governos, organizações da sociedade civil, intelectuais, artistas e cidadãos comuns. É uma luta que exige coragem, determinação e, acima de tudo, a crença de que um futuro melhor é possível. A africanitude não é apenas um conceito; é um chamado à ação, um convite a todos aqueles que desejam ver uma África melhor e mais justa. E esse novo ciclo já começou, com a força e a resiliência de todos aqueles que carregam a África no coração.

Os desafios do jornalismo independente: censura, manipulação e a luta por Voz

A mídia moçambicana, assim como em muitos países em desenvolvimento, enfrenta desafios para manter sua independência e integridade em um cenário marcado por censura, intimidação e manipulação da informação. Jornalistas locais frequentemente se deparam com pressões políticas, ameaças e até violência física por parte de agentes do Estado ou grupos de interesse que buscam controlar o fluxo de informações. Essa realidade não apenas silencia vozes críticas, mas também distorce a narrativa pública, privilegiando a propaganda oficial em detrimento da verdade jornalística. Rafael e Dalmolin (2024, p.93), ressaltam que "...a imprensa até hoje é um instrumento do governo para atingir seus objetivos sejam eles claros ou difusos. A imprensa desde os primórdios foi usada pelos políticos como uma ferramenta adequada para manipular as massas [...]". Essa afirmação revela a relação intrínseca entre poder político e comunicação, onde a imprensa, em vez de servir como um quarto poder independente, muitas vezes atua como um braço extensionista de interesses governamentais. Essa dinâmica reforça a necessidade de uma mídia crítica e autônoma, capaz de desafiar narrativas dominantes e garantir a pluralidade de vozes, essencial para uma sociedade democrática e informada.

A censura e a intimidação contra jornalistas em Moçambique não são fenómenos novos. Relatórios de organizações como a Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e a Amnistia Internacional destacam casos de repórteres detidos, agredidos ou forçados ao exílio por investigarem corrupção, abusos de poder ou violações de direitos humanos. Em 2020, por exemplo, o jornalista Amade Abubacar foi detido arbitrariamente enquanto cobria conflitos na província de Cabo Delgado, um episódio que ilustra os riscos enfrentados por aqueles que buscam informar em contextos de instabilidade política e social.

Nos últimos seis anos, a restrição à liberdade de imprensa em Moçambique tem refletido as fragilidades do sistema democrático e o agravamento do cenário político do país. A violência dirigida aos jornalistas, juntamente com a aplicação de leis repressivas, são indicativos de um regime político que procura controlar o discurso público, restringindo o papel essencial da mídia na promoção da transparência e da democracia. Embora existam formas de resistência, é necessário um esforço colaborativo, tanto no âmbito nacional quanto internacional, para assegurar a proteção dos profissionais da imprensa e restabelecer a liberdade de expressão em Moçambique (Rafael & Dalmolin, 2024).

A manipulação da informação é outra face desse problema. Em Moçambique, como em muitos países, a mídia estatal e veículos alinhados ao governo frequentemente servem como instrumentos de propaganda, disseminando narrativas que reforçam o poder vigente e marginalizam perspectivas dissidentes. Essa prática não apenas desinforma a população, mas também mina a confiança no jornalismo como um todo.

Noam Chomsky, um dos principais teóricos da comunicação, observa que a propaganda desempenha um papel central em sociedades democráticas, assim como a violência é uma característica essencial de regimes totalitários. A frase "a propaganda é para a democracia o que a violência é para o estado totalitário" sugere que, em democracias, a manipulação da informação e a formação de consensos são usadas para moldar a opinião pública e manter o poder. Em vez de recorrer à repressão aberta, como em sistemas autoritários, as democracias podem depender de estratégias de persuasão, disfarçadas de liberdade de expressão, para garantir a conformidade e a ordem social (Chomsky, 1989).

Chomsky argumenta que, embora em uma democracia os cidadãos sejam teoricamente livres, a propaganda é empregada de maneira sofisticada para criar uma falsa sensação de liberdade, obscurecendo as realidades do poder político e econômico. Dessa forma, a propaganda se torna uma ferramenta vital na preservação de um status quo, permitindo que elites dominantes manipulem a percepção pública sem recorrer à repressão explícita, mas utilizando meios como

a mídia e as campanhas publicitárias para moldar a opinião e restringir o debate genuíno (Chomsky, 2002).

Além dos desafios internos, a mídia moçambicana também enfrenta o olhar enviesado da mídia internacional, que muitas vezes retrata o continente africano de forma reducionista e estereotipada. Durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, circularam narrativas que sugeriam que a África seria usada como um "campo de testes" para vacinas experimentais, uma ideia que ecoou discursos colonialistas e desumanizadores. A fala da ativista Conceição Evaristo "eles combinaram em nos matar, e nós combinamos em não morrer" ressoa como um grito de resistência contra essa visão subalternizante, que trata os africanos como meros objetos de experimentação, e não como seres humanos dignos de respeito e autonomia.

Nesse contexto, as redes sociais emergem como uma ferramenta crucial para a denúncia de violências e injustiças. Plataformas digitais, permitem que cidadãos comuns e jornalistas independentes compartilhem informações em tempo real, contornando a censura estatal e a manipulação midiática. Durante os conflitos em Cabo Delgado, por exemplo, vídeos e relatos publicados nas redes sociais foram fundamentais para alertar o mundo sobre a crise humanitária na região. No entanto, essas plataformas também têm seus limites, como a disseminação de desinformação e o risco de vigilância e repressão por parte das autoridades.

A luta por um jornalismo independente em Moçambique, como em muitos países africanos, é uma luta que transcende a mera liberdade de imprensa. É uma luta por humanidade, por dignidade e pelo direito de existir como sujeitos de suas próprias narrativas. No entanto, essa luta esbarra em um sistema global que, historicamente, tem subalternizado a África, tratando-a como um espaço de exploração, experimentação e invisibilidade. Enquanto os países africanos continuarem a ser vistos como "tumbas caiadas" belas por fora, mas vazias por dentro, a verdadeira emancipação do jornalismo e da sociedade africana permanecerá distante.

As parcerias entre o jornalismo internacional e o local poderiam, em tese, fortalecer a luta contra a censura e a manipulação. Ademais, essas colaborações frequentemente reproduzem dinâmicas de poder colonial, onde o jornalismo internacional assume o papel de "salvador" ou "narrador oficial", enquanto os jornalistas locais são relegados a meros coadjuvantes ou fontes de informação descartáveis. Essa relação desigual reflete uma visão distorcida da África, que é vista não como um continente capaz de contribuir com conhecimento e inovação, mas como um campo de extração de matérias-primas — sejam elas recursos naturais ou histórias sensacionalistas.

Essa dinâmica perversa tem consequências profundas. Muitos africanos, condicionados por séculos de dominação colonial e neocolonial, internalizaram a ideia de que sua voz não tem

valor, de que sua história não merece ser contada, a menos que seja filtrada e validada por instituições estrangeiras. Como escreveu a intelectual camaronense Axelle Kabou em *Et si l'Afrique refusait le développement? E se a África recusasse o desenvolvimento?* (1991), "o africano está sempre ajoelhado diante daqueles que ele imagina serem superiores, e essa postura de submissão é o maior obstáculo para o seu desenvolvimento". Kabou critica a dependência mental e intelectual que mantém os africanos presos a um ciclo de autonegação e subserviência, impedindo-os de assumir o controle de seu próprio destino.

Essa crítica é particularmente relevante para o jornalismo. Enquanto os africanos não trabalharem internamente para fortalecer suas próprias instituições midiáticas, criar revistas e plataformas que publiquem assuntos africanos de forma autônoma e desenvolver uma cultura de valorização do conhecimento local, continuarão dependentes de narrativas estrangeiras que, muitas vezes, distorcem ou ignoram suas realidades. A falta de investimento em educação, pesquisa e infraestrutura midiática perpetua essa dependência, condenando o continente a um ciclo vicioso de invisibilidade e marginalização.

A crítica de Kabou é contundente: sem uma transformação interna, sem uma ruptura com a mentalidade de submissão, o africano precisará de mais cem anos para se libertar. Essa afirmação, embora dura, reflete a urgência de se repensar as estruturas de poder que perpetuam a subalternização da África. O jornalismo, como campo de produção de conhecimento e narrativas, tem um papel imprescindível nesse processo. Ele pode ser uma ferramenta de emancipação, mas apenas se for capaz de romper com as amarras da dependência externa, da autonegação e da vitimização.

A síndrome do colonialismo, principalmente no jornalismo, perpetua um ciclo de manipulação e dependência que transforma os jornalistas em meros objetos, em vez de sujeitos autónomos de suas próprias narrativas. Essa dinâmica, enraizada em séculos de dominação colonial e neocolonial, faz com que os profissionais da mídia em países como Moçambique e em outras nações africanas sejam frequentemente reduzidos a intermediários ou reprodutores de informações filtradas e validadas por canais externos. Essa dependência não apenas limita a capacidade dos jornalistas de investigar e relatar de forma independente, mas também reforça estereótipos e narrativas que desumanizam e subalternizam o continente africano.

A questão das publicações científicas e jornalísticas na África reflete uma dinâmica perversa de dependência e subalternização que vai além do campo midiático e se estende à academia. Assim como no jornalismo, onde os profissionais são frequentemente reduzidos a meros objetos de validação de narrativas estrangeiras, os pesquisadores africanos também enfrentam um sistema global que privilegia revistas e publicações em inglês, marginalizando

vozes e conhecimentos produzidos no continente. Essa hierarquia de relevância não apenas desvaloriza o trabalho intelectual africano, mas também perpetua a ideia de que a única forma de reconhecimento e legitimidade passa pela validação de instituições e canais externos. Para quando nossa autonomia e nossas revistas de Qualis A1?

No contexto académico, as revistas consideradas "de relevo" são, em sua maioria, publicações em inglês, sediadas na Europa ou na América do Norte. Essas revistas ditam os padrões de qualidade e relevância, impondo critérios que muitas vezes ignoram ou desconsideram as realidades e prioridades africanas. Como resultado, os pesquisadores africanos são forçados a adaptar seus trabalhos a agendas e perspectivas que nem sempre refletem as necessidades locais. Então, essa dinâmica transforma os acadêmicos africanos em objetos de validação anglófona, onde o sucesso é medido pela capacidade de publicar em revistas estrangeiras, em vez de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento no próprio continente ou no próprio país. Isso não apenas é ruim como também é uma via e forma de corroborar com o retrocesso para os países africanos.

Essa dependência académica reflete uma ilusão de independência. Muitos acreditam que, ao publicar em revistas internacionais, estão alcançando reconhecimento e autonomia, isso não é mau, mas há que refletirmos sobre o ponto de chegada para a academia e o jornalismo africano e em especial moçambicano. No entanto, essa suposta independência é uma falácia, pois o reconhecimento continua sendo concedido por instituições que perpetuam estruturas de poder colonial. Como observa o teórico pós-colonial Gayatri Spivak em Pode o Subalterno Falar? (1988), "a subalternidade é uma condição de silenciamento imposta por estruturas de poder que determinam quem pode falar e quem será ouvido". No contexto africano, isso significa que, mesmo quando os pesquisadores conseguem publicar em revistas internacionais, suas vozes são frequentemente filtradas e reinterpretadas através de lentes estrangeiras.

No jornalismo, a situação não é diferente. Muitos jornalistas africanos vêm a contratação por canais internacionais como o ápice de suas carreiras, um sinal de que "chegaram lá". Todavia, essa conquista muitas vezes vem à custa da autonomia e da integridade profissional. Ao trabalhar para veículos estrangeiros, os jornalistas são frequentemente forçados a adotar narrativas e abordagens que refletem os interesses e perspectivas desses canais, em vez das realidades locais. Essa dinâmica não apenas limita a capacidade dos jornalistas de contar histórias autênticas, mas também reforça a ideia de que o sucesso profissional depende da validação externa.

Essa mentalidade de dependência é profundamente enraizada e tem raízes históricas. Durante o período colonial, as instituições educacionais e midiáticas foram criadas para servir aos interesses das potências colonizadoras, e não às necessidades das populações locais. Após as

independências, muitas dessas estruturas permaneceram intactas, perpetuando ciclos de dependência e subalternização. Como escreveu o historiador nigeriano Chinua Achebe em O Mundo se Despedaça (1958), "o colonialismo não termina com a partida dos colonizadores; ele continua a existir nas mentes e nas instituições que deixaram para trás".

Para romper com essa dependência, é necessário um esforço coletivo para fortalecer as instituições acadêmicas e midiáticas africanas. Isso inclui investir em revistas e publicações locais, criar redes de colaboração regional e desenvolver critérios de qualidade que reflitam as realidades e prioridades africanas. Outrossim, é essencial que os próprios africanos passem a valorizar e consumir o conhecimento produzido no continente, rompendo com a mentalidade colonial que privilegia o que vem de fora.

Como lembra Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* (1961), "a descolonização é sempre um fenómeno violento", e no campo académico e jornalístico, essa violência deve ser dirigida contra as estruturas que perpetuam a dependência e a invisibilidade.

Essa síndrome manifesta-se de várias formas. Primeiro, há uma tendência de os jornalistas locais serem vistos como "fontes secundárias" ou "correspondentes regionais" para grandes conglomerados midiáticos internacionais. Esses veículos, muitas vezes sediados na Europa ou na América do Norte, ditam as pautas e as abordagens, relegando os profissionais africanos ao papel de meros coletores de informações. Como observa o teórico pós-colonial Edward Said em Orientalismo (1978), "o poder de narrar, ou de impedir que outras narrativas se formem e surjam, é um dos principais instrumentos de dominação cultural". No contexto africano, isso significa que as histórias do continente são frequentemente contadas por vozes estrangeiras, que impõem suas próprias perspectivas e interesses.

Segundo, a dependência de financiamento e recursos externos cria uma relação de subordinação que compromete a independência editorial. Muitos veículos de comunicação em África dependem de subsídios, bolsas ou parcerias com organizações estrangeiras para sobreviver. Embora esse apoio possa ser crucial em contextos de escassez de recursos, ele também pode levar à autocensura ou à adoção de agendas que refletem os interesses dos doadores, em vez das necessidades e prioridades das comunidades locais. Como resultado, os jornalistas são muitas vezes forçados a escolher entre a sobrevivência financeira e a integridade profissional.

Terceiro, a síndrome do colonialismo no jornalismo reforça uma hierarquia de conhecimento que desvaloriza as vozes e perspectivas africanas. Os jornalistas locais são frequentemente tratados como "informantes" ou "tradutores" de realidades que são consideradas demasiado complexas ou obscuras para serem compreendidas por audiências estrangeiras. Essa

dinâmica não apenas desumaniza os profissionais africanos, mas também perpetua a ideia de que o conhecimento produzido no continente é inferior ou irrelevante. Como escreveu o filósofo e Historiador camaronense Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra* (2013), "a desumanização do africano é um projeto colonial que continua a se manifestar nas estruturas de poder e conhecimento contemporâneas".

Para romper com essa síndrome, é essencial que os jornalistas e as instituições midiáticas africanas busquem maior autonomia e autossuficiência. Isso inclui investir em formação profissional, desenvolver modelos de financiamento sustentáveis e criar redes de colaboração regional que fortaleçam a capacidade de produção e distribuição de conteúdo local. Aliás, reiteramos que é crucial que os próprios africanos passem a valorizar e consumir o jornalismo produzido no continente, rompendo com a mentalidade colonial que privilegia o que vem de fora.

Como bem lembra Axelle Kabou, a libertação começa com uma mudança interna, com a recusa em se ajoelhar diante de falsos ídolos e a coragem de assumir o controle de suas próprias narrativas. O jornalismo, nesse sentido, não é apenas uma profissão, mas um ato de resistência e esperança. Da mesma forma como escreveu o jornalista Ryszard Kapuściński, "o jornalista existe para dar voz aos que não têm voz", e essa missão é especialmente urgente em contextos onde o silêncio é imposto pela força.

Portanto, a mídia moçambicana enfrenta desafios complexos, mas também encontra caminhos de resistência e resiliência. A luta contra a censura, a manipulação e a desumanização é uma luta coletiva, que exige não apenas coragem dos jornalistas, mas também o apoio da sociedade civil e da comunidade internacional. Afinal, como lembra Conceição Evaristo, a resistência é um ato de sobrevivência e, no caso do jornalismo, um ato de esperança.

CAPÍTULO IV

As imagens falam por si

O silêncio em torno da violência em Moçambique é tão chocante quanto as próprias imagens. O sangue derramado, as mãos queimadas, os corpos abandonados e as cápsulas de balas espalhadas são testemunhas mudas de um conflito que continua a devastar vidas. Estas fotografias não são apenas registros; são um apelo à consciência global.

É preciso que o mundo olhe para estas imagens e reconheça a humanidade por trás de cada história. O silêncio não pode ser a resposta quando a terra está molhada de sangue e o povo clama por justiça. Moçambique não pode ser esquecido.



Fonte: autores

Uma senhora idosa baleada mortalmente, se calhar devia ser mãe de um jornalista, mas porque é um povo insignificante, não chama atenção.



Fonte: Centro de Democracia e Direitos Humanos

Em Moçambique, a realidade atual reflete mais a ideia de humanos direitos do que de direitos humanos. Enquanto os direitos humanos são universais e centrados na dignidade, a noção de "humanos direitos" trata as pessoas como se seus direitos fossem concessões dependentes do poder vigente. Isso é evidente na repressão a manifestações, na falta de acesso a serviços básicos, na impunidade diante de violações e na crise humanitária em Cabo Delgado, onde milhares sofrem sem uma resposta efetiva. Em vez de garantir direitos inalienáveis, o Estado e grupos de poder agem como se fossem donos desses direitos, concedendo-os ou negando-os conforme seus interesses. Para mudar essa realidade, é urgente adotar um modelo baseado nos direitos humanos, onde a dignidade e a justiça sejam prioridades, exigindo reformas e uma mudança de mentalidade que coloque as pessoas no centro das ações e decisões. É preciso abandonar o medo, procurar construir pensamentos próprios e que cada moçambicano viva como moçambicano e lute pelo seu país.



Um povo desesperado e que busca alguma solução.



Moçambique sangra, o povo sendo pisado. Com a imagem supra, estamos em Moçambique numa época dos “humanos direitos”, dói dizer, mas infelizmente é isso que temos.

Sem a mídia internacional, devemos erguer as mãos e os olhos para alcançar o futuro sonhado pelos moçambicanos.



As mortes dos que não representam nada, são apenas um espetáculo dos poderosos. Como faziam no tempo da escravatura, a morte de um escravo, era apenas uma morte e dia seguinte compravam outro. Agora a morte de um moçambicano na arena global é apenas uma morte e

não significa nada desde que o governo abra as portas e eles suguem os recursos. Que esgotados esses recursos, nenhum deles se interessará mais no solo moçambicano. Enquanto nós lutamos para sermos ouvidos, eles estão com pressa para esgotar os recursos da África e voltar a era da escravatura.



Não é por falta de aviso, os líderes africanos não ouvem, são uma guitarra gasta e sem cordas, mas mesmo assim, querem tocar. Os africanos são dependentes, escravizados porque a cabeça que lidera os países africanos está podre e recusa-se a seguir em frente e com medo do desenvolvimento.



São apenas algumas imagens que mostram o quanto a crise humanitária invisibilizada tem gritado e ninguém escuta. Você e eu sendo moçambicanos, temos a missão de levantar a voz e fazer dela a nossa única arma e bússola para levar os nossos problemas ao debate global.

Abatido e abandonado na rua



Família do malogrado em choque e sem perspectiva.





Esta imagem é um retrato cru da violência policial. Jovens, muitos deles apenas manifestantes pacíficos, são alvos de repressão brutal.






CASIO

O sangue que molha a terra moçambicana é um símbolo do preço pago pela luta por justiça e dignidade. A terra, testemunha silenciosa, absorve o sofrimento de um povo que clama por ser ouvido.



Vários tiros disparados com balas reais em Mogovolas, vários indivíduos ficaram feridos inclusive um que foi submetido a cirurgia de remoção do projéctil na nádega esquerda. São várias as imagens e chocantes.



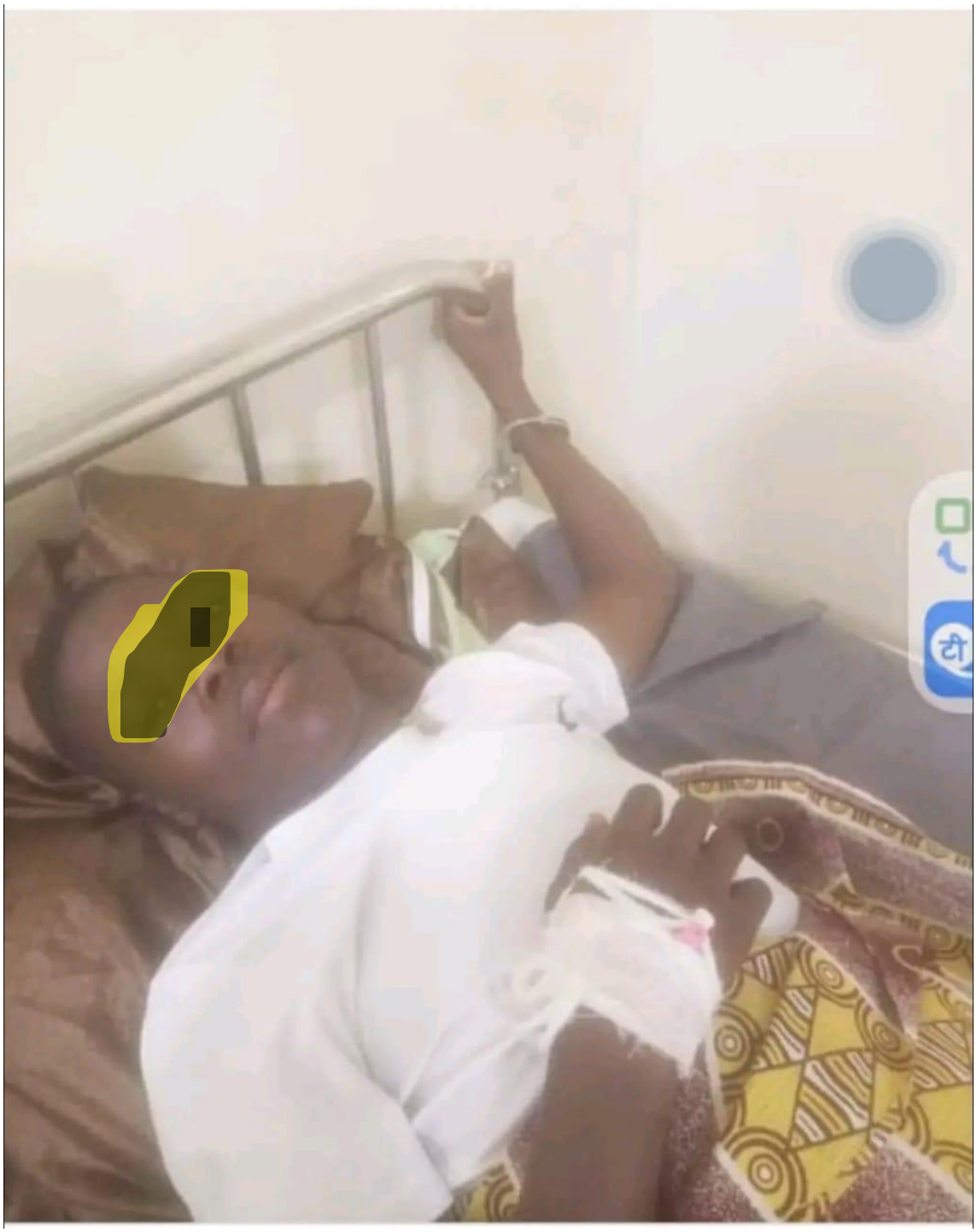
A polícia em Xai-Xai, terá pego o jovem Ronaldo nas proximidades de um local em que se estava a queimar pneus e mandou-o apagar com as mãos como forma de dar-lhe lição. Há como ficar calado assim? As mãos queimadas são um testemunho de tortura e violência extrema. Esta imagem questiona: quantos mais precisam sofrer em silêncio antes que o mundo preste atenção?





Estas duas cenas são um símbolo do abandono e da desumanização. Cidadãos abatidos são deixados como se fossem lixo, enquanto a vida continua ao redor, em um silêncio que normaliza a barbárie.


26/12/2024 10:57



Adriano Bendzane, de 18 anos, foi baleado pela Polícia e está algemado na cama do Hospital no distrito da Manhiça.

CONCLUSÃO

Moçambique sangra, e o mundo olha para outro lado. Esta frase, que poderia ser o título de um livro, é a síntese de uma realidade dolorosa e invisível. A violência extrema em Cabo Delgado, alimentada por dinâmicas globais e locais, continua a destruir vidas, enquanto a indiferença das potências estrangeiras e da própria elite política moçambicana reforça um ciclo de silenciamento e impunidade. As imagens que temos diante de nós — jovens baleados, cápsulas de balas, corpos abandonados à beira da estrada, mãos queimadas — são testemunhas mudas de um sofrimento que não pode ser ignorado. A terra moçambicana está encharcada de sangue, e o silêncio do mundo é ensurdecedor.

Este silêncio não é casual. Ele é intencional. Quem se beneficia da omissão das vozes que deveriam denunciar as atrocidades cometidas? A resposta é complexa, mas passa pela indiferença de uma comunidade internacional que escolhe quais crises merecem atenção e quais podem ser esquecidas. Passa também pela negligência de uma elite política que prefere manter o status quo a enfrentar as raízes do problema. Enquanto isso, as redes sociais são usadas como ferramentas de propaganda, recrutamento e disseminação de narrativas distorcidas, evidenciando como o terrorismo contemporâneo se reinventa em contextos de exclusão econômica e marginalização social.

A história já nos mostrou o que acontece quando a violência é ignorada. O genocídio em Ruanda, em 1994, e a guerra civil em Angola são lembretes trágicos de como a falta de atenção internacional pode resultar em massacres impunes e em cicatrizes difíceis de curar. No caso moçambicano, a ausência de um olhar atento do mundo permite que a violência se prolifere sob o disfarce da desinformação e da negação governamental. As manifestações populares, muitas vezes pacíficas, são reprimidas com brutalidade. Inocentes são mortos, e suas histórias são apagadas pela narrativa oficial.

Mas este livro não é apenas um registro da tragédia; é um chamado à ação. As imagens e relatos aqui apresentados são um grito de denúncia. Denunciamos a violência, a impunidade e o silêncio cúmplice. Denunciamos a mídia internacional que escolhe quais crises merecem atenção e quais podem ser esquecidas. Denunciamos as estruturas políticas e econômicas que perpetuam a exclusão e a marginalização. O silêncio não é neutro. Ele é uma forma de cumplicidade. E nós nos recusamos a ser cúmplices.

Apesar da dor e do abandono, há esperança. A esperança está na resistência silenciosa das mulheres que mantêm suas famílias unidas, nos jovens que continuam a lutar por um futuro

melhor e nas vozes que se levantam para denunciar a injustiça. A esperança está em cada um de nós que decidimos não virar as costas. Jornalistas, ativistas, acadêmicos, líderes comunitários e cidadãos comuns têm o poder de mudar esta narrativa.

Precisamos exigir transparência e responsabilização. Precisamos amplificar as vozes dos afetados, garantindo que suas histórias não sejam esquecidas. Precisamos combater a desinformação e enfrentar as narrativas falsas que alimentam o terrorismo seja ele selvagem ou urbano, apadrinhado ou solteiro. Precisamos promover inclusão e justiça social, atacando as raízes da exclusão econômica e da marginalização. E, acima de tudo, precisamos romper o silêncio internacional, exigindo que a mídia e os governos globais dêm a devida atenção à crise em Moçambique.

Moçambique não pode ser esquecido. O sangue derramado e as lágrimas vertidas são um apelo à humanidade. A história nos ensina que o silêncio diante da violência é uma forma de cumplicidade. Cabe a nós decidir se seremos cúmplices da barbárie ou agentes da mudança. Este livro é um convite para que você, leitor, faça parte desta luta. Não podemos mudar o passado, mas podemos transformar o futuro. Que estas páginas inspirem ação, solidariedade e, acima de tudo, esperança.

Porque o silêncio não é uma opção. A mudança começa com cada um de nós.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. O mundo se despedaça. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Original publicado em 1958). Disponível em: https://hhmagazine.com.br/o-mundo-se-despedaca-1958-de-chinua-achebe-e-a-escrita-conquistadora-da-historia/. Acesso em: 23 de mar. 2025

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. TED Talk, 2009. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bak/a/8R37NgQt56Sf5P58KRfMFzq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 fev. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. Moçambique: Uso excessivo de força contra manifestantes. 2019. Disponível em: https://www.amnesty.org. Acesso em: 16 fev. 2025.

AMNISTIA INTERNACIONAL. Moçambique: Violações de direitos humanos em Cabo Delgado. 2020. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2020-10/mocambique-amnistia-internacional-condena-violacao-de-direitos.html. Acesso em: 18 fev. 2025.

ANISTIA INTERNACIONAL; HUMAN RIGHTS WATCH. Informe anual 2022-23: O estado dos direitos humanos no mundo. 2022-2023. Disponível em: https://institutodh.org/wp-content/uploads/2023/03/informe-anual-2022-23-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

BORGES COELHO, João Paulo. State resettlement policies in post-colonial rural Mozambique. Journal of Southern African Studies, v. 24, n. 1, p. 61-91, 1998. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2637448

CABRAL, Amílcar. A arma da teoria: unidade e luta. Lisboa: Editora Seara Nova, 1973. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1980/arma/01.htm

CAPELA, José. O escravismo colonial em Moçambique. Porto: Afrontamento, 2002.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. Manufacturing consent: The political economy of the mass media. Nova York: Pantheon Books, 1988.

COELHO, João Paulo Borges. Moçambique: História e desafios contemporâneos*. Maputo: Alcance Editores, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Win10/Downloads/joceley,+A073-18+-+Jo%C3%A3o+Paulo+Borges+Coelho+-+17out19.pdf. Acesso em: 03 de Mar. 2025

CONSTITUIÇÃO da República de Moçambique. 2004. Disponível em: https://www.google.com/search?q=CONSTITUI%C3%87%C3%83O+da+Rep%C3%BAblica+de+Mo%C3%A7ambique+(2004).&oq=CONSTITUI%C3%87%C3%83O+da+Rep%C3%BAblica+de+Mo%C3%A7ambique. Acesso em: 16 fev. 2025.

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2017.

FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Disponível em: https://acervoafrica.org.br/biblioteca/em-defesa-da-revolucao-africana/. Acesso em: 16 fev. 2025.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. (Original publicado em 1961).

FANON, Frantz. Peau noire, masques blancs. Paris: Éditions du Seuil, 1952. Disponível em: https://marseille.demosphere.net/files/docs/f-542768d754-empty-fname.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

FINNEGAN, William. A complicated war: The harrowing of Mozambique*. Berkeley: University of California Press, 1992.

FRENCH, Howard. China's second continent: How a million migrants are building a new empire in Africa. Nova York: Knopf, 2014. Disponível em: https://www.african-review.com/journal/v8(1)june2016/Book%20review_China's%20second%20continent.pdf. Acesso em: 09 de Fev. 2025

GILLESPIE, Tarleton. Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media. New Haven: Yale University Press, 2018.

HANLON, Joseph. Mozambique: The revolution under fire. Londres: Zed Books, 1991. Disponível em: https://catalog.hathitrust.org/Record/000337161

HANLON, Joseph. Mozambique: The war ended 20 years ago, but we are still poor. Review of African Political Economy, v. 41, n. 140, p. 237-250, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1080/03056244.2014.901946. Acesso em: 16 fev. 2025.

HOBBS, Renee. Digital and media literacy: Connecting culture and classroom*. Thousand Oaks: Corwin Press, 2010.

HOOKS, Bell. Teaching to transgress: Education as the practice of freedom. Nova York: Routledge, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH. Moçambique: Violência policial em protestos. 2020. Disponível em: https://www.hrw.org. Acesso em: 16 fev. 2025.

JARDIM, Jorge. Moçambique: Terra queimada. Lisboa: Intervenção, 1977. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Mo%C3%A7ambique_terra_queimada.html?id=ejwKAQAAIAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 16 fev. 2025.

JARVIS, Jeff. Geeks bearing gifts: Imagining new futures for news. Nova York: CUNY Journalism Press, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280531312_Geeks_Bearing_Gifts_Imagining_New_Futures_for_News_by_Jeff_Jarvis. Acesso em: 16 fev. 2025.

KABOU, Axelle. Et si l'Afrique refusait le développement? Paris: L'Harmattan, 1991. Disponível em: https://journals.openedition.org/apad/416. Acesso em: 16 fev. 2025.

KAPUŚCIŃSKI, Ryszard. O mundo à parte: Uma história natural do jornalismo*. Tradução de Tomasz Barcinski. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. The elements of journalism: What newspeople should know and the public should expect. Nova York: Three Rivers Press, 2001.

MACUANE, José Jaime; BUUR, Lars; MONJANE, Celso Marcos.Power, growth and fragility in Mozambique: The role of the elite in development. Journal of Southern African Studies, v. 44, n. 5, p. 859-874, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/03057070.2018.1518570. Acesso em: 16 fev. 2025.

MAMDANI, Mahmood. Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996. Disponível em: https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691180427/citizen-and-subject?srsltid=AfmBOopOgEiBg-vJypYJrLp-E7GGyEgoJm6t7YYC_BlvKC0LFGkJyLvL: acesso em 11 de Fev. 2025

MBEMBE, Achille. Necropolitics. Public Culture, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003. Disponível em: https://mirror.explodie.org/Public%20Culture-2003-Mbembe-11-40.pdf

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014. (Original publicado em 2013). Disponível em: https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/MBEMBE-Achille.-Crítica-da-razão-negra1.pdf. Acessm em: 22 de mar. 2025

McCHESNEY, Robert. The problem of the media: U.S. communication politics in the 21st century. Nova York: Monthly Review Press, 2004.

NEWITT, Malyn. A history of Mozambique. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

NGŨGĨ WA THIONG'O. Decolonising the mind: The politics of language in African literature. Nairobi: East African Educational Publishers, 1986.

O'NEILL, Onora. A question of trust: The BBC Reith Lectures 2002. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PARISER, Eli. The filter bubble: What the internet is hiding from you. Nova York: Penguin Press, 2011.

PATTERSON, Thomas. Out of order: An incisive and boldly original critique of the news media's domination of America's political process. Nova York: Vintage, 1993.

PÉREZ NIÑO, Héctor. Insurgency in northern Mozambique: Origins, nature and scenarios. African Affairs, v. 119, n. 477, p. 678-709, 2020.

RAFAEL, Júnior; DALMOLIN, Aline Roes. "Mais de cem jornalistas foram agredidos nos últimos seis anos": uma análise crítica sobre a censura em Moçambique. Âncora, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/71662/40935. Acesso em: 16 fev. 2025.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF). Relatório anual sobre liberdade de imprensa. 2021.

ROSSI, Amanda. Moçambique, o Brasil é aqui. Rio de Janeiro: 1ª edição, 2015.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Original publicado em 1978).

SCHUDSON, Michael. Discovering the news: A social history of American newspapers. Nova York: Basic Books, 1978.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico: Inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SNYDER, Timothy. On tyranny: Twenty lessons from the twentieth century. Nova York: Tim Duggan Books, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). Marxism and the interpretation of culture. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

SUNSTEIN, Cass. Republic.com. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TUTU, Desmond. Deus não é cristão e outras provocações. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

UNIÃO EUROPEIA. Relatório sobre as eleições em Moçambique. 2023. Disponível em: https://europa.eu. Acesso em: 16 fev. 2025.

VINES, Alex. RENAMO: From terrorism to democracy in Mozambique? International Affairs, v. 72, n. 3, p. 379-403, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.1177/004711789601300308. Acesso em: 16 fev. 2025.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. Science, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559. Acesso em: 16 fev. 2025.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2017. Disponível em: https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c. Acesso em: 16 fev. 2025.

WORLD BANK. Mozambique economic update: Setting the stage for recovery. 2020. Disponível em: https://www.worldbank.org. Acesso em: 16 fev. 2025.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!

WWW.SEVENPUBLI.COM

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.